



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Institucionalização e Relações de Afeto:

O olhar dos jovens e seus cuidadores

Ana Isabel Costa Coelho

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de
Serviço Social do Porto, para obtenção do Grau de Mestre
em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social

Orientador: Prof.^a Dr.^a Luísa Costa Pinto

Abril
2022

“...O nosso trabalho é também quase tarefa de Hércules: manter uma capacidade reparadora apesar do constante negativo, dar alento a uma esperança, pôr dia onde está noite, vazio e solidão.”

Pedro Strecht (2012)

Agradecimentos

A finalização deste trabalho deve-se ao esforço de várias pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram largamente para a sua execução.

Em primeiro lugar, agradeço à FLEP, às crianças e jovens que naquela instituição habitam, por me permitirem entrar nas suas vidas, por todas as vezes que procuraram o meu colo, por poder participar da sua mudança e por possibilitarem a concretização deste estudo. Neste âmbito, fica também um agradecimento especial aos profissionais que acompanharam o meu dia-a-dia, por contribuírem de forma tão notória para o meu crescimento profissional, serão sempre fontes de inspiração.

À professora Luísa Pinto, que representou a Universidade no último ano do Mestrado, agradeço por ter sido uma orientadora presente e por todas as vezes que me levou a refletir e evoluir.

Aos meus pais, que acompanharam todo o meu percurso académico e proporcionaram a realização dos meus sonhos, um “obrigada” não chega por todas as oportunidades que pude abraçar graças a eles, por todos os valores que me transmitiram e por me ensinarem a percorrer o caminho da vida com perseverança.

À minha avó Ana que, mesmo sem uma presença física, continua a ser uma figura importante na minha vida, sei que estaria muito orgulhosa de mim.

Sem o apoio incondicional dos meus amigos, não teria a mesma força de vontade, a mesma dedicação. Por todas as vezes que estiveram presentes a ouvir os meus desabafos e angústias, por terem um papel tão efetivo na minha vida, uma influência tão grande no meu percurso, estarei sempre grata.

Resumo

O projeto de investigação surgiu no âmbito do Estágio Profissional com a duração de 450 horas, desenvolvido num lar de infância e juventude, no período entre dezembro, de 2020, e abril de 2021. Partindo da inserção no contexto e da observação e intervenção que foram sendo desencadeadas, o principal objetivo deste estudo consistiu em compreender a natureza e desenvolvimento das relações de afeto estabelecidas entre jovens e cuidadores formais. Através de uma Metodologia Qualitativa, operacionalizada pela administração de entrevistas semiestruturadas, criamos oportunidades para escutar a voz de 5 jovens e 4 cuidadores, analisando a perceção/significados atribuídos à vivência institucional e à sua eventual repercussão na construção das relações de afeto.

As respostas às entrevistas foram objeto de análise de conteúdo e os dados obtidos sugerem que, apesar da vivência afetiva no período que antecede a institucionalização ser marcada por experiências em lugares desprovidos de trocas afetivas, vislumbram-se contornos de novos vínculos estáveis, sendo possível uma reorganização do património afetivo destes jovens. Deste modo, as oportunidades relacionais a que são expostos na institucionalização podem conduzi-los num percurso de continuidade ou mudança ao nível do estilo de vinculação, desde que exista alguém capaz de acolher e apaziguar a sua desorganização interna. Ficou comprovado que a desorganização da vinculação não é uma característica fixa destes jovens, apresentando apenas uma moderada estabilidade ao longo do tempo a relação com os cuidadores poderá constituir uma mais-valia na sua contenção/reorganização emocional e na gestão dos conflitos internos. Não obstante, quando esta rede de suporte emocional falha, os jovens vão interiorizando imagens negativas, pautadas pela não responsividade e insegurança e apresentando um funcionamento menos adaptativo face ao meio que os rodeia.

Em suma, os resultados obtidos neste estudo reforçam a importância da institucionalização, mais precisamente do “*capital humano*” e dos laços afetivos entre cuidadores e jovens institucionalizados, que se afiguram uma mais-valia na reorganização emocional, na gestão de conflitos internos e na condução de trajetórias resilientes.

Palavras-chave: jovens institucionalizados, institucionalização, cuidadores formais, relações de afeto

Abstract

This research project was developed within the scope of the Professional Internship lasting 450 hours, developed in foster home between December 2020 and April 2021. Based on the insertion in the context and the observation and intervention that were triggered, the main purpose of this study was to understand the nature and development of the affection relationships established between young people and formal caregivers. Through a Qualitative Methodology, operationalized by the administration of semi-structured interviews, we created opportunities to listen to the voices of 5 young people and 4 caregivers, analyzing the perception/significance assigned to the institutional experience and its possible repercussion on the construction of affectionate relationships.

The answers to the interviews were subjected to content analysis and the data obtained suggest that, despite the affective experience in the period prior to institutionalization being marked by experiences in places devoid of affective exchanges, outlines of new stable bonds are glimpsed, and a reorganization of the affective heritage of these young people is possible. Therefore, the relational opportunities to which they are exposed in institutionalization may lead them on a path of continuity or change in terms of attachment style, as long as there is someone able to welcome and appease their internal disorganization. It was proven that the disorganization of attachment is not a fixed characteristic of these youngsters, presenting only a moderate stability over time, the relationship with caregivers may be an added value in their emotional containment/reorganization and in the management of internal conflicts. Nevertheless, when this emotional support network fails, the youngsters internalize negative images, marked by non-responsiveness and insecurity, and present a less adaptive functioning towards the surrounding environment.

In short, the results obtained in this study reinforce the importance of institutionalization, more precisely of the "*human capital*" and the affective bonds between caregivers and institutionalized young people, which seem to be an asset in emotional reorganization, management of internal conflicts and conduction of resilient trajectories.

Key-words: institutionalized young people, institutionalization, formal caregivers, relationships of affection

Índice

Introdução	9
-------------------------	----------

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – Vinculação

1. Teoria da Vinculação	13
1.1 Tipos de organização comportamental da vinculação	15
1.2 Disrupção da Vinculação.....	17
1.3 Vinculação e Regulação das Emoções.....	19
1.4 Vinculação na Adolescência	20

Capítulo II - Entre Família e Institucionalização: o papel da intervenção psicossocial

1. Descontinuidade das relações familiares.....	22
2. Instituições de Acolhimento no Desenvolvimento Psicossocial dos Jovens.....	25
2.1 Impacto da institucionalização	25
2.2 Caraterísticas e competências socio emocionais	27
2.3 Direitos dos jovens institucionalizados.....	28
3. Relações de vinculação no período de institucionalização	31
3.1 Papel reparador das relações de vinculação com os cuidadores formais	33

Parte II – Proteção de crianças e jovens em risco e Institucionalização

Capítulo I - Enquadramento Legal e Acolhimento Residencial

1. Realidade Portuguesa – Evolução da Legislação	37
2. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	39
2.1 Medidas de Promoção dos Direitos e Proteção	40
2.1.1 O Acolhimento Residencial	41
2.1.2 Estatísticas relativas ao Acolhimento em Portugal	43

Capítulo II - Diagnóstico Socioinstitucional – Fundação Lar Evangélico Português

Missão e Objetivos	46
População Residente.....	47

Recursos Humanos	47
Espaços e Compartimentos.....	48
Capítulo III - Metodologia	49
1. Objetivos de Investigação e Intervenção.....	49
2. Participantes	51
2.1 Jovens Institucionalizados	51
2.2 Cuidadores Institucionais	52
3. Método e Instrumentos de Recolha de Dados.....	53
3.1 Observação Participante.....	53
3.2 Entrevista Semiestruturada.....	54
Capítulo IV - Experiência de Estágio/Intervenção	56
1. Inserção no contexto e constrangimentos observados na Intervenção	56
2. Atividades desenvolvidas.....	59
Capítulo V - Análise e Tratamento dos Dados.....	62
1. Método de tratamento dos Dados.....	62
2. Análise de Conteúdo das Entrevistas aos jovens	63
3. Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Cuidadores.....	77
4. Discussão dos Resultados.....	83
Conclusões finais.....	87
Bibliografia.....	89
Anexos	
Anexo A - Diário de Bordo	95
Anexo B - Guião de entrevista semiestruturada - Jovens.....	120
Anexo C - Guião de entrevista - Cuidadores Formais	123
Anexo D - Consentimento Informado.....	125

Introdução

O presente estudo resulta da experiência de estágio pré-profissionalizante realizado num lar de infância e juventude, situado no distrito do Porto, no âmbito do programa de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social promovido pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). A inserção da estagiária no contexto da resposta social teve a duração de 450 horas, no período compreendido entre dezembro, de 2020, e abril, de 2021.

A avaliação do contexto correspondeu à fase que antecedeu o desenho da investigação, ressaltando a importância de incidir sobre as relações de afeto com os cuidadores, que se constituem fundamentais ao desenvolvimento saudável de qualquer jovem e que assumem especial relevo quando nos debruçamos sobre a compreensão do papel destas relações no processo de institucionalização. Posto isto, o principal objetivo do estudo consiste em *“compreender a natureza e desenvolvimento das relações de afeto estabelecidas entre jovens e cuidadores formais”*.

Neste prisma, a ação direta no lar de infância e juventude centrou-se num grupo de crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 22 anos de idade. Por sua vez, o estudo incidiu, particularmente, num grupo de 5 jovens, entre os 14 e os 18 anos, e 4 dos seus cuidadores (dois elementos da Equipa Educativa e dois elementos da Equipa Técnica, entre eles, o Diretor Técnico).

Por conseguinte, optou-se por apresentar os diferentes contributos teóricos aprofundados, cuja pertinência se situa no suporte ao caminho metodológico e de intervenção realizados no âmbito deste Relatório. No seguimento desta abordagem, este documento encontra-se estruturado em secções distintas, e dividido em duas partes: Enquadramento Teórico; Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Institucionalização.

No que diz respeito à **Parte I – Enquadramento Teórico**, esta enquadra dois Capítulos, sendo o primeiro dedicado aos contributos teóricos do estudo da **Vinculação**. À luz da teoria dos autores, dando destaque a John Bowlby, retratamos as implicações da qualidade dos laços afetivos no desenvolvimento e discorremos sobre o impacto da vinculação na regulação de emoções, bem como sobre vinculação na adolescência, visto que o foco do estudo incide nos jovens.

O Capítulo II – Entre Família e Institucionalização: o papel da Intervenção Psicossocial reflete o modo como as famílias podem ser perspectivadas enquanto contextos de proteção e, simultaneamente, de risco. A sua sobrevivência e homeostasia é afetada e dificultada por fenómenos multidimensionais, que se encontram interligados numa dinâmica complexa, carecendo de uma Intervenção que, em última instância, leva à Institucionalização de crianças e jovens. Assim sendo, este Capítulo abarca também o impacto da mesma nos vários domínios, as características socio emocionais predominantes nos jovens, e os direitos que devem ser assegurados aos mesmos. Por fim, enquadrámos as relações de vinculação no período da institucionalização, interpelando para o papel reparador das relações com os cuidadores institucionais e, cumulativamente, o seu impacto na qualidade da intervenção desenvolvida.

Na **Parte II – Proteção de Crianças e jovens em risco e Institucionalização**, encontram-se todos os Capítulos que fazem referência à medida de promoção dos direitos e proteção: acolhimento residencial. Assim sendo, o **Capítulo I – Enquadramento Legal e Acolhimento Residencial** engloba uma apresentação dos principais marcos alcançados pela Legislação Portuguesa, dando ênfase à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e às Medidas de Promoção e Proteção, explorando a Medida do Acolhimento Residencial. Expomos as medidas de Política Social que dão suporte legal ao contexto institucional, incluindo os dados estatísticos do Acolhimento em Portugal (Relatórios CASA, 2017/2019) para uma compreensão mais ampla da realidade portuguesa.

Cumulativamente, no **Capítulo II – Diagnóstico Socioinstitucional** inclui-se a caracterização da instituição onde decorreu o estágio, nomeadamente, pela apresentação da sua missão e objetivos institucionais, população residente, recursos humanos e espaços e compartimentos.

O **Capítulo III – Metodologia** apresenta o estudo empírico onde se insere o enquadramento da investigação, explicitando a metodologia, objetivos de investigação e intervenção, participantes e instrumentos utilizados neste estudo exploratório.

No **Capítulo IV – Experiência de Estágio/Intervenção**, segue uma abordagem ao desenvolvimento de todo o processo inerente à integração da estagiária no contexto. Perspetivou-se diagnosticar e refletir sobre algumas fragilidades desta resposta social e entender as necessidades que têm de ser colmatas aos jovens. Desta forma, neste capítulo encontra-se circunscrita a Intervenção desenvolvida no contexto do acolhimento, sendo que as atividades, decorrentes do planeamento das ações da instituição, são suportadas pelas notas de campo registadas no Diário de Bordo (Anexo A).

No **Capítulo V – Análise e Tratamento dos Dados** pretendeu-se explicitar, sistematizar e apresentar os dados recolhidos junto dos participantes do estudo, bem como a Discussão dos Resultados. De modo a salvaguardar a sua privacidade e para garantir a confidencialidade dos dados, foram criados códigos para identificar os jovens, bem como os seus cuidadores institucionais.

Por fim, a parte final deste trabalho incide nas **Conclusões Finais**, onde se procurou realizar uma reflexão crítica da investigação/ experiência no contexto, incluindo suas limitações do estudo e algumas pistas de ação futura, com vista à melhoria da dinâmica, funcionamento e relações de vinculação nos lares de infância e juventude.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – Vinculação

Quando nos debruçamos sobre a questão da institucionalização de crianças e jovens em contexto de exclusão social, importa ter presente que os estudos apontam para o facto de a qualidade dos cuidados institucionais poder ter graves implicações ao nível do desenvolvimento da vinculação, colocando recursivamente em risco a possibilidade dos jovens desenvolverem relações de vinculação seletivas e organizadas.

Neste sentido, ao longo deste capítulo, iremos abordar a teoria da vinculação, retratando as implicações da qualidade dos laços afetivos no desenvolvimento. Por sua vez, iremos discorrer sobre o impacto da vinculação na regulação de emoções e sobre vinculação na adolescência, visto que o foco do estudo incide nos jovens.

1. Teoria da Vinculação

A vinculação impõe-se como uma área de estudo crucial, não só pelo imenso contributo na promoção de um desenvolvimento harmonioso (Bowlby, 1951) como pela continuidade da sua presença ao longo do ciclo vital: “*from the cradle to the grave*” (Bowlby, 1973), ilustrando o impacto da sua influência na experiência humana.

Foi Ainsworth (1985) quem dedicou mais atenção à clarificação do conceito de vinculação, considerando que pode ser definido com base num conjunto de critérios: trata-se de uma relação emocionalmente significativa, persistente e não transitória, envolvendo uma figura específica e refletindo uma atração que um indivíduo tem por outro, desejando manter contacto com essa figura, ainda que tal possa variar em função de vários fatores, como a idade, o estado do indivíduo ou as condições do meio. Para além disso, a autora caracteriza a vinculação como a procura de segurança e de conforto na relação com essa figura (Ainsworth, 1985).

Por sua vez, Bowlby (1951) enuncia que o vínculo afetivo estabelecido pelo bebé à mãe tem subjacente um conjunto de comportamentos, relativamente independentes entre si, dado que emergem em diferentes momentos, que se organizam de forma progressiva e o orientam para uma figura específica com o intuito de se ligarem a esta (Soares, 2008). Os comportamentos de vinculação são passíveis de ser ativados face a situações geradoras de angústia (dor, fadiga e ameaça) e servem primariamente funções

de proteção e sobrevivência (Bowlby, 1951). Gradualmente, entre o bebê e a figura prestadora de cuidado, resulta a seleção natural de uma figura de vinculação específica, com quem é estabelecido um vínculo afetivo, único e insubstituível. (Ainsworth, 1985). É com base na qualidade desse vínculo que a figura de vinculação é simultaneamente usada pela criança, como base, a partir da qual parte para a exploração do ambiente, e como refúgio, para onde regressa quando se sente ameaçada (Ainsworth, 1979).

Em contrapartida, o sistema comportamental de vinculação não envolve apenas comportamentos, mas também inclui componentes cognitivas e emocionais. Ao longo das interações com as figuras prestadoras de cuidados, a criança vai construindo um conjunto de conhecimentos e expectativas, quer sobre o modo como essas figuras atuam e respondem aos seus pedidos de ajuda e proteção, quer sobre o *self*, em termos do seu valor próprio e capacidade de influenciar os outros. Bowlby (1969) designa como modelos internos dinâmicos de vinculação estes conhecimentos e expectativas, construídos a partir das interações repetidas com as figuras de vinculação e internamente organizados sob a forma de representações generalizadas sobre o *self*, nas relações com as figuras de vinculação. Estes modelos internos permitem ao sujeito tomar decisões, desenvolver comportamentos de vinculação face a uma figura particular, antecipar o futuro e fazer planos, permitindo-lhe operar mais eficientemente (Bowlby, 1969).

Por conseguinte, Bowlby (1982) defende a conceção proposta por Bretherton (1985) de que o sistema de vinculação está permanentemente operativo, com variações na sua intensidade, considerando dois fatores neste processo: os fatores relacionados com as condições da criança, isto é, os seus estados de fadiga, doença, dor; os fatores que estão associados às condições do ambiente, nomeadamente a presença ou ausência de estímulos ameaçadores, a acessibilidade e disponibilidade da figura de vinculação, que se constituem fatores particularmente significativos (Bowlby, 1982).

O autor reconhece, inclusivamente, que fatores como a presença e ausência são termos que podem dar origem a confusão, propondo que presença significa “*acessibilidade*” e ausência “*inacessibilidade*”. Contudo, a acessibilidade não é suficiente para estabelecer segurança para a criança, uma vez que a figura de vinculação pode estar fisicamente acessível e não o estar emocionalmente. Por esse motivo, Bowlby (1973) acrescenta um segundo critério para a segurança da vinculação: a criança necessita de experienciar a figura parental como acessível, mas também responsiva (Bowlby, 1973).

Ainsworth (1979) considerava que a sensibilidade da figura de vinculação aos sinais da criança faz aumentar a confiança da criança na sua disponibilidade e

responsividade, no entanto, formas de insensibilidade ou de não responsividade consistente parecem por em causa a confiança da criança e levam a expectativas de rejeição. Neste âmbito, Bowlby (1973) apresenta três proposições, concebendo o objetivo do sistema de vinculação no sentido da disponibilidade da figura de vinculação: quando se tem confiança na disponibilidade da figura de vinculação, verifica-se uma tendência menor para sentir medo crónico ou intenso; a não disponibilidade da figura de vinculação é construída ao longo dos primeiros anos de vida e tende a persistir; as diferentes expectativas de acessibilidade e responsividade que os indivíduos vão construindo refletem as suas próprias experiências. Desta forma, as avaliações da disponibilidade da figura de vinculação são influenciadas, quer pelo modo como as experiências passadas são processadas, como também na forma como as experiências atuais são avaliadas pelo indivíduo (Bowlby, 1973).

Neste prisma, falar de vinculação é descrever as relações afetivas significativas que nos unem uns aos outros e a nós próprios (Ainsworth, 1985). Nascemos com uma necessidade de estabelecer vinculações seguras para sermos dotados de uma “*estrutura egóica*” equilibrada, explorando o meio e assumindo novos papéis e novos formatos de existência ao longo do ciclo vital. É, então, possível admitir que a vinculação assume, com efeito, um papel estruturante na formação do “*Eu*” e do desenvolvimento, sendo concebida como uma teoria “*espaço-emocional*”, assentando na forma como a criança, em função da sua ativação emocional (maior ou menor), regula o comportamento de aproximação à figura de vinculação e de exploração do meio ambiente (Soares, 2009).

Por conseguinte, a avaliação da vinculação na primeira infância e o estudo das diferenças individuais na organização comportamental da vinculação nos primeiros anos de vida encontram-se indiscutivelmente ligadas a uma não linearidade dos processos e mecanismos em causa. Desde o início da sua teoria, Bowlby assume a necessidade de uma perspetiva interdisciplinar para compreender e explicar a natureza dos processos envolvidos na construção da vinculação, fundamentais para a “*(sobre)vivência da espécie humana*” (Soares, 2009).

1.1 Tipos de organização comportamental da vinculação

A compreensão do papel da segurança/insegurança e da organização/desorganização da vinculação nas trajetórias ao longo do tempo assume-se fundamental para a compreensão do funcionamento humano durante todo o ciclo vital e, consequentemente, nas relações de vinculação futuras, tal como temos vindo a explicar.

Neste seguimento, os comportamentos de vinculação podem ser classificados com base em três categorias comportamentais e afetivas: procura de proximidade, procura de uma base segura e protesto com a separação (Bowlby, 1969). Estas permitem a sua classificação numa categoria de vinculação segura e em duas categorias de vinculação insegura: ansiosa/ambivalente e evitante (Ainsworth et al., 1978).

Através da Situação Estranha¹, um paradigma desenvolvido com o objetivo de analisar os comportamentos das crianças em resposta à separação e reunião com a figura de vinculação, Ainsworth e colaboradores (1978) conseguiram identificar um padrão diferencial de respostas, característico de cada uma das categorias referidas. Contextualizando, o grupo inseguro-evitante é caracterizado, como o nome indica, por comportamentos de evitamento do bebé face à figura de vinculação, sobretudo nos episódios de reunião em que a ignora ou afasta, minimizando a expressão de emoções negativas na presença da figura de vinculação, percebida como rejeitante, ou ignorando essas mesmas emoções. Além disso, o bebé não revela tendência nem para resistir ativamente ao contacto físico, nem para protestar com a ausência dessa figura, sendo que o mesmo acontece em relação à pessoa estranha, que é tratada pelo bebé de modo semelhante à figura de vinculação (Ainsworth et al., 1978).

Por outro lado, o grupo inseguro-ambivalente pode ser caracterizado pela coexistência de comportamentos de resistência ativa ao contacto e de comportamentos de procura de contacto com a figura de vinculação. Contrariamente ao grupo anterior, o bebé não revela ou revela pouco evitamento, mas exhibe comportamentos que manifestam irritação ou passividade. Assim, o padrão de vinculação inseguro-ambivalente pode ser caracterizado pela expressão de emoções negativas, de forma a chamar à atenção das figuras parentais, as quais tendem a ser percebidas como inconsistentemente responsivas. Numa tentativa de apelar à atenção, a criança pode permanecer de forma passiva ou com a atenção focada nos pais, mesmo em situações em que o ambiente facilita os comportamentos exploratórios (Ainsworth et al., 1978).

Pelo contrário, crianças com um padrão de vinculação seguro, em situações geradoras de stress, podem expressar o seu mal-estar à figura de vinculação, que lhes

¹ Corresponde a um procedimento laboratorial estandardizado, constituído por uma sequência fixa de episódios, envolvendo duas separações e duas reuniões breves entre o bebé e a figura de vinculação. Quer o comportamento exploratório do bebé, quer a sua reação a uma figura estranha podem ser observados na presença e na ausência da figura de vinculação, sendo que a resposta a esta ausência pode ser observada quer quando o bebé está só, quer quando está na presença de uma estranha. Para além disso, a resposta do bebé à reunião com a figura de vinculação, depois de uma ausência, pode ser comparada com a resposta ao regresso da estranha (Ainsworth et al., 1978).

proporciona conforto e serve de base segura para os comportamentos exploratórios (Ainsworth et al., 1978). De uma forma global, a vinculação segura propicia-se num contexto relacional, no qual o cuidador reconhece os sinais e comunicações da criança, respondendo apropriadamente aos mesmos e modulando eficazmente a ativação emocional negativa. Neste sentido, a criança tem maior probabilidade de desenvolver um modelo interno dinâmico do cuidador como um refúgio de segurança em momentos de mal-estar e como base segura, a partir da qual explora o mundo (Bretherton, 1985).

Mais tarde, Main e colaboradores (Main & Solomon, 1986; Main, 1990), descreveram uma quarta categoria, designada vinculação desorganizada e desorientada, onde se enquadram as crianças com comportamentos contraditórios, muito incoerentes, e com sinais de extrema perturbação (por exemplo, medo da figura de vinculação) que resultavam do colapso de uma estratégia organizada para lidar com o stresse.

1.2 Disrupção da Vinculação

John Bowlby, autor de referência da teoria da vinculação, começou por observar atentamente crianças que tinham sofrido privação de cuidados parentais² e constatou que uma série de perturbações advinham dessa questão. O tema disrupção da vinculação³ foi perspetivado enquanto ponto de partida da sua obra, assumindo relevância até à atualidade. Bowlby (1940) defendeu o papel determinante de fatores ambientais no desenvolvimento nos primeiros anos de vida, nomeadamente a separação da figura materna na génese de perturbações psicológicas (Bowlby, 1940). Mais tarde, o autor verificou que a separação prolongada da mãe, ocorrida durante a primeira infância, caracterizava a vida dos jovens que integravam a categoria “*psicopatas vazios de afeto*”⁴. Esta associação entre separação precoce prolongada e o “*vazio de afeto*” permitiu

² O autor começou por concluir que a partir dos 6 meses de idade, a criança afastada da mãe por períodos longos de tempo, tinha tendência para manifestar determinados comportamentos sequenciados em três fases. A primeira fase correspondia ao protesto onde a criança exibia um comportamento perturbado pela perda da mãe. Na segunda fase, desespero, a criança revelava sinais de desânimo e pesar, ou até mesmo alguma passividade, não mostrando interesse em explorar o meio que a rodeia. A última fase, desvinculação, correspondia à recuperação de uma certa inércia da criança, onde já aceitava o contacto com outras figuras. Da mesma forma que um possível regresso da figura materna, provocava na criança sentimentos de desinteresse e rejeição (Bowlby, 1940).

³ “*Disrupção da vinculação*” reporta-se à perda e a separações prolongadas e não planeadas que abalam a confiança da criança na disponibilidade da figura de vinculação, ou seja, a questão do tempo prolongado e do não planeamento da separação têm um impacto na avaliação deste acontecimento em termos da disponibilidade da figura de vinculação (Soares, 2009).

⁴ Num artigo intitulado “*Forty-four juveniles thieves: their characters and home life*”, publicado em 1944, Bowlby analisa 44 histórias clínicas. O autor verificou que uma separação prolongada da mãe ocorrida durante a primeira infância caracterizava a vida dos jovens que integravam a categoria “*psicopatas vazios de afeto*” (Bowlby, 1944).

compreender que envolvia uma frieza e distanciamento social por parte dos jovens, acompanhados por uma ausência de calor na relação com qualquer pessoa, um comportamento social solitário, não responsivo e insensível à punição e ao reconhecimento social positivo (Bowlby, 1944).

No contexto do pós-guerra, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estava particularmente interessada nas crianças privadas de cuidados parentais, o que levou à elaboração de um relatório, desenvolvido por Bowlby (1951), que permitiu refletir melhor estas questões e integrar resultados da investigação sobre os efeitos da institucionalização nas crianças, uma vez que estas tendiam a desenvolver o “*vazio de afeto*” que o autor tinha identificado nos jovens (em 1944). Tornavam-se adultos emocionalmente frios, superficiais nos seus relacionamentos, com níveis elevados de hostilidade e tendências antissociais, o que leva Bowlby a sublinhar o impacto social desta adversidade, acrescentando a tendência para a sua reprodução ao longo das gerações. Este relatório retratou a importância do vínculo entre a criança e a figura materna, alertando para os potenciais perigos resultantes da ruptura desta relação, bem como, a relevância dos cuidados emocionais na institucionalização, visto que as instituições demonstravam ser insensíveis aos efeitos da separação na criança e uma atenção à satisfação das suas necessidades físicas não se afigurava suficiente (Bowlby, 1951).

Mary Ainsworth (1962) veio reforçar a conceção de Bowlby apresentada em 1951, quando apresentou um relatório, também a convite da OMS, sobre a privação materna, realizando uma revisão crítica dos estudos realizados e separando os efeitos nefastos na criança, separada dos pais, em três diferentes conceções: falta ou insuficiência de cuidados maternos; distorções nos cuidados maternos, por negligência ou maus-tratos; descontinuidade nos cuidados, pelas separações ou entregas repetidas a múltiplas e sucessivas figuras. (Ainsworth, 1962). Desta forma, reforça-se novamente, que a questão crítica está na ruptura decorrente da separação, pela qual a criança poderá ficar impossibilitada de desenvolver uma vinculação segura, quando não há uma figura parental alternativa para ocupar o lugar da que abandonou ou, então, quando se verifica, desde muito cedo, uma série de figuras que se vão sucedendo e provocando experiências recorrentes de perda, que são geradoras de uma profunda desconfiança, esbatendo ou extinguindo uma tendência para construir o amor (Karen, 1994).

Por outro lado, os efeitos da separação parecem, também, depender da qualidade da relação antes do acontecimento, isto é, quanto mais tensa a relação, mais perturbadora a separação. Em oposição, estudos atuais sublinham a plasticidade do organismo humano

face aos efeitos da adversidade e acentuam a subtileza dos vínculos, isto é, mais do que a separação em si, há que entender o seu significado no contexto interacional em que ocorre. Neste prisma, percebemos que crianças precocemente institucionalizadas, com trajetórias marcadas pela interrupção e alternância dos cuidados, constituem um grupo de risco para o desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação, estando os últimos na base de problemas ao nível da regulação de emoções (Soares, 2009).

1.3 Vinculação e Regulação das Emoções

Nos primeiros anos de vida, desenvolve-se a capacidade de regulação emocional, mas também a capacidade para a compreensão das emoções⁵ sentidas e vividas pelos outros, sendo ambas construídas no seio das relações de vinculação⁶ (Soares, 2009).

Como temos vindo a explicar, quebras ou inconstâncias nos laços afetivos traduzem-se em descontinuidades familiares, resultando em consequências negativas no universo emocional das crianças e jovens. Esta realidade é especialmente prevalente naqueles que vivenciam o acolhimento residencial, na medida em que o seu percurso é pautado por vivências emocionais descontinuadas (Mota, 2021).

Neste sentido, os diferentes padrões de vinculação podem ser perspetivados enquanto diferentes formas de regulação emocional, uma vez que o modo como a figura parental responde à procura de proximidade por parte da criança e como a auxilia na regulação das emoções negativas (que estiveram na origem dessa procura ou correspondem à sinalização da necessidade de ser ajudada), vai conduzir a uma organização específica do sistema comportamental de vinculação e, consequentemente, a diferentes formas de regular as emoções (Soares, 2009).

À medida que cresce, a criança vai desenvolvendo uma compreensão mais articulada das emoções, procurando regulá-las, compreendendo o que as desencadeia e expressando por palavras esse conhecimento. No entanto, tende a evitar pensamentos e recordações cuja experiência foi emocionalmente intensa, negando ter experienciado determinada emoção particular, por se tornar doloroso trazer essa emoção para a consciência (Strecht, 2012). Cumulativamente, encontra-se perante a dificuldade em concetualizar sentimentos ambivalentes, podendo focar-se num aspeto de uma

⁵ As emoções estão presentes desde o nascimento e cumprem uma função de proteção, na medida em que possibilitam uma reação rápida e adaptativa (Soares, 2009).

⁶ Bowlby (1980) defende que muitas das emoções mais intensas surgem durante a formação, manutenção, rutura e renovação das relações de vinculação.

determinada situação e reconhecendo a emoção que pode ser rapidamente sentida, negligenciando outros aspetos da situação. Salienta-se então, que o processo desenvolvimental de compreensão das emoções afigura-se lento e difícil (Soares, 2009).

Por sua vez, a partir do período da adolescência, surge a capacidade para reconhecer, interpretar e lidar de modo mais complexo com as emoções, uma vez que esta fase do desenvolvimento pressupõe uma autonomia progressiva em relação às figuras de vinculação e um aumento significativo dos comportamentos de exploração. Os pares e outras pessoas significativas adquirem um papel imperativo no desenvolvimento do jovem, pelo que as emoções apresentam uma função social, podendo maximizar a adaptação a um grupo, pela minimização dos conflitos sociais (Soares, 2009).

1.4 Vinculação na Adolescência

A partir das organizações comportamentais que as crianças exibem com as diferentes figuras que lhes prestam cuidados, é possível admitir que a adolescência marca a emergência de uma organização de vinculação singular e integrada. Desta forma, o desenvolvimento dos vínculos afetivos neste período do ciclo vital está sustentado nas várias transformações significativas que ocorrem nos sistemas emocional, cognitivo e comportamental, representando um período de transição entre as vinculações da infância, estabelecidas, fundamentalmente, no contexto da relação pais-filho(a), e as ligações afetivas adultas que vão para além das relações familiares (Soares, 2009).

Por conseguinte, passa a existir no jovem um sentido de diferenciação *self*-outro e uma reavaliação mais profunda das relações de vinculação, em estreita articulação com uma capacidade de exploração do *self*, dos outros e do mundo. Estas novas competências cognitivas permitem ao jovem refletir sobre a natureza do seu “eu” e construir, a partir das suas experiências com as figuras de vinculação, um conhecimento mais integrado e sofisticado das suas experiências relacionais, permitindo-lhe comparar as relações com as diferentes figuras de vinculação e com outras figuras hipotéticas. Esta visão do *self* torna-se internamente mais organizada e menos centrada em torno de uma relação particular (Mota e Matos, 2010).

Cumulativamente, o adolescente vê-se perante questões como “quem sou eu?” e “o quê que quero fazer da minha vida?”, um processo de múltiplas tomadas de decisão confere um sentido de unidade e de continuidade à sua vida. No entanto, nem sempre o tempo concedido pela sociedade para a exploração/experimentação de diversos papéis sociais e realização de compromissos é tomado pelo adolescente como suficiente,

dificultando o processo reflexivo de exploração da identidade e de comprometimento com projetos de vida, o que traduz a importância dos vários atores sociais com os quais convive, uma vez que os padrões de valoração destes elementos constituem-se cruciais fontes de regulação e validação comportamental para o adolescente (Soares, 2009). Assim sendo, a qualidade dos laços com as figuras de vinculação precoces e também aquelas que agora são estabelecidas com os pares têm um impacto ao nível da identidade dos jovens. Estes vínculos constituem os alicerces para o desenvolvimento das suas competências sociais, ou seja, para a efetivação de comportamentos sociais adequados.

Neste prisma, a adolescência é perspectivada enquanto um período que dita a passagem da dependência à autonomia, implicando transformações nas relações com as figuras precoces de vinculação, tal como foi explanado. Cumulativamente, surge o aparecimento de comportamentos sexuais e consequentemente o aparecimento progressivo da (in)capacidade para se tornar uma figura de vinculação. É neste cruzamento do “ser” e do “vir a ser” que se inscreve o núcleo da vinculação na adolescência (Soares, 2009).

Capítulo II - Entre Família e Institucionalização: o papel da intervenção psicossocial

Na vivência familiar emergem situações diversificadas que podem constituir fatores de risco e proteção ao desenvolvimento psicossocial harmonioso dos seus membros, uma variedade de situações que se convertem em instabilidade e stresse.

Neste seguimento, a sobrevivência e homeostasia das famílias pode ser afetada e desafiada por fenómenos multidimensionais de origem económica, social, cultural, política e jurídica, que se encontram interligados numa dinâmica complexa, sendo possível reconhecer a amplitude que o stress, gerado por estes fenómenos, adquire para estas famílias que se encontram em vulnerabilidade e carecem de uma Intervenção. Quando a última se operacionaliza e todos os esforços não resultam, verificando-se a necessidade de institucionalização de uma criança ou jovem, todo o processo que lhe é inerente afigura-se um acontecimento marcante, na sequência de um passado recente e possivelmente traumático, que inviabiliza um desenvolvimento saudável.

Neste prisma, torna-se fulcral abordar os direitos que devem ser assegurados aos jovens neste contexto, o impacto causado nos diversos domínios e quais as características socio emocionais predominantes, sendo que na presente revisão teórica, o foco será orientado para a fase da adolescência. Por sua vez, realizaremos uma análise das relações de vinculação no período da institucionalização, interpelando para o papel reparador das relações com os cuidadores formais e, cumulativamente, o seu impacto na qualidade da intervenção desenvolvida.

1. Descontinuidade das relações familiares

As famílias em risco psicossocial ou denominadas de famílias multiproblemáticas são particularmente afetadas pelos impactos negativos das situações mencionadas anteriormente e, frequentemente, pelo efeito cumulativo de acontecimentos negativos e stressantes, aumentando o nível de adversidade.

Na perspetiva de Sousa (2005), a capacidade de se manterem estáveis através de múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmicos e de mecanismos reguladores apresenta-se inevitavelmente afetada, sendo evidente uma maior dificuldade na regulação do seu ambiente interno, contrariando e impossibilitando qualquer mudança. A título de

exemplo, fatores como a carência de condições económicas, a ausência de competências parentais, a negligência ou os maus-tratos são fortes razões para que as famílias percam a sua competência básica de cuidar. Estas questões trazem consequências e constrangimentos ao nível do desenvolvimento, segurança e bem-estar dos seus membros, particularmente daqueles que se encontram em maior situação de vulnerabilidade e dependência, as crianças e jovens, havendo maior propensão para estarem perante situações de risco ou, em casos mais extremos, de perigo⁷ (Sousa, 2005).

Do mesmo modo, Mota (2021) reforça também a importância de ter presente que é a partir dos laços emocionais construídos nos primeiros anos de vida que se processa o desenvolvimento psicológico da criança ou jovem, portanto se as relações familiares estabelecidas nesse período forem marcadas por inacessibilidade afetiva e não responsividade, estes fatores irão gerar na criança/jovem uma perceção de si enquanto não merecedor de atenção e afeto e, consequentemente, um modelo interno negativo.

É possível admitir que crianças e jovens que vivenciam contextos afetivos pobres tendem a desenvolver um funcionamento menos adaptativo face ao contexto que as rodeia (Mota, 2021). Na linha de pensamento de Nozes (2018), estas crianças e jovens e suas famílias apresentam-se em contextos de exclusão, potenciados pelas fragilidades internas e externas que as caracterizam, como a baixa autoestima, depressão e/ou pobreza, aumentando a probabilidade de desenvolverem comportamentos desajustados, perante situações e fatores de risco. Contudo, há que ter em conta que são famílias que detêm competências, visto que de alguma forma conseguem sobreviver no quotidiano, mesmo tendo a seu cargo os problemas que as atingem.

O que impede as famílias multiproblemáticas de conseguir alcançar um desenvolvimento saudável é o facto de se encontrarem bloqueadas nas suas competências, não detendo os conhecimentos e aptidões necessárias à resolução das suas tarefas, sendo aí que reside a importância do trabalho do Assistente Social, cuja intervenção deve centrar-se não apenas na criança ou no jovem, mas também na família para promover a sua “ressocialização” e a eficácia das competências parentais.

Neste seguimento, quando se verifica a necessidade de uma criança ser retirada e é posta em prática a medida de promoção e proteção do Acolhimento Residencial, sempre que possível, o Projeto de Vida definido para o jovem tem em vista a Reunificação

⁷ A noção legal de perigo envolve uma panóplia de situações, que vão desde a criança agredida fisicamente, à privação de afeto da família, prostituição, consumo de estupefacientes, absentismo e abandono escolar, etc. (Carreira citado por Ferreira, 2019).

Familiar⁸, ou seja, o retorno deste à família de origem. Este trabalho deve funcionar em articulação com outras instituições da comunidade, o chamado trabalho em rede, que se afigura crucial para a facilitação e, conseqüentemente, sucesso da Intervenção⁹.

Por outro lado, os problemas familiares que originaram a entrada das crianças no acolhimento poderão permanecer aquando da sua saída, sempre que as limitações e fragilidades das famílias se mantiverem por inoperacionalidade da Intervenção, tal como foi descrito (Arizmendi & Almeida, 2019). Por esse motivo, para evitar uma reentrada no Acolhimento, deve ser atribuído um papel central à família, sendo que o apoio da mesma neste processo é imprescindível para facilitar um regresso a casa (Alves, 2017). Por sua vez, no sentido de fortalecer e promover as competências parentais, fundamentais à satisfação das necessidades dos mais jovens, à melhoria da convivência familiar e de interações positivas entre os pais e os filhos, o objetivo passa também a reverter um processo de fragilização (Balsells et al., 2013).

Relativamente ao papel da Instituição, à sua organização e funcionamento, é necessário ter presente que este trabalho tem vindo a ser dificultado pela escassez de recursos para proporcionar uma intervenção junto das famílias e pela *“falta de planos individuais estruturados, condicionados ainda, muitas vezes, a imprevistos ou à falta de credibilidade que alguns profissionais depositam nos mesmos”* (Arizmendi & Almeida, 2019). Posto isto, quando nos deparamos com a institucionalização de crianças e jovens, percecionamos o seu acolhimento como uma medida útil e necessária, mas aceitar este facto não é tomar medidas contra ninguém, muito menos contra as famílias (Strecht, 2012). É, por outro lado, ajudá-las a colmatar dificuldades no seu funcionamento e, para atingir este fim, verifica-se uma necessidade de ampliar os recursos humanos e de formação, bem como a sensibilização e flexibilização dos recursos residenciais para poder incluir as famílias nas rotinas e no processo de Intervenção (Balsells et al., 2013).

⁸ No sistema de proteção à criança da lei portuguesa, (Lei nº26/2018, de 05/07, que altera a Lei de Promoção e Proteção das crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99, de 01/09) a Reunificação Familiar refere-se ao regresso à família depois da aplicação de uma medida de acolhimento que implicou a separação da criança ou do jovem devido a uma situação de negligência ou maltrato. Nem todos os casos preveem a reunificação, mas, sempre que esta é considerada, pressupõe-se que desencadeie um conjunto de processos que a facilitem e consolidem (Ferreira, 2019).

⁹ Realizada com base na teoria do suporte social, esta centra-se na *“ajuda prestada aos pais na obtenção de serviços e capacidades que possam facilitar a adaptação e o desenvolvimento da família e da criança”* (Carvalho, 2011).

2. Instituições de Acolhimento no Desenvolvimento Psicossocial dos Jovens

De acordo com a LPCJP, é possível admitir que as Instituições de Acolhimento Residencial têm uma série de objetivos fulcrais, no que concerne a proporcionar à criança ou jovem a satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais, sociais e o cumprimento dos seus direitos.

Torna-se fundamental minimizar, o mais possível, o dano emocional resultante da exposição da criança ou jovem a situações de perigo, sendo crucial a criação de laços afetivos seguros e estáveis, que se afiguram determinantes para o seu desenvolvimento harmonioso (I.S.S, 2020). O Instituto de Segurança Social enuncia que um dos objetivos de um Lar de Infância e Juventude passa pela aquisição de competências destinadas à valorização pessoal, social, escolar e profissional das crianças e jovens e de uma progressiva autonomia com vista a uma plena integração na sociedade (I.S.S, 2020).

2.1 Impacto da institucionalização

O processo de institucionalização de uma criança ou jovem é muito complexo e envolve riscos para o seu bem-estar e desenvolvimento, tendo um impacto transversal em todos os domínios da sua vida, isto é, assumindo repercussões a nível social, físico, cognitivo e afetivo. Está-se perante uma contradição, uma vez que a institucionalização é perspetivada enquanto a solução mais adequada à proteção do jovem que se encontrava exposto a diversos riscos ou até situações de perigo (Siqueira & Dell'Anglio, 2006).

“...Essa falta de cuidados de orientação, supervisão e controlo que a situação pessoal do jovem exige, resultam em comportamentos do próprio que colocam em perigo a sua saúde, desenvolvimento integral e segurança, daí a necessidade de acolhimento deste jovem. É importante trabalhar a sua alfabetização, suprir-lhe necessidades que a família de origem não foi capaz de fazer cumprir, para que se possa, efetivamente, perspetivar um projeto de vida exequível para este jovem” Nota de campo de 16 de dezembro

Pode admitir-se que a colocação em meio extrafamiliar implica separações e inúmeras adaptações a um novo local e modo de vida. Strecht (2012) enuncia que a maioria dos jovens tem uma intensa ansiedade ligada a esta questão, uma angústia relacionada com a perda, que se traduz numa necessidade de reparação dos pais, estando presente um sentimento de culpabilidade e obrigando a um processo de luto mais difícil. Mesmo em situações em que as relações familiares são inconsistentes e rejeitantes, os jovens tendem a proteger a família e a viver este dilema com ambivalência. Neste sentido, a mudança do contexto familiar para o institucional pode levar a uma ameaça de perda de identidade e, mesmo que os cuidadores tenham um papel ativo, os jovens lutam frequentemente contra a solidão, indiferença ou apatia pela sua pessoa (Strecht, 2012).

Neste seguimento, Anjo (2014) enuncia que o processo de institucionalização não assume inteiramente os efeitos pretendidos, podendo potencializar a manutenção de fatores de risco e, consequentemente, uma ameaça ao desenvolvimento pessoal. Bronfenbrenner (1979) reforça esta ideia, referindo que existe um aumento do risco se no ambiente institucional existe pouca interação entre o cuidador e o jovem e quando existe uma forte restrição ao comportamento espontâneo. Desta forma, o LIJ é o local de proteção, mas também é onde é violado o direito de liberdade e de prestação de cuidados de um ser individual, podendo criar dificuldades na construção da identidade. A relevância no cuidar passa pelo autoconhecimento e interpretação que os jovens têm dos cuidadores, não limitada à pessoa que está ali para educar e assegurar melhor bem-estar subjetivo (Bronfenbrenner, 1979).

Simultaneamente, Camacho (2012) refere que um dos maiores impactos da institucionalização é criado pela própria sociedade que possui preconceitos em relação aos jovens institucionalizados. Estes preconceitos geram imagens depreciativas que conduzem à discriminação e consequentemente, à exclusão social dos mesmos. Esta situação, aliada a todo um conjunto de acontecimentos passados e todas as mudanças de vida atual, torna-se extramente difícil e agrava todas as adversidades já existentes. Neste sentido, poderão experienciar desvalorização pessoal e autodiscriminação, tendo em conta a influência do domínio social na forma como se percecionam (Camacho, 2012).

De uma forma sucinta, a institucionalização poderá também representar graves problemas ao nível da vinculação, perturbações no funcionamento social, entre outras (Camacho, 2012). Strecht (2012) suporta esta ideia, referindo que inúmeros jovens chegam às instituições de acolhimento avassalados por perdas múltiplas, sem estruturação

ou com estruturação da personalidade sobre modelos de relação com adultos inconsistentes e maltratantes, tal como foi descrito.

Tendo em conta estes fatores, Strecht (2012) realça que aumenta a importância da compreensão dos factos no aqui e agora, implicando cada vez mais que os profissionais entendam a necessidade de os seus dicionários (sobretudo o simbólico) conterem a palavra futuro. O autor demonstra que, mais do que valorizar o passado traumático para que os jovens se possam libertar dele, importa contribuir para uma construção positiva de imagens assentes em modelos de identificação autênticos, que funcionarão de base de (re) encontro com afetos apaziguadores e contentores de sofrimento. Proporcionar-lhes uma presença continuada no tempo, uma vez que os jovens se modelam aos adultos que os rodeiam, permite que possam ser ajudados a revolver processos patológicos de descontinuidade e que lhes seja proporcionado um conforto genuíno, uma esperança e a facilitação da cura, isto é, o seu desenvolvimento integral (Strecht, 2012).

2.2 Caraterísticas e competências socio emocionais

Os motivos que levam à retirada de uma criança/jovem do meio familiar podem assumir um padrão de problemáticas que se repetem ao longo do tempo, assim como as consequências de uma vivência em condições de vida adversas podem constituir, igualmente, padrões de comportamento no período de permanência na Instituição, conduzindo a um conjunto de traços e caraterísticas socio emocionais predominantes e comuns em crianças e jovens institucionalizados.

Strecht (2012) faz uma descrição clara de como vulgarmente encontramos os jovens no período da institucionalização. Vemo-los perante um sofrimento que habitualmente não sabem dar significado, sem grandes referências, regras e limites, revelando sintomaticamente as falhas frequentes do investimento parental, através de dificuldades de aprendizagem (jovens que revelam instabilidade, hiperatividade ou apatia, desinteresse), uma organização em estados deficitários ou de debilidade mental, em desarmonias evolutivas com passagem a atos delinquentes, com comportamentos aditivos com risco de alcoolismo e toxicodependência e dificuldades nas identificações sexuais. Por sua vez, o autor expõe que é frequente encontrarmos os jovens deprimidos, com falhas na autoestima, com um “eu” não integrado e que nos podem parecer tristes, inibidos e, em casos mais graves, em risco de suicídio, apresentando sequelas perante uma grande intensidade de acontecimentos traumáticos vivenciados (Strecht, 2012).

Torna-se fundamental dar especial relevo às dificuldades de socialização que também apresentam, que traduzem as falhas na vinculação com os adultos. São jovens frequentemente imaturos ou que desenvolvem um lado (falsamente) independente como um mecanismo de sobrevivência, isto é, são auto prestadores de cuidados, com relações pobres ou até inexistentes, marcadas pela indistinção relacional ou por uma dependência relativamente a uma figura preferencial de adulto (Strecht, 2012).

Neste seguimento, para a compreensão das respostas psicológicas a problemas associados à institucionalização, é fundamental dar ênfase à noção de defesas psíquicas, como algo de positivo e estruturante, capaz de manter as competências e resistir a vulnerabilidades próprias ou criadas por situações adversas, já que as crianças e jovens detêm uma plasticidade única na adaptação às adversidades (Strecht, 2012). O ambiente institucional, bem como os técnicos envolvidos, surgem enquanto potenciais elementos na proteção dos fatores de resiliência na população institucionalizada, tendo em conta que um contexto inclusivo, que seja capaz de proporcionar oportunidades para o bem-estar e a otimização de competências dos seus acolhidos, pode estabelecer-se como um fator de proteção para os últimos (Cordovil et al., 2011).

Para que este fim seja atingido, torna-se fulcral que a instituição, enquanto microsistema que influencia o jovem, funcione como um local onde este sinta proteção, mas também usufrua de oportunidades para o seu desenvolvimento pleno, com direito à autonomia e participação social (Luvizaro & Galheiro, 2011), uma Intervenção direcionada a proporcionar-lhe a sua inclusão social e uma vida independente.

2.3 Direitos dos jovens institucionalizados

A Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) assume um papel preponderante pela sua integração de categorias de direitos, aplicando-se a todas as crianças e jovens (até aos 18 anos), independentemente das suas circunstâncias, bem como no que se refere àqueles que estão em situações específicas, como a institucionalização¹⁰.

Constituída por 54 artigos, a CDC considera as crianças e jovens como membros importantes na construção da Intervenção, reafirmando o facto de as crianças e jovens, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma proteção e atenção especiais, sublinhando a responsabilidade parental, no que diz respeito aos cuidados e proteção e,

¹⁰ Quando a criança ou jovem se encontra privado de ambiente familiar, como se verifica na institucionalização, o Estado deve zelar para que possa beneficiar de cuidados alternativos adequados ou colocação em instituições apropriadas (Art.º 20 da CDC).

em simultâneo, a responsabilidade do Estado¹¹, que assume a obrigação de proteger o jovem contra todas as formas de discriminação, de tomar medidas positivas para promover os seus direitos (Art.º 2, nº1 e nº2 da CDC) e na garantia de cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis, não tenham a capacidade de o fazer, encontrando-se explícito que qualquer decisão que diga respeito ao jovem acolhido, tomada por Tribunais ou pelos Lares de Infância e Juventude deve cumprir o seu superior interesse (Art.º 3 da CDC). Cumulativamente, o enquadramento legal atual da proteção da criança e do jovem e, em particular da institucionalização, respeita e promove os seus direitos consagrados internacionalmente, sendo a LPCJP bem explícita quanto aos direitos específicos das crianças e jovens acolhidos nos LIJ (Art.º 58, LPCJP).

Neste seguimento, a partir da experiência de estágio e de leitura documental nesta matéria, é possível realizar uma identificação mais ampla dos direitos das crianças e jovens no contexto de institucionalização. Logo no primeiro momento, isto é, na admissão, deve ser garantida a informação do motivo do acolhimento, dos seus objetivos, do tempo previsto para o mesmo, afigurando-se igualmente fundamental a aplicação do direito dos jovens de não serem transferidos da Instituição (exceto se essa decisão corresponder aos seus interesses), assim como a possibilidade de contacto com a Comissão de Proteção e o Ministério Público, com garantia de confidencialidade.

O respeito pelos direitos destes jovens passa também pela criação e manutenção das relações de vinculação. Dada a importância da continuidade dos laços afetivos com a família, têm o direito de manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a mesma e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, mediante as limitações impostas por decisão judicial ou pela Comissão de Proteção. Simultaneamente, a instituição deve ser capaz de assegurar uma convivência de tipo familiar, através de uma maior normalização do quotidiano dos jovens e pela flexibilização das rotinas, respeitando as suas necessidades de socialização com os pares, oportunidades de lazer, brincadeira, desporto, cultura e ocupação de tempos livres, e estimulando a sua integração na comunidade, afigurando-se igualmente preponderante que aos jovens seja assegurado o direito a uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, através de formação escolar e profissional, bem como na participação em atividades culturais, desportivas e recreativas, tendo em vista proporcionar-lhes ferramentas com vista à sua autonomização.

¹¹ A Intervenção de promoção e proteção com crianças e jovens, que se encontram nas situações previstas da LPCJP, funda-se no artigo 69º da Constituição, que confere à sociedade e ao Estado a proteção destas.

Por fim, torna-se imperial referir o direito à participação dos jovens. A aplicação deste direito implica que estes sejam envolvidos na definição do seu Projeto de Vida e dos objetivos operacionais do seu Plano Sócio Educativo Individual (PSEI), os quais vão permitir colmatar as dificuldades constatadas e potencializar os pontos fortes identificados, na sua avaliação e reformulação. Sem uma verdadeira participação dos jovens será impossível construir um acolhimento com recursos e serviços que respondam efetivamente às suas necessidades, incluindo as de proteção. Deste modo, o envolvimento dos jovens nas discussões e decisões que lhes dizem respeito, de acordo com o seu nível de desenvolvimento e capacidade de entendimento, sendo por si só um direito que lhes assiste, contribui decisivamente para assegurar os restantes direitos dos jovens acolhidos, promovendo a qualidade do acolhimento (McCarthy, 2016).

Por outro lado, McCarthy (2016) refere que na ausência de uma verdadeira política de promoção da participação, ou sem uma clara indicação e fiscalização por parte das entidades tutelares responsáveis pela implementação e cumprimento da Lei, o grau em que é ouvida a voz das crianças e jovens nos LIJ depende apenas da motivação, atitudes e competências dos cuidadores. Assim, o foco nas suas necessidades implica ir além da satisfação das suas necessidades básicas, estando implícito o respeito pela sua identidade, intimidade, privacidade, uma atenção individualizada por parte dos cuidadores e uma maior valorização da dimensão da participação dos jovens nas decisões que os afetam (Magalhães, Calheiros & Costa, 2016).

3. Relações de vinculação no período de institucionalização

O acolhimento residencial comporta dinâmicas muito próprias no seu funcionamento legal e logístico, tal como temos vindo a explicar, mas mais ainda, na vertente relacional e emocional dos jovens, cujo envolvimento dos técnicos a nível afetivo resulta em fatores de proteção e uma oportunidade reparadora, uma vez que se verifica uma exposição a situações de vulnerabilidade e risco. Aqui, os jovens são os atores principais, e os cuidadores, os facilitadores de um processo de (re)organização, na integração da perda, na (des)adaptação, no delinear do projeto de vida e na sua autonomia, com vista à preparação para a saída.

Aquando da sua chegada à instituição, importa entender que apesar da retirada de um jovem do seu contexto familiar se relacionar com razões de insustentabilidade da família no cuidar, essa é a realidade que o jovem sempre conheceu, ou seja, a realidade vivenciada por si sugere um contexto de normalidade dentro da disfuncionalidade e uma necessidade de manter um sentimento de pertença afigura-se crucial (Mota, 2021).

“Na manhã do dia 7, de janeiro, dois dias após a confirmação do caso positivo à Covid-19, o jovem retornou à instituição, acompanhado pelas autoridades policiais. Contudo, aquilo que se verifica é que este mantém o pensamento fixo na família, havendo uma grande probabilidade de ocorrer nova fuga” Nota de campo de, 6 de janeiro, de 2021

Esta ideia é reforçada num estudo realizado por Sousa e Cruz (2016)¹². Foram analisadas as representações que as crianças fazem acerca das figuras parentais e as competências sociais das mesmas em função da experiência de maus-tratos, sendo que as conclusões apontam para o facto de as crianças maltratadas e não maltratadas terem tendência a representar de forma semelhante as figuras parentais. Estes resultados podem justificar-se, segundo os investigadores, pela possibilidade de haver uma reconstrução subjetivamente filtrada das experiências familiares, uma vez que as crianças e jovens tentam compensar aquilo que percebem como desejável na abordagem educativa das figuras parentais, sendo as suas narrativas influenciadas por mecanismos de regulação

¹² Um total de 62 crianças participaram neste estudo, sendo que, 22 delas experienciaram maus-tratos (15 meninas e 7 meninos) e as restantes 40 não. Segundo os autores (2016), o instrumento de recolha de dados foram entrevistas semiestruturadas, nomeadamente, as Entrevistas de Avaliação das Representações das Crianças acerca das Figuras Parentais (EARCEF)

emocional. Além disso, no que concerne às diferenças das competências sociais entre crianças maltratadas e não maltratadas, ficou evidente que as primeiras são percebidas como menos competentes socialmente e como apresentando mais problemas de comportamento, sendo que, o acumular de eventos traumatizantes, como os maus tratos, pode estar efetivamente associado a distúrbios emocionais e comportamentais, tratando-se de jovens mais vulneráveis, marcados por vinculações inseguras e com uma maior tendência na procura de apoio e proteção, mesmo que essa procura seja feita de uma forma paradoxal, ou seja, através do mau comportamento na tentativa de apelar à atenção (Sousa e Cruz, 2016). Por sua vez, crianças e jovens caracterizados por vinculações inseguras criam “barreiras” afetivas em seu redor, ou seja, mecanismos de defesa para evitar o sofrimento (Mota e Matos, 2008). Soares (2009) afirma que este tipo de vinculações são o principal preditor das interpretações negativas das situações ambíguas.

Assim sendo, o processo de colocação em meio extrafamiliar implica adaptações a uma separação e a um novo local e modo de vida. Segundo Mota (2021), aos jovens resta sempre uma esperança de mudança, e um desejo profundo de virem a ser queridos e acarinhados no seio familiar. Mesmo que as instituições de acolhimento estejam mais preparadas sob o ponto de vista técnico, é ainda um forte constrangimento para os jovens aceitar a separação do seio familiar ou até mesmo a ausência do mesmo, para além do facto de, na maioria dos casos, não existir um pensamento em torno da esperança ou sequer da expectativa de um futuro mais sorridente.

Em contrapartida, estes jovens não estão eternamente condenados a uma vivência afetiva pobre, nem a uma limitação eminente no processo de adaptação, uma vez que nenhum efeito inerente às descontinuidades familiares ou ausência da qualidade da relação familiar tem que ser irreversível, sendo aqui que se situa a importância das relações afetivas que virão a ser construídas com os cuidadores (Mota, 2021).

Embora a reorganização afetiva destes jovens possa afigurar-se morosa, importa trabalhar este processo de dentro para fora, dando prioridade e uma valorização de todos os recursos humanos que contribuem para esta tarefa, tendo em conta que para além do espaço físico e das condições das casas de acolhimento, o “*capital humano*” faz toda a diferença. Deste modo, quando um jovem vem para a instituição deve encontrar um espaço de calor e apoio incondicional, cabendo aos cuidadores não ignorar as suas vivências, mas criar pontos de referência, servir de porto seguro (Mota, 2021).

É fulcral que o processo de luto seja elaborado de forma adaptativa em instituições adequadas, isto é, que confirmem um acompanhamento a nível afetivo e

psicossocial, criando elos vinculativos que proporcionem ao jovem a base segura e de proteção que não teve até ali, pretendendo-se atingir uma estabilidade emocional futura (Gonçalves, Paixão e Couceiro, 2017). Num processo lento, Strecht (2012) afirma que é frequente o jovem “escolher” um adulto que será afetivamente significativo e de quem espera receber atenção particular. Consequentemente, a aceção de família passa a ser criada em torno das figuras que os jovens percecionam como securizantes, mas que estão física e emocionalmente próximas de si, visto que o contacto com o seio familiar é escasso ou até mesmo insuficiente (Mota e Matos, 2010).

Em suma, para alcançar relações vinculativas seguras com as crianças e jovens, isto é, marcadas pela proximidade, conforto, proteção, segurança e intimidade, por um apoio ou ajuda quando as crianças e jovens o necessitam, os cuidadores institucionais devem adotar uma postura que promova a partilha do sofrimento, pensamento e sentimento por parte dos jovens, porque *“não há manuais de boas maneiras, ou de maneiras únicas de cuidar e reparar, mas há pessoas e formas genuínas de compreender e sobretudo aceitar”* (Mota, 2021).

3.1 Papel reparador das relações de vinculação com os cuidadores formais

As relações de vinculação estabelecidas entre os jovens e os cuidadores institucionais têm uma função reparadora que acaba por ter influência em várias dimensões do desenvolvimento dos jovens, nomeadamente no que diz respeito a um autoconhecimento¹³ positivo e estável, uma imagem de si marcada pela autoestima e autoconfiança. Strecht (2012) afirma que os adultos afetivamente significativos, eleitos pela criança ou jovem, terão um efeito reparador no “eu”, conferindo-lhe espaço para poder ouvir, dizer o que sente e o que pensa. Neste seguimento, a figura de vinculação eficaz é aquela que está disponível e que consegue apoiar a criança a manter o seu nível de ativação emocional dentro de limites, sem impedir o desenvolvimento dos objetivos comportamentais, a sua competência (ainda que possa ser limitada) de regulação autónoma e a exploração do mundo pela criança ou jovem (Soares, 2009). Atendendo às suas necessidades, o cuidador institucional deve adotar uma atitude empática e incondicionalmente aceitante, desmistificando preconceitos criados em torno desses jovens e demonstrando disponibilidade e uma capacidade de escuta ativa, uma vez que

¹³ Soares (2009) explica-o como a forma como as crianças e sobretudo os jovens definem a sua identidade ao nível consciente.

“ouvir e estar disponível para partilhar um sofrimento é o essencial, muito mais do que perguntar ou tentar interpretar” (Strecht, 2012).

É fundamental que estes jovens sejam encarados como suscetíveis de mudança. Embora o seu passado seja marcado por relações de vinculação inseguras e instáveis, podem desenvolver uma trajetória semelhante a qualquer jovem que viva numa família estruturada. Aliás, se os jovens sentirem o investimento das figuras significativas, criam uma segurança emocional que potencia a sua capacidade adaptativa (Mota e Matos, 2008). Por outro lado, tal como já foi descrito, se a figura de vinculação não for sensível e o cuidador institucional não estiver emocionalmente disponível, a criança vê-se perante uma situação para a qual ainda não tem as competências necessárias (Soares, 2009).

Gonçalves, Paixão e Couceiro (2017) desenvolveram um estudo¹⁴ que teve por finalidade a compreensão das representações que as crianças/jovens institucionalizados constroem acerca dos cuidadores institucionais, bem como, o modo como os últimos se traduzem em elementos de suporte. Por sua vez, os investigadores levaram também em consideração o impacto dessa relação estabelecida entre a criança/jovem e os respetivos cuidadores institucionais na reparação das vivências de separação dos cuidadores de quem foram retiradas. Neste estudo, que analisa a perspetiva das crianças, ficou demonstrado que estabeleceram ligações afetivas seguras com os cuidadores institucionais. A positividade destas relações, segundo os investigadores (2017), está ligada ao facto de os cuidadores demonstrarem disponibilidade para a interação, uma capacidade de ajudar e proporcionar conforto, estando presente um ambiente de holding, no qual os cuidadores são percebidos como uma base segura. Assim, o estudo revelou que a qualidade desta relação reflete-se positivamente ao nível dos comportamentos, ou seja, as crianças revelam-se mais autónomas, expressam sentimentos mais elevados de reciprocidade afetiva e empatia, maior autoestima, têm uma maior tendência em reconhecer os seus defeitos, uma menor manifestação de comportamentos agressivos e evidenciam comportamentos de obediência às regras. No entanto, tendem a tentar ocultar algumas fragilidades, não pela evidência da falta de confiança ou da indisponibilidade

¹⁴ O instrumento de recolha de dados deste estudo foram entrevistas, sendo que tiveram lugar num CAT e estiveram implicadas 8 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos. Os dados foram analisados através da Grounded Theory, segundo uma categoria principal, ou seja, a Vinculação Suportativa e subdividiram-na em 6: Competência Emocional; Dimensão Relacional; Aspectos da Personalidade; Mundo Interno; Desenvolvimento da Autonomia e da Diferenciação; Regulação Emocional. Os autores (2017) acrescentaram ainda que a observação do comportamento assumiu relevância na recolha e análise da informação, uma vez que as entrevistas foram realizadas consoante a disponibilidade das crianças “evitando alterações na dinâmica do CAT” (Gonçalves, Paixão e Couceiro, 2017).

dos cuidadores, mas pela tentativa de evitarem sentir emoções menos positivas. Em suma, os autores supracitados explicitam que a segurança das relações vinculativas estabelecidas com os cuidadores institucionais demonstra que há uma maior facilidade por parte das crianças em expressar emoções e regular estados afetivos negativos.

Noutro estudo¹⁵ levado a cabo por Mota e Matos (2010), foi realizada uma análise relativamente ao papel das figuras significativas na predição de competências sociais como a empatia, a assertividade e o autocontrolo em adolescentes institucionalizados. Os investigadores concluíram que a proximidade que pauta a relação com as figuras significativas advém de uma vivência diária com os jovens. Segundo os autores, estas figuras representam um papel importante no trabalho interno destes jovens, potenciando o desenvolvimento de limites internos e externos que se traduzem em indicadores de maturidade, isto é, a qualidade da ligação aos cuidadores prediz a qualidade da ligação desenvolvida com os pares e um efeito indireto no desenvolvimento das competências de empatia e assertividade. Assim sendo, relações de vinculação seguras com os cuidadores são perspetivadas como uma segunda oportunidade na construção de modelos internos adaptativos dos jovens (Mota e Matos, 2010). Derivado a fatores protetores, individuais ou ambientais, que ajudam a amortecer os fatores de risco ou acontecimentos da vida aos quais os jovens estiveram expostos, os últimos são passíveis de desenvolver uma capacidade de adaptação e resiliência, utilizando estratégias de *coping* eficazes e sendo capazes de regular eficientemente as emoções, isto é, as relações de afeto com os cuidadores resultam numa experiência emocional relevante (Soares, 2009).

¹⁵ O instrumento de recolha de dados deste estudo foram questionários de autorrelato, nomeadamente, o IPPA, que tem como objetivo avaliar a qualidade das relações de vinculação. A amostra é constituída por 109 adolescentes institucionalizados em casas de acolhimento, cuja permanência na instituição vai entre o espaço de meses até 15 anos (Mota e Matos, 2010)

Parte II – Proteção de crianças e jovens em risco e Institucionalização

Capítulo I - Enquadramento Legal e Acolhimento Residencial

Neste capítulo serão apresentados os principais marcos alcançados pela Legislação Portuguesa, dando ênfase à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e às Medidas de Promoção e Proteção, explorando a Medida do Acolhimento Residencial. Pretende-se expor as medidas de Política Social que dão suporte legal ao contexto institucional onde decorreu o Estágio, incluindo os dados estatísticos mais recentes do Acolhimento em Portugal (Relatórios CASA, 2017/2019) para uma compreensão da realidade portuguesa.

1. Realidade Portuguesa – Evolução da Legislação

Em Portugal, a publicação da primeira Lei de Proteção à Criança é datada em 27 de maio, de 1911, publicada no Diário da Notícia, durante a primeira República. Este diploma introduz um sistema próprio para a intervenção com crianças e jovens procurando “ (...) *prevenir os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos com menos de dezasseis anos (...).*” (art.º 1º, LPI). Em atenção ao pensamento político da época, deu-se a reformulação da Lei em 1925 e, em termos internacionais, data de 1924, surge a primeira referência aos direitos na infância quando na 5ª Assembleia da Sociedade das Nações se adotou a “*Carta dos Direitos da Criança*” ou “*Declaração de Genebra*” (Magalhães, 2010).

Quase duas décadas depois, em 1962 foi publicada a Organização Tutelares de Menores. A última, veio a ser revista posteriormente e foi de máxima importância, providenciando não só uma atitude remediativa, mas também preventiva, permitindo uma intervenção mais ecológica e, por sua vez, considerando outros agentes. (Cansado, 2008).

Após a Revolução de 1974, a industrialização e a urbanização trouxeram uma nova preocupação por parte dos “reformadores” sobre a infância, em relação aos direitos das crianças, ocorrendo mudanças mais extensas com o fim do Estado Novo (Tomás, et. al., 2015). Neste seguimento, no ano de 1978 foi criado o Decreto-Lei 314/78, de 27 de outubro, documento legal em que foi dividida a matéria correspondente à criança e ao jovem para o Tribunal de Menores, em separado dos assuntos de família, a serem questões para o Tribunal de Família (Henriques, Bento, Martins & Costa, 2014).

Na década de 80, com o surgimento de um número considerável de IPSS e a criação das Comissões de Proteção de Menores, sucedeu-se um alargamento da estrutura de apoio e intervenção. Segundo Cansado (2008), a formulação de um modelo de proteção às crianças e jovens em risco afigurou-se outro marco importante, uma vez que este modelo consagra uma participação mais significativa da comunidade no processo, passando a estar presente o envolvimento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens¹⁶, dos Tribunais e uma parceria entre as entidades públicas e privadas com ligações às questões da infância e juventude. No final da década, mais precisamente em 1989, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a “*Convenção dos Direitos da Criança*” (CDC), com 54 artigos, que foi implementada em Portugal, em 1990 (Mota & Matos, 2008) e, dois anos depois, com reflexos no país, foi também aprovada a Carta Europeia dos Direitos da criança, pelo Parlamento Europeu (Magalhães, 2010).

Com o passar dos anos, ocorreram inevitáveis mudanças sociais e, em 1995, foi quando se deu uma reformulação dos Direitos de Menores, com alicerce na Constituição da República Portuguesa (1976) e na Convenção dos Direitos das Crianças. Cumulativamente, continuaram a ser formuladas novas medidas nessa área através das recomendações internacionais e, no século XX, finalizava-se a legislação desta temática, nomeadamente em 1999, com a “*Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*” (LPCJP), Lei nº. 147/99, de 1 de setembro (Almeida & Fernandes, 2010).

É possível admitir que a forma atual de Intervenção do sistema de proteção à criança é um produto de sua história, sociedade, linguagem e cultura, sendo crucial uma atitude do Estado para com as famílias e as crianças ou jovens, desejavelmente no tipo de ajuda que seja a mais adequada para cada situação.

¹⁶ As CPCJ foram criadas na sequência do Decreto-Lei nº 189/91 (Ministério da Justiça, 1991) e são organismos oficiais não judiciais com autonomia funcional. As Comissões possuem um domínio local e são competentes na área do município onde têm sede. A intervenção para a defesa dos direitos obedece a determinados princípios como o interesse superior da criança, a privacidade, intervenção precoce, intervenção mínima, proporcionalidade e atualidade, responsabilidade parental, prevalência da família, obrigatoriedade da informações e subsidiariedade (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, 2021).

2. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

A primeira versão da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) corresponde à Lei nº 147/99, de 1 de setembro. Atualmente, depois de algumas revisões, encontra-se em vigor a quinta atualização: Lei nº 26/2018, de 5 de julho.

Tal como é explicitado no Art.º 1 da LPCJP, esta tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, de modo a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, aplicando-se àquelas que residam ou se encontrem em território nacional, segundo a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). Com a LPCJP, o termo “criança” passou a ser “criança ou jovem”, defendendo-se que abrangia “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuidade da intervenção, iniciada antes de atingir os 18 anos”, como está descrito no Art.º 5º da LPCJP. No entanto, com as alterações legais, pelo Decreto-Lei nº159/2015, modificou-se a idade de “proteção e acolhimento” do jovem adulto até aos 25 anos.

Por sua vez, a Intervenção justifica-se quando os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto não garantam a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, ou seja, a legitimidade da Intervenção passa pela promoção dos direitos e proteção da criança ou jovem em perigo, como é observável no Art.º 3, nº 1, da LPCJP, estando igualmente descritas no nº 2, da alínea a) à alínea h), as situações de perigo que são consideradas pela Lei.

Segundo a revisão do estado da arte efetuada, e considerando o Art.º 6 da LPCJP, é possível admitir que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo funciona também como um instrumento de trabalho fundamental para as entidades com competência em matéria de Infância e Juventude¹⁷, as Comissões de proteção de crianças e jovens, os Tribunais¹⁸ e, consequentemente para todos os profissionais que trabalham nesta área de Intervenção. Neste prisma, as competências e funções das comissões de proteção, dos tribunais e do Ministério Público na área da família e das crianças e jovens exigem uma

¹⁷ Segundo o Art.º 5 da LPCJP, alínea d), as Entidades em matéria de Infância e Juventude, no que concerne à sua definição, correspondem às pessoas singulares ou coletivas, públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo;

¹⁸ A LPCJP institucionaliza um sistema global de proteção, regulando a intervenção social do Estado e da comunidade, reservando a Intervenção dos Tribunais para os casos de ausência de consentimento, ou quando é necessário decidir sobre restrições ou regulação do exercício de direitos.

Avaliação, Diagnóstico e Intervenção em situações de risco e perigo (Art.º 7, nº 4, alínea a), da LPCJP), tal como foi explanado anteriormente, bem como o acompanhamento da criança ou jovem e respetiva família, em execução de um Plano de Intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres (Art.º 7, nº 4, alínea c), da LPCJP). Por esse motivo, é crucial que o trabalho se organize de forma articulada, que se valorize o espírito de partilha e de cooperação entre todos, ampliando a qualidade e a eficácia da intervenção e proporcionando a construção de modelos de ação adequados à realidade sobre a qual se intervém.

Neste seguimento, tendo presentes os princípios norteadores da Intervenção previstos no Art.º 4, a responsabilidade parental, obrigatoriedade da informação e audição obrigatória e participação, da LPCJP, assim como a norma constitucional ínsita no Art.º 36º, nº 5, da Constituição da República Portuguesa, deve procurar obter-se o envolvimento no processo dos progenitores, mesmo que um deles não seja detentor da guarda, da titularidade do exercício do poder paternal ou caso outrem detenha a guarda de facto¹⁹. Por outro lado, está explícito na LPCJP, nos termos do Art.º 10º, nº1, a importância da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos, uma vez que a Intervenção das Entidades em Matéria de Infância e Juventude e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens pressupõe o seu consentimento. Desta forma, quando a criança ou jovem se opõe, a Intervenção judicial toma lugar e reserva-se ao Tribunal o recurso de última instância. Assim, a LPCJP institucionaliza um sistema global de proteção, regulando a intervenção social do Estado e da comunidade, reservando a Intervenção dos Tribunais para os casos de ausência de consentimento, ou quando é necessário decidir sobre restrições ou regulação do exercício de direitos.

2.1 Medidas de Promoção dos Direitos e Proteção

Conforme estipula o artigo 3.º da LPCJP, “ (...) a intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança/jovem em perigo verifica-se quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ou terceiros sem a oposição daqueles, ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança/jovem (...) ”. Desta forma, o Estado, na sua Intervenção, dispõe de medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças/jovens que,

¹⁹ Disposta no Art.º 5, alínea b), a definição de guarda de facto diz respeito à “relação que se estabelece entre a criança ou jovem, e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais” (LPCJP).

segundo o artigo 34.º da referida Lei, têm como principal finalidade remover o perigo de que as crianças/jovens são alvo, isto é, afastá-los das situações que coloquem em causa o seu bem-estar, bem como “*proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral*” e, por fim, “*garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso*” (Art.º 43, LPCJP).

Estas medidas aplicadas pelas Comissões de Proteção ou em processo judicial integram um Acordo de Promoção e Proteção (Art.º 36, LPCJP), encontram-se insitas no Art.º 35, nº 1: “*Apoio junto dos pais; Apoio junto de outro familiar; Confiança a pessoa idónea; Apoio para a autonomia de vida; Acolhimento familiar; Acolhimento residencial.*”. As medidas em meio natural de vida, cujo objetivo é promover que a criança ou jovem se desenvolva no seu contexto natural, normalmente são as primeiras a ser exploradas, evitando uma rutura total com a realidade em que estão inseridas. Contudo, quando a intervenção não surte os efeitos desejados e todos os recursos são esgotados, recorre-se às medidas de colocação, que consistem no Acolhimento familiar, confiança a família de acolhimento ou a institucionalização com vista à adoção, e o Acolhimento Residencial (artigo 35.º, n.ºs 2 e 3, da LPCJP).

2.1.1 O Acolhimento Residencial

O Acolhimento Residencial é uma das Medidas de Promoção e Proteção prevista na Legislação Portuguesa, Art.º 35.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro e, posteriormente, pela Lei nº 23/2017 de 23 de maio.

Esta medida, segundo o artigo 49.º da LPCJP, “*(...) consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados (...)*”. O Acolhimento Residencial verifica-se em Casas de Acolhimento que podem assumir unidades especializadas, ou seja, aquelas que são destinadas a dar resposta a situações de emergência; Casas de Acolhimento para dar resposta a situações especiais e que suscitem intervenção educativa e terapêutica; e apartamentos de autonomização com vista à autonomia de vida dos jovens (Art.º 50.º da LPCJP). No entanto, o Acolhimento Residencial pode assumir-se como medida planeada ou urgente (Art.º 51º da LPCJP), constituindo a última solução de recurso para a criança ou jovem e só deve ser aplicado quando as restantes medidas se tornem inviáveis (Art.º 46º, nº4 da LPCJP).

A origem dos Lares de Infância e Juventude está instituída no artigo 52º da LPCJP, podendo ser considerados de estatuto público ou cooperativista, social ou privado, em colaboração com o Governo. O seu funcionamento encontra-se estabelecido em regime aberto e a sua função primordial corresponde ao favorecimento de uma relação afetiva, inserindo a criança/jovem no meio social, de modo que possa ter uma vida diária personalizada (Art.º 53 da LPCJP).

Quando prevalece a necessidade desta medida ser posta em prática, há um fator que deve ser comum às organizações residenciais: a sua missão. No que diz respeito às finalidades, estas são definidas por entidades externas (legislação e documentos oficiais) e no interior da organização. Desta forma, devem ser adotados princípios orientadores, comuns a todos os que nela colaboram. A cultura organizacional deve, neste sentido, *“orientar-se para e por uma missão comum e ter uma visão clara do futuro que deseja, cumprindo normas éticas e obedecendo a valores fundamentais”*, segundo o Manual de Boas Práticas. E, para que a qualidade seja garantida, torna-se imperial encontrar um equilíbrio entre os direitos, deveres e responsabilidades de todos, fazer cumprir o regulamento interno e ter em funcionamento um modelo de supervisão externa com vista a garantir a promoção da qualidade do acolhimento²⁰.

Posto isto, pode dizer-se que a missão contribui para clarificar as regras de funcionamento da Instituição e a sua sustentabilidade. Em simultâneo, para permitir e encorajar mudanças de atitude e estratégia, para que a Instituição Residencial possa contribuir para o bem-estar e desenvolvimento harmonioso da comunidade envolvente. Por outro lado, contrariamente à missão, a prestação de serviços é comum a todas as Instituições, passando por uma avaliação diagnóstica, um plano socioeducativo individual, um projeto educativo, cuidados especiais e adaptados à satisfação das necessidades, sendo também fundamental considerar a população abrangida, tendo em conta que será a beneficiária dos serviços prestados.

Gomes (2010) refere que, para um acolhimento com “qualidade”, devem estar presentes certos princípios como a integração na sociedade, a individualidade, os cuidados com a saúde, a proteção e segurança, a elaboração e a execução de um Projeto de Vida e o respeito pelos direitos da criança e da família, sempre com o intuito de se respeitar a opinião da criança, mediante o reconhecimento das próprias decisões²¹.

²⁰ Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro, Art.º 26, alíneas a), b).

²¹ Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro, art. 26, alíneas c), d), e), g), h), k).

O lar de infância e juventude assume também o papel de proporcionar condições que contribuam para a construção da sua identidade e, apesar de as crianças/jovens estarem fora do seu contexto natural de vida, “ (...) *os seus pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitá-los na instituição, mediante os horários e normas de funcionamento estipulados pela mesma, exceto se existir uma decisão judicial que dite o contrário (...)* ” (Art.º 53.º da LPCJP). Por sua vez, os Lares de Infância e Juventude são obrigados, por Lei, a possuir uma equipa técnica “(...) *capaz de assumir um carácter multidisciplinar, com formação na área das ciências sociais (...)*”, contando com Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais, Sociólogos, sendo o Diretor Técnico designado de entre os colaboradores desta equipa (Art.º 54.º da LPCJP).

Justifica-se, por último, no que diz respeito à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), salientar que se refere à autoridade de entidades que primam por educar crianças/jovens em Lares de Infância e Juventude. Substituindo o meio familiar, as últimas têm o intuito de acompanhar as necessidades e potencialidades de desenvolvimento físico, psicológico, sem esquecer as origens culturais e sociais de cada criança ou jovem.

2.1.2 Estatísticas relativas ao Acolhimento em Portugal

Segundo os últimos dados disponibilizados pelo Relatório Casa 2019 (Instituto da Segurança Social, 2021), referentes a 1 de novembro de 2019, no que diz respeito à caracterização da rede nacional de respostas de acolhimento, a FLEP é uma das 196 Casas de Acolhimento mistas localizadas em Portugal Continental (correspondendo a 56%). Para além disso, na data referida, encontravam-se acolhidas cerca de 7046 crianças e jovens nas diferentes respostas sociais²² (mais concretamente, 4179 em Lares de Infância e Juventude). É de referir que as principais entidades responsáveis pela aplicação da medida de promoção e proteção são os Tribunais (78%) e as CPCJ (restantes 22%).

Do total crianças e jovens em acolhimento, 4244 (60%) tiveram aplicada alguma medida em meio natural de vida antes do primeiro acolhimento. Denota-se uma primazia destas medidas ao invés do acolhimento, contudo, a Intervenção efetuada ter-se-á

²² Comunidade de Inserção, Casa Abrigo, Casa de Acolhimento de Emergência, Lar de Apoio, Colégio de Ensino Especial, Centro de Apoio à Vida, Lar de Infância e Juventude Especializado, Apartamento de Autonomização, Lar Residencial, Comunidade Terapêutica, Família de Acolhimento, Centro de Acolhimento Temporário, Lar de Infância e Juventude.

revelado ineficaz para proporcionar às crianças e jovens as condições de proteção e, consequentemente, insuficiente para afastar o perigo (Relatório Casa 2019).

Do mesmo modo, os dados revelam que 2498 iniciaram o acolhimento em 2019, o que resulta num crescimento de 17% face a 2018, e cessaram o acolhimento 2476 representando um decréscimo de 6%. É possível admitir que, no ano em análise, regista-se pela primeira vez, desde 2010, um número de entradas no sistema ligeiramente superior ao número de saídas, o que poderá representar um crescimento no número de crianças e jovens no sistema de acolhimento, caso a situação se mantenha nos anos seguintes. Esta diminuição do número de situações cessadas pode ser justificada, em larga medida, pela alteração legislativa que decorreu em 2017 (Lei nº 23/2017, de 23 de maio), que permitiu aos jovens com 21 anos ou mais, manterem a situação de acolhimento, caso estejam tenham os processos educativos ou formativos de carácter profissional ainda em curso (Relatório CASA 2019).

Mais especificamente, na evolução do número de crianças e jovens em Lares de Infância e Juventude, é possível verificar um decréscimo nos últimos anos. Em 2010 foram acolhidas 5954 crianças e jovens, enquanto em 2019 foram acolhidas 4179, podendo ser observado um decréscimo de 29% nos acolhimentos dos LIJ.

Relativamente ao número de Crianças e Jovens em situação de Acolhimento Residencial Generalista²³, por sexo, é possível identificar que 3160 crianças e jovens são do sexo masculino, correspondendo à maioria (52%), e 2969 são do sexo feminino (48%). Quanto à faixa etária, especificamente nos Lares de Infância e Juventude, pode observar-se que a maioria das crianças e jovens em acolhimento tem 12 anos ou mais, correspondendo a 3471 (83%), do total de 4179.

Por conseguinte, os Relatórios 2016 e 2017 revelam que as situações de perigo predominantes que estiveram na origem da situação de acolhimento, ou seja, aquelas motivaram a tomada de decisão pelas CPCJ ou pelos Tribunais para o afastamento temporário das crianças e jovens da sua família/meio natural de vida, no âmbito dos respetivos processos de promoção e proteção, são o mau trato físico e psicológico, negligência, abuso sexual, entre outros. Contudo, as situações de negligência são as que acontecem em maior número sobressaindo, no desdobramento das mesmas, a falta de supervisão e acompanhamento familiar e a exposição a modelos parentais desviantes. Por sua vez, considerando o Relatório Casa 2019 registam-se poucas alterações nas situações

²³ Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e Acolhimento de Emergência incluídos.

de perigo predominantes²⁴, mantendo-se em maior número as situações de negligência, tendo sido registradas 11564 situações.

No que concerne à Educação, a escola é uma das mais importantes e decisivas experiências de inclusão e a garantia do direito a uma educação adequada às potencialidades, expectativas e necessidades das crianças e jovens revela-se um objetivo central da execução das medidas de acolhimento. Torna-se imperativa a realização de um trabalho cooperado e a mobilização de recursos para a garantia da construção de projetos educativos inclusivos. (Relatório CASA 2019). Desta forma, o acesso individualizado a um currículo específico é imperativo, segundo o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho. Aqui, estão estabelecidos os princípios e normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, Art.º 1). Por sua vez, os dados relativos à Educação no Acolhimento Residencial Generalista dizem-nos que a maioria, isto é, 5628 crianças e jovens, que estão distribuídas pelos Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e Acolhimento de Emergência, frequentam respostas educativas e formativas, representando 92%.

As crianças e jovens têm direito a ser acolhidos numa casa de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar, tal como se encontra disposto na alínea i) do artigo 58.º da LPCJP. O relatório Casa 2019 evidencia que a maioria das crianças e jovens tem este direito assegurado, visto que cerca de 5672 crianças e jovens, correspondendo a 80%, permanecem próximas ou relativamente próximas da família de origem.

²⁴ Torna-se relevante referir que podem ter sido detetadas mais do que uma situação de perigo em cada criança e jovem que entrou no sistema de acolhimento, o que explica o número de situações de perigo diagnosticadas, ou seja, um total de 16.304, um número muito superior ao número de crianças em situação de acolhimento a 1 de novembro de 2019 (Relatório Casa 2019).

Capítulo II - Diagnóstico Socioinstitucional – Fundação Lar Evangélico Português

A Fundação Lar Evangélico Português corresponde a uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida de utilidade pública e fundada em meados do século XX, no tempo do pós 2ª Guerra Mundial, em 7 de julho de 1948. Os seus fundadores foram o Pastor Joaquim Eduardo Machado e, sua esposa, Isménia Augusta Fontes Machado, com o apoio da Terceira Igreja Evangélica Batista do Porto.

Surgiu pelo acolhimento de crianças e idosos pobres e desamparados e foi-se ampliando até à atualidade, com a construção de um Lar de Idosos e um Lar de Infância e Juventude, sendo estas as respostas sociais da sua atuação e a última, aquela em que se incidiu o estágio profissional do Mestrado em Intervenção na Infância e Juventude.

Missão e Objetivos

Todas as Instituições se regem por uma missão organizacional determinada a partir do propósito da mesma, isto é, intimamente ligada aos motivos da sua criação. Neste sentido, a missão que rege o funcionamento da Fundação Lar Evangélico Português diz respeito a prestar serviços aos cidadãos nas áreas da infância e da juventude, contribuindo para o seu bem-estar e formação integral, segundo os princípios da Fé Cristã Evangélica, contidos na Bíblia Sagrada e inerentes aos ensinamentos dos fundadores.

A atuação do Lar de Infância e Juventude é determinada por vários objetivos, através dos quais se operacionaliza a Intervenção, isto é: garantir a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, espirituais emocionais e sociais das crianças/jovens acolhidas e o efetivo exercício dos seus direitos; favorecer a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promover a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral; avaliar as necessidades e desenvolver as potencialidades de cada criança/jovem, com base na sua história de vida e na sua situação familiar através de estratégias, procedimentos e programas educativos e pedagógicos adequados; colaborar no projeto de promoção e proteção mais adequado a cada criança/jovem, tendo por base as medidas de promoção e proteção proferidas, o parecer das crianças/jovens, o parecer das entidades parceiras que acompanham a execução das medidas e a participação ativa dos pais, sempre que não existam impedimentos legais; conhecer as condições da família nuclear e alargada e

colaborar com as entidades competentes para a melhoria das condições que favorecem a reunificação familiar dos menores; proporcionar um ambiente familiar através de uma diária personalizada, com vinculações securizantes e oferta de experiências diversificadas, ricas e adequadas às suas necessidades e potencialidades; promover a participação ativa das crianças/jovens acolhidas no contexto geral em que estão inseridos e nas decisões que lhes digam respeito; preparar as crianças/jovens para a sua progressiva autonomia e integração familiar e social.

População Residente

Embora já tenham coabitado centenas de crianças e jovens na FLEP, atualmente (maio de 2021), a Instituição acolhe 10 rapazes e 3 raparigas com idades compreendidas entre os 7 e os 22 anos, sendo evidente uma discrepância no sexo dos acolhidos. Trata-se, portanto, de um LIJ misto, tendencialmente com menores colocados por Acordo de Promoção e Proteção ou Decisão Judicial, com uma visão multidisciplinar que procura abarcar todas as dimensões humanas e promover o desenvolvimento das potencialidades destas crianças e jovens.

Recursos Humanos

A instituição proporciona acolhimento, alojamento, alimentação, cuidados pessoais, autonomização e acompanhamento técnico e educativo, sendo o último exercido por vários colaboradores, que trabalham em conjunto, adequando-se às necessidades reais da resposta social. É possível admitir que o trabalho desenvolvido pelos recursos humanos vai muito além da simples prestação de um serviço, o seu desempenho processa-se de forma implicada, promovendo a afetividade com e entre as crianças e jovens, assegurando o respeito por valores como a justiça, dignidade e valorização pessoal, de forma a garantir o seu bem-estar.

É certo que a qualidade dos cuidados prestados está intimamente ligada à qualidade humana daqueles que os prestam e, para além das capacidades técnicas/académicas dos colaboradores, são valorizadas características pessoais no processo de seleção dos recursos humanos. Assim sendo, a Intervenção processa-se através do trabalho conjunto de três equipas, isto é, a Equipa Técnica, a Equipa Educativa e a Equipa de Apoio. Contextualizando, a Equipa Técnica é constituída por um mestre em Psicologia Clínica, que acumula a função de Diretor Técnico, uma licenciada em Serviço Social e uma licenciada em Educação Social. Relativamente à Equipa Educativa, é constituída por uma mestre em Ciências da Educação, um licenciado em Engenharia

Eletrônica e Automação e três licenciadas em Educação Social. Por fim, a Equipe de Apoio é constituída por um motorista e dois técnicos de serviços gerais.

Espaços e Compartimentos

O Lar de Infância e Juventude é composto por áreas funcionais que constituem a sua estrutura orgânica. Os espaços e compartimentos que as integram têm uma forte interligação entre si e a sua localização tem em conta alguns critérios, isto é, de dimensionamento, de salubridade, conforto e exigências de segurança. Estão incorporados espaços e compartimentos correspondentes às seguintes áreas funcionais: acessos e circulações, convívio e atividades, refeições, tratamento de roupa, arrumação e apoio técnico e administrativo.

Neste seguimento, a organização interna das instalações inclui as seguintes áreas residenciais: sala de jantar, duas alas (feminina e masculina) com quartos individuais e partilhados (2 jovens, no máximo) e instalações sanitárias. Denota-se que os equipamentos e decoração destes espaços não são personalizados tendo em conta as características e interesses das crianças e jovens e que lhes devia ser proporcionada a liberdade de se dirigirem ao seu quarto quando sentem necessidade de estar sozinhos, longe do barulho dos restantes, satisfazendo tanto as necessidades de intimidade como as de expansão, desde que esteja presente um respeito pelos outros e pelos seus pertences.

Relativamente às áreas de lazer, a Fundação Lar Evangélico Português dispõe de campos de jogos, salas de convívio, atividades e visitas e, no que diz respeito à área pedagógica, uma sala de estudo. Por sua vez, a casa de acolhimento residencial é ainda composta por uma área de serviços, nomeadamente, as cozinhas, lavandaria, áreas de apoio e arrecadação, e os colaboradores têm uma área destinada à execução do seu trabalho, isto é, o gabinete da direção, sala de reuniões, gabinete técnico e instalações para o pessoal docente.

Outro aspeto relevante refere-se à organização espacial/ambiente físico, visto que a relação entre o espaço disponível e o número de residentes é satisfatória, contudo, é possível admitir que a Instituição necessita de obras exteriores e de uma renovação das áreas de lazer. O mobiliário não é visualmente agradável ou atrativo, impedindo a sensação de ambiente familiar, sendo imperial, em simultâneo, cuidar a atitude de auto desvalorização expressa pelas crianças e jovens nos modos de tratar o ambiente físico. Por outro lado, a título de exemplo, é possível destacar que o revestimento de pavimentos e paredes são resistentes, não inflamáveis e facilmente laváveis, os níveis de iluminação

são adequados à utilização dos compartimentos, nomeadamente no que se refere às salas de convívio e de estudo, e as refeições ocorrem num ambiente calmo.

Capítulo III - Metodologia

Elegemos como objeto de estudo no trabalho de pesquisa e de intervenção, a análise da problemática do acolhimento institucional de crianças e jovens retiradas à família, para desta ser, em determinado momento, protegidos. Assim, a avaliação do contexto correspondeu à fase que antecedeu o desenho da investigação, ressaltando a importância de incidir sobre as relações de afeto com os cuidadores, que se constituem fundamentais ao desenvolvimento saudável de qualquer jovem e que assumem especial relevo quando nos debruçamos sobre a compreensão do papel destas relações no processo de institucionalização.

Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa tomou por referência a Teoria da Vinculação, à luz dos autores John Bowlby e Mary Ainsworth. Ao confrontarmos a literatura mais recente com os escritos destes autores, compreendemos que a suas obras continuam a ser uma referência significativa na investigação atual.

Por sua vez, o desenvolvimento do apego nos adolescentes em situação de acolhimento é uma temática de grande relevância social por existir um grande número de jovens institucionalizados em Portugal. No entanto, é possível constatar que a maior parte das pesquisas sobre este tema é direcionada às crianças. Os estudos da autora Catarina Pinheiro Mota são uma exceção e, por esse motivo, também uma referência, tendo em conta que tem vindo a desenvolver estudos sobre o acolhimento residencial, explanando a vivência de quem cuida, isto é, dos cuidadores nas instituições, mas também de quem quer ser cuidado, os jovens.

1. Objetivos de Investigação e Intervenção

Numa perspetiva de aplicar os conhecimentos teóricos num contexto real de trabalho e de aprofundamento de conteúdos pela prática, o estágio profissional e, consequentemente, este estudo, incidiu num objetivo geral:

- Compreender a natureza e desenvolvimento das relações de afeto estabelecidas entre jovens e cuidadores formais;

Por sua vez, a partir deste objetivo central foi possível traçar objetivos específicos:

- Captar o impacto das experiências de adversidade precoce na formação de vínculos estáveis;
- Analisar as percepções e significados atribuídos à vivência institucional com base na narrativa dos jovens;
- Compreender a perspectiva dos jovens no que diz respeito ao investimento e disponibilidade dos cuidadores para a criação de laços afetivos, e se diferenciam cuidadores em termos da relação, ou seja, se elegem cuidadores de referência;
- Inferir o modo como os jovens acolhidos reconhecem o valor das relações estabelecidas e o impacto das mesmas ao nível da regulação de emoções e resiliência;
- Analisar a percepção dos cuidadores relativamente às relações estabelecidas com os jovens, bem como os constrangimentos ou elementos facilitadores que estiveram na origem das mesmas;
- Averiguar se os cuidadores estão disponíveis para o estabelecimento de vínculos com os jovens, quais as estratégias adotadas no âmbito dessas relações e se, eles próprios, se percebem enquanto figuras securizantes e significativas de afeto.

2. Participantes

2.1 Jovens Institucionalizados

Do universo possível de 13 crianças e jovens, pareceu pertinente ter em conta o critério da idade. Por se pretender que o conjunto de participantes fosse o mais diferenciado possível, e consequentemente, mais enriquecedor ao nível da análise das suas respostas, foram admitidos 5 jovens para entrevistas.

Considerou-se que seria importante que os participantes tivessem um passado ligado à institucionalização, para que já estivessem minimamente integrados no grupo, já conhecessem as regras e procedimentos da casa, os pares e os adultos, bem como, conseguissem refletir sobre as suas vivências. Para além disso, a instituição acolhe maioritariamente jovens, considerando-se pertinente que amostra fosse constituída por participantes com idade igual ou superior a 14 anos.

Neste seguimento, R17m foi selecionado pelo facto de ter um passado ligado à institucionalização, seguido de adoção e retorno ao acolhimento, e por manter, recursivamente, os mesmos padrões relacionais e comportamentais, mostrando-se mais resistente ao trabalho terapêutico; T14m por ter vivido grande parte da sua vida institucionalizado, anteriormente noutro Lar de Infância e Juventude e, depois de uma tentativa de Reunificação Familiar falhada, regressou ao acolhimento; T16m pelo tempo de institucionalização e por ser mais reservado, sendo menos evidente a sua compreensão sobre o modo como percebe a sua relação com os cuidadores; B16f foi selecionada pelo tempo investido junto da mesma no decorrer do estágio pelas fragilidades que apresenta; A18f foi admitida em entrevista por ter deixado recentemente a instituição, considerando-se relevante o seu testemunho sobre o tempo de permanência na mesma, pelo reconhecimento de mudança interna assinalado pela jovem e cuidadores.

Considera-se que a maioria dos jovens revela dificuldades de verbalização e elaboração das suas respostas em contexto de entrevista, o que se traduziu num verdadeiro desafio para o investigador no que concerne à elaboração do guião de entrevista e na aplicação da mesma. Por sua vez, denota-se que a amostra é reduzida, porque alguns jovens têm menos de um ano de institucionalização e/ou menos de 14 anos.

2.2 Cuidadores Institucionais

Para além dos jovens, foram selecionados para entrevista alguns cuidadores formais da mesma instituição, isto é, 4 cuidadores foram eleitos como participantes, por uma questão lógica: dois elementos da Equipa Técnica (LET e JDT), entre eles, o Diretor Técnico da Instituição, e dois elementos da Equipa Educativa (DEE e SEE).

A pertinência da escolha destes profissionais deu-se pelas funções desempenhadas por cada um deles. Relativamente ao Diretor Técnico, este tem como funções dirigir e coordenar as equipas Técnica e Educativa, bem como, avaliar e promover a organização do LIJ e, desde o início, do projeto de vida de cada criança, em articulação com a Equipa Técnica e outros serviços/Instituições da comunidade relevantes para cada situação. Tornou-se relevante entrevistar outro elemento selecionado da Equipa Técnica, a Educadora Social, pelo facto de passar pelas suas funções garantir o desenvolvimento de todas as diligências necessárias, de modo a assegurar a satisfação das necessidades básicas a nível educacional, emocional, psicológico, familiar, da saúde, segurança e o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Por fim, foi fundamental incluir dois membros da Equipa Educativa, uma Mestre em Ciências da Educação e uma Educadora Social, cuja permanência junto dos jovens é mais próxima, no sentido em que os acompanham nas suas rotinas diárias e na supressão das suas necessidades.

3. Método e Instrumentos de Recolha de Dados

Num processo de Investigação devem ficar explícitos os princípios metodológicos e métodos a utilizar. Visando atingir uma análise em profundidade de casos particulares, este trabalho tem por base uma Metodologia Qualitativa, na medida em que esta permite uma maior compreensão das relações, nomeadamente nos significados atribuídos pelos participantes, assim como o levantamento de dados para compreender e interpretar comportamentos, opiniões e expectativas dos mesmos (Coutinho, 2014).

Esta abordagem metodológica permitiu compreender o valor e as intenções atribuídas pelos sujeitos aos acontecimentos em que estão envolvidos e a perceção que cada um tem das suas próprias experiências (Alonso, A., Lima, M., & Ronaldo, A., 2016). Seguindo esta lógica, foram seleccionados instrumentos de recolha de dados, optando-se pela observação participante, apoiada com registos no diário de bordo (anexo), e entrevistas semiestruturadas.

3.1 Observação Participante

Para atingir coerência empírica, seleccionou-se este instrumento de recolha de dados, que assumiu importância pela possibilidade de reflexão das dinâmicas dos jovens com os técnicos, envolvendo uma interação entre o investigador e os próprios. Esta técnica revelou-se fundamental, sobretudo por ter possibilitado uma integração do investigador nas dinâmicas da casa, tendo em conta que “...o investigador, regra geral, fica um pouco de fora esperando que o observem e aceitem no contexto. À medida que as relações se desenvolvem, vai participando mais” (Bogdan & Biklen, 1994)

É possível destacar que alguns jovens possibilitaram uma interação quase instantânea, não estranhando tanto a presença de uma pessoa exterior, enquanto a interação com outros jovens foi mais morosa e teve que por base o estabelecimento de uma relação de confiança, envolvendo uma preocupação em não invadir o seu espaço e/ou forçar uma relação que não queriam estabelecer.

Denota-se que a observação participante tornou-se útil durante todo o estágio e, particularmente na Intervenção desenvolvida, uma vez que permitiu observar o contexto onde os jovens estão inseridos, acedendo à sua realidade, captando os constrangimentos da Intervenção e a questão central deste trabalho: a natureza dos laços afetivos entre os jovens e os cuidadores formais. Esta técnica de recolha de dados foi fundamentada através

de registos no Diário de Bordo (anexo B), uma ferramenta de trabalho importante para descrever tudo aquilo que é observado (o espaço, os sujeitos, acontecimentos, interações, atividades, reações, atitudes e emoções), tornando-se um objeto privilegiado, pelo seu caráter reflexivo. Tal como referem Bodgan e Biklen (1994) as notas de campo são “...o relato escrito daquilo que (se) ouve, vê, experiencia e pensa...” (Bogdan & Biklen, 1994)

Neste seguimento, na elaboração das notas de campo, fez-se recurso a duas abordagens: a descritiva e a reflexiva. A abordagem descritiva teve por base a captação de uma imagem por palavras do local, dos sujeitos, das ações e das conversas observadas, enquanto na abordagem reflexiva deu-se ênfase à especulação, sentimentos e impressões no contexto de trabalho. Interligando estas duas abordagens, procurou-se descrever o dia-a-dia na instituição, desde os momentos e interações com as crianças e jovens, até aos momentos com a equipa técnica e educativa e as diferentes atividades que o estágio envolveu, tentando alcançar oportunidades de reflexão a partir das situações vivenciadas.

Importa referir que, para a escrita das notas de campo, tornou-se necessário adquirir competências como observar, escutar, calar, escrever e esquematizar com rapidez e agilidade, bem como recordar com precisão, ou seja, saber como realizar um registo amplo do observado e executado, documentando o contexto, os cenários, os atores e os comportamentos, de modo detalhado (Amado & Silva, 2013). A aquisição destas competências possibilitou tornar as notas de campo mais ricas ao nível do seu conteúdo, sendo possível identificar o que foi vivenciado pelo investigador e a sua evolução no contexto, nomeadamente nas relações de afinidade estabelecidas com os jovens, que serviram de alavanca para a Intervenção, tal como já foi descrito.

3.2 Entrevista Semiestruturada

Além da observação do contexto, ter acesso às informações por meio da reconstrução das experiências e vivências dos indivíduos, a partir de seus próprios relatos, afigurou-se crucial neste estudo e levou à seleção de outro instrumento de recolha de dados: a entrevista semiestruturada.

Realizadas à luz do enquadramento teórico e dos objetivos traçados para a investigação e intervenção, a aplicação de entrevistas possibilitou encontrar as lógicas (pessoal, afetiva e social) atribuídas pelos sujeitos em relação às suas vivências. Assim, esta técnica consistiu em gerar e manter um diálogo com as pessoas consideradas “chave” no processo de investigação e encontra-se associada a um conjunto de tópicos e interpretações que resultaram nos dados da investigação. A sua validação ocorre pelo

facto de as perspectivas teóricas tornarem como válido o significado das representações sociais construídas pelos indivíduos em situação de interação (Coutinho, 2014).

Neste seguimento, importa referir que foi definido previamente um guião de entrevista (Anexo B e Anexo C), que serviu de fio condutor durante a sua realização, no entanto, o último incluiu outras questões, para um maior esclarecimento, sempre que necessário (Nunes, G., Nascimento, M., & Alencar, M., 2016). Esta particularidade das entrevistas semiestruturadas permitiu uma maior fluidez da conversa e uma interação mais favorável.

Por sua vez, para garantir o anonimato e segurança de todos os intervenientes, foi realizado um consentimento (Anexo D), entregue e assinado pelo Diretor Técnico, onde estão explícitos os princípios éticos seguidos no âmbito da investigação

Capítulo IV - Experiência de Estágio/Intervenção

A partir da experiência de estágio profissional, procurou-se compreender a realidade do Lar de Infância e Juventude, visando aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. E, se por um lado se pretendeu um crescimento e amadurecimento profissional, simultaneamente esteve presente um acompanhamento diário nas rotinas das crianças e jovens que habitam naquela instituição e que dela dependem para atingir um desenvolvimento psicossocial saudável.

Através de um olhar atento à sua realidade perspetivou-se diagnosticar e refletir sobre algumas fragilidades desta resposta social e entender as necessidades que têm de ser colmatas aos jovens, sobretudo as necessidades afetivas, para que daí se parta para soluções e, cumulativamente para uma redução do risco no ambiente institucional.

Desta forma, neste capítulo encontra-se circunscrita a Intervenção desenvolvida no contexto do acolhimento, sendo que as atividades encontram-se suportadas pelas notas de campo registadas no Diário de Bordo (Anexo A).

1. Inserção no contexto e constrangimentos observados na Intervenção

A chegada ao contexto institucional exige, de qualquer profissional, uma observação atenta da realidade para que, antes de atuar sobre a mesma, consiga compreendê-la na sua amplitude. Neste sentido, aliada a uma capacidade reflexiva, a observação da realidade institucional serviu de rampa de lançamento para entender o propósito das práticas profissionais, bem como toda a organização e funcionamento do Lar de Infância e Juventude onde o Estágio Profissional decorreu.

Tendo presente que a construção de uma relação de confiança com as crianças e jovens iria contribuir largamente para o sucesso da Intervenção desenvolvida, priorizou-se investir na vertente relacional. O favorecimento de um clima de abertura, no qual esteve implícito um respeito genuíno pela individualidade de cada um, permitiu desarmar algumas das suas defesas e identificar, de modo mais abrangente, as suas necessidades. Este afigurou-se um dos maiores desafios do estágio profissional, tendo em conta que a incapacidade de falar sobre o que os faz sofrer, leva a que a maioria destas crianças e jovens apresente comportamentos irrefletidos e até disruptivos, uma vez que a sua

vivência afetiva os leva a desconfiar naturalmente dos adultos. Desta forma, partindo da aceitação das potencialidades, bem como das fragilidades de cada um dos acolhidos, a Intervenção desenvolvida passou também por, através do diálogo e reflexão, estimulá-los para a responsabilidade e para a análise crítica das suas ações.

Neste seguimento, o perfil destas crianças e jovens institucionalizados, com percursos marcados por perdas e traumas, exige também a organização de um ambiente estruturado para que aqueles com comportamentos desafiantes não caiam nos mesmos ciclos de coercividade. Contudo, pela observação do contexto, foi possível identificar alguns obstáculos e constrangimentos, sendo que o principal preditor de uma intervenção menos satisfatória na Fundação Lar Evangélico Português correspondia a um número insuficiente de pessoal.

Esta questão levava a um perfil de funções dos técnicos que não garantia tempo para investirem numa relação privilegiada com as crianças e jovens e resultava, em alguns momentos, numa prestação de cuidados pouco calorosa e sensível, e até numa baixa capacidade de resposta às necessidades emocionais das crianças e jovens, isto é, numa dificuldade acrescida em identificar e decodificar sinais ambíguos e comunicações implícitas no comportamento. Cumulativamente, verificou-se desproporcionalidade no número de crianças/jovens para um só cuidador, e a Instituição apresentava um esquema de trabalho associado a uma elevada rotatividade.

Por sua vez, no que diz respeito à Intervenção em Crise, é certo que a qualidade da Intervenção depende essencialmente do cuidador que a executa. A inserção no contexto permite destacar que algumas situações de crise não eram encaradas, por alguns cuidadores, como uma oportunidade reparadora. Não sendo capazes de proporcionar a contenção emocional necessária e de aproveitar a crise para promover formas eficazes de lidar com a ansiedade e stress, optavam por respostas punitivas, para cessar o comportamento desadequado no imediato, ao invés de compreender o que o motivou. Assim sendo, denota-se que dois dos maiores obstáculos na intervenção situavam-se na falta de investimento na capacitação dos cuidadores para intervir de forma informada e na ausência de mecanismos de apoio à equipa educativa, antes e após a ocorrência de situações de crise.

Relativamente à Educação, estas crianças e jovens são pouco incentivados desde cedo, não encontrando utilidade e motivação nos conteúdos escolares. Parte do problema reside nas dificuldades de integração na escola, sendo possível identificar a insuficiência ou inadequação das respostas formativas, e uma estigmatização ao nível da escola e

comunidade, onde as crianças e jovens se sentem rotulados/excluídos. Estas representações e narrativas sociais dominantes em relação àqueles que são institucionalizados minam o trabalho e o investimento do lar de infância e juventude.

Importa referir também que o estágio profissional decorreu durante a pandemia, levando a uma reorganização e readaptação de todos, tanto profissionais como utentes. A título de exemplo, o encerramento das escolas e equipamentos de apoio à infância acarretou uma mudança súbita nas suas rotinas, gerando desafios adicionais a todos, sobretudo ao nível da educação, onde foi necessário encontrar alternativas para que o percurso escolar das crianças e jovens não fosse prejudicado, sensibilizando a comunidade educativa para a necessidade de assegurar a todas as crianças e jovens o acesso aos recursos mínimos e as condições necessárias ao acompanhamento das atividades escolares, tarefa que se afigurou especialmente difícil, tal como foi descrito em várias notas de campo no Diário de Bordo (Anexo A).

E para além da educação, a situação pandémica levou ao cumprimento de um plano de contingência estabelecido na casa de acolhimento, o que pressupôs a sensibilização das crianças, jovens e cuidadores para a importância do seu cumprimento rigoroso, havendo também a necessidade de interromper contactos presenciais com a família e amigos, durante o tempo em que vigoraram as indicações para o isolamento social. Toda esta situação resultou na repetição de momentos de esclarecimento, uma vez que as crianças e jovens precisaram de tempo e repetição para integrarem a informação e se sentirem seguras, o que nem sempre se afigurou fácil.

Em suma, pode admitir-se que a sobrecarga de papéis, a imprevisibilidade do trabalho e ser efetivamente uma figura substituta de cuidado de crianças e jovens com percursos tão marcantes, transforma o papel do cuidador num processo desgastante. Este trabalho, combinado com o surgimento da pandemia, tornou ainda mais difícil a concretização da formação de vínculos estáveis entre crianças/jovens e cuidadores.

2. Atividades desenvolvidas

- Análise de solicitações de acolhimento (notas de campo de 2/ 9, de dezembro, de 2020) - A leitura destes documentos permitiu ter acesso à história e percurso de vida das crianças e jovens, as diligências anteriormente desenvolvidas, isto é, o seu percurso no âmbito do Processo de Promoção e Proteção, o posicionamento das famílias e das crianças e jovens face ao acolhimento, a entidade que o solicitou e toda a fundamentação que o sustentou. Uma análise atenta permitiu identificar fatores de risco e as necessidades que devem ser colmatadas na Intervenção;
- Análise de processos de Promoção e Proteção (notas de campo de 2/ 16, de dezembro, de 2020) – Possibilitou um esclarecimento relativamente aos critérios e documentação necessária para a consolidação do mesmo. No processo de cada criança ou jovem, encontram-se explícitos os objetivos da intervenção individual com base nas suas competências e potencialidades, focando essencialmente os níveis de desenvolvimento e os resultados desejáveis que se pretende alcançar. Por sua vez, esta análise possibilitou uma reflexão sobre questões ligadas à vinculação com as figuras precoces e sobre o impacto das experiências de adversidade precoce vivenciadas pelos jovens;
- Realização do Diagnóstico Socioinstitucional (nota de campo de 3, de dezembro, de 2020) - Esta atividade consistiu em compreender o funcionamento organizacional da Fundação Lar Evangélico Português ao nível da hierarquia, tomada de decisão, divisão do trabalho e coordenação das equipas, bem como refletir sobre a adequação das intervenções aos problemas e necessidades reais dos jovens e o modo como todos estes fatores influenciam o estabelecimento de relações afetivas entre os cuidadores e as crianças ou jovens;
- Participação na admissão de crianças e jovens na instituição (notas de campo de 3, de março e 20, de abril, de 2021) – Esta atividade permitiu observar e refletir sobre o ritual de transição da criança ou jovem para o acolhimento e, mais concretamente, o momento de admissão e toda a dinâmica associada ao mesmo, desde os seus intervenientes aos procedimentos. Observar este momento foi de

extrema importância, uma vez que a forma como as crianças ou jovens vivenciam os primeiros tempos de institucionalização pode ser crítica para o futuro que se avizinha, isto é, o seu processo de adaptação;

- Participação em reuniões de supervisão da Segurança Social (nota de campo de 19, de janeiro, de 2020) – Realizaram-se reuniões quinzenalmente com a técnica responsável da Segurança Social. Com base na avaliação diagnóstica e levantamento de necessidades efetuados, estas reuniões tiveram como objetivo ajudar a instituição a manter-se fiel aos princípios de qualidade do acolhimento e ao respeito pelos direitos da criança ou jovem, de acordo com aquilo que se encontra estabelecido no regulamento interno e estipulado na legislação em vigor;
- Escuta ativa das necessidades (notas de campo de 10, de dezembro, de 2020, 25, de fevereiro e 11, de março de 2021) – Pressupôs um clima de “livre expressão” em que as crianças e jovens puderam expressar opiniões, ideias, receios, angústias (etc.), servindo de “alavanca” para o estabelecimento de uma relação de confiança com estes. Implicou uma atenção redobrada aos sinais, pedidos de ajuda muitas vezes silenciados;
- Gestão de conflitos interpessoais (notas de campo de 13/ 21, de janeiro e 10, de março, de 2021) – Ressaltou a importância de ouvir as crianças e jovens, os seus sentimentos e opiniões, para compreender o que desencadeou o comportamento. Com tolerância e tendo por base um diálogo com e entre os envolvidos, mais do que repreendê-los, a experiência ao nível da gestão de conflitos permitiu compreender a importância de fazê-los refletir sobre a inadequação do seu comportamento e de procurar soluções, lado a lado, para evitar nova ocorrência;
- Prestação direta de cuidados (nota de campo de 12, de janeiro, de 2021) – Sucedeu-se numa altura em que as crianças e jovens se encontravam em isolamento profilático devido a um caso positivo à COVID-19. Neste momento especialmente sensível necessitaram de um contacto mais próximo e individualizado, que possibilitou um olhar atento no sentido de reduzir os

impactos mentais causados pelo isolamento e levou a uma reflexão sobre a importância do papel do cuidador;

- Acompanhamento no estudo (notas de campo de 10, de dezembro, de 2020 e 10/18/24, de fevereiro, de 2021) – Esta atividade consistiu na supervisão do ensino à distância e apoio na realização das tarefas das aulas assíncronas, visando a consolidação de aquisições e o desenvolvimento de capacidades, de forma a permitir a autonomia das crianças e jovens no processo de aprendizagem. Por conseguinte, possibilitou observar as práticas profissionais e detectar constrangimentos na intervenção;
- Acompanhamento em consultas (notas de campo de 28, de janeiro e 8/11, de fevereiro, de 2021) – Uma das necessidades desenvolvimentais das crianças e jovens diz respeito à sua saúde física e mental. Por esse motivo, esta atividade revelou-se fundamental, no sentido de promover as intervenções terapêuticas que se revelam mais adequadas a cada caso, assegurando os cuidados de saúde de forma proporcional. Pressupõe o acompanhamento em consultas de Medicina Dentária e em consultas de Pedopsiquiatria no Plano Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC), que fornece apoio técnico às Instituições que intervêm com crianças e jovens em risco, e no Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM), direcionado a mulheres toxicodependentes e seus filhos;
- Promoção de Competências Pessoais e Sociais – Esta atividade estendeu-se a todo o estágio profissional. Diariamente, no desenvolvimento da relação com as crianças e jovens e na comunicação com os mesmos, esteve presente uma intencionalidade: promover uma postura cívica e social (a fim de reduzir comportamentos negativos e desviantes, desenvolver competências de autorregulação emocional, a sua auto estima, responsabilidade e o respeito por si e pelo outro); expressar sentimentos positivos (promovendo uma capacidade de expressar afetos positivos); desenvolver o relacionamento interpessoal (promovendo a capacidade de interiorização das regras e limites, bem como desenvolvendo competências sociais ao nível da comunicação, relacionamento, assertividade e resolução de problemas).

Capítulo V - Análise e Tratamento dos Dados

1. Método de tratamento dos Dados

Através dos dados obtidos nas entrevistas, procurou-se explicitar, sistematizar e apresentar o conteúdo das respostas através do método de análise de conteúdo. Assim, recorreu-se à metodologia proposta por Bardin (2009), pelo que se efetuou, primeiramente, uma pré-análise. Nesta fase, foi constituído o *corpus* documental, isto é, as cinco entrevistas realizadas. Procedeu-se à transcrição integral das mesmas para suporte informático, sendo realizada uma leitura “flutuante” das respostas e resultando, por fim, na identificação de temas, para os quais foram criadas categorias e subcategorias.

De modo a exemplificar as respostas de cada participante, foram criadas unidades de registo, ou seja, recortes de respostas, de modo a que estas pudessem ser integradas em categorias e subcategorias de conteúdo semelhante. Este constitui-se um passo preponderante na pesquisa, uma vez que organizar, categorizar e transcrever as unidades de registo é o que atribui credibilidade ao instrumento e à análise em causa.

Com o propósito de diferenciar as unidades de registo de cada um dos sujeitos entrevistados, criou-se um código para cada uma das entrevistas. Este é composto por letras e números operacionalizados da seguinte forma: a primeira letra é maiúscula e corresponde à inicial do nome do/a jovem entrevistado/a. Seguem-se dois algarismos correspondentes à idade do/a jovem e, por último, um “f” ou “m”, consoante o entrevistado seja do sexo feminino ou masculino. Por sua vez, no caso dos cuidadores, o código criado corresponde à primeira letra da inicial do seu nome, seguida das iniciais da equipa a que pertence.

2. Análise de Conteúdo das Entrevistas aos jovens

Temas	Categorias	Subcategorias
Balanço sobre o passado	Experiências de adversidade precoce	Cuidados recebidos na infância
		Sentimentos de rejeição vividos na infância
		Repercussões das vivências na infância
Institucionalização	Experiência de Acolhimento	Admissão e Historial do Acolhimento
		Comportamentos de fuga
		Sentimentos ligados à institucionalização
Relações de Afeto e Institucionalização	Natureza das Relações securizantes de vinculação	Laços afetivos com os cuidadores
		Figura/s de referência
	Impacto das relações de afeto com os cuidadores formais	Regulação Emocional
		Resiliência

➤ **Experiências de adversidade precoce**

Cuidados recebidos na infância	<i>“Eles (padrinhos) eram maus comigo e eu procurava afeto nos meus amigos... eu comia pão duro, comida que sobrasse e a roupa, era a pior roupa que havia e eu odiava... nunca podia andar de cabelo solto, pintar as unhas ou fazer a depilação, não podia abrir a boca sequer” (A18f)</i>
	<i>“Ela (tia) batia-me, chamava-me nomes, insultava o meu pai e a mim, punha-me na maior parte das vezes a fazer tarefas domésticas e tudo e pronto, eu ficava revoltado, porque não era só eu que tinha de fazer aquilo” (T14m)</i>
	<i>“Os meus pais eram alcoólicos e vendiam droga. Depois disso fui adotado com 8 anos... agora com esta idade tenho mais maturidade, se tivesse escolha não teria sido adotado, preferia ficar com eles, mas como era pequeno não conseguia, não tinha comida, não tinha nada... agora conseguia-me safar” (R17m)</i>

É possível afirmar que 3 dos 5 jovens tiveram mudanças repetidas da pessoa que cuidava de si primariamente e as suas necessidades físicas básicas e emocionais foram sucessivamente negligenciadas, estando as últimas relacionadas com uma ausência de conforto, estimulação e afeto. Neste sentido, as representações parentais foram designadas enquanto punitivas e ineficazes, e ficaram marcadas pela inacessibilidade afetiva e não responsividade.

Sentimentos de rejeição vividos na infância	<i>“Quando me lembro dessa altura, só penso em tristeza, revolta e necessidade de afeto. Sabes quando queres sentir-te amada numa família e não és? Eu gostava de ter tido isso, mas não tive, então era como se fosse praticamente uma criada, alguém que eles usavam para fins deles, entendes? Eles (padrinhos) insultavam-me sempre que queriam, batiam-me sempre que queriam, faziam de mim criada sempre que queriam” (A18f)</i>
	<i>“Ela (tia) acolheu-me, mas passados dois anos de me ter acolhido já não demonstrava muito interesse... isso fez-me sentir mal, porque na altura eu disse que tinha feito uma má escolha e às vezes só me apetecia fugir de casa... só ao início é que sentia que pertencia ali. Às vezes faz-me sentir mal, outras vezes não sinto nada, é como se eles não me quisessem também” (T14m)</i>
	<i>“Eu só fazia porcarias, foi a partir daí que comecei a descambar e eles (pais) passaram a controlar-me mais e a desconfiar sempre daquilo que eu dizia ou fazia... não tinham mão em mim e não me compreendiam mesmo” (T16m)</i>

As experiências de rejeição relatadas pelos jovens resultaram na ausência de um sentimento de pertença e aceitação.

Nos casos em que o cuidado por parte das figuras parentais foi impossibilitado (A18f e T14m), procurou-se na família alargada assumir este papel. No entanto, podemos ressaltar uma sequência de descontinuidades vivenciais, pelo que os jovens transitaram de casa em casa, recriando um sentimento de fragmentação, desvalorização pessoal e vazio afetivo. O último, segundo Mota (2021), pode ser gerador de confusão e revolta, conduzindo estes jovens para modelos de vinculação inseguros ambivalentes e rejeitantes. Assim, os familiares por quem foram cuidados permaneceram ausentes afetivamente, levando estes jovens a subsistir num seio emocional que lhes criou uma imagem negativa do que significa ser cuidado (Mota, 2021).

Repercussões das vivências da infância	<i>“Enquanto vivi com os meus padrinhos, fui abusada por um vizinho, dos meus 11 aos 15 anos... nunca tive coragem de lhes contar, porque tinha medo da reação, que me batessem ou assim... sinto que isso me afeta até hoje, fez-me não gostar de mim e afetou-me principalmente na relação sexual com namorados, não é muito boa, porque ou alguma palavra, toque, cheiro faz-me lembrar esse homem...” (A18f)</i>
	<i>“A minha família fez-me não confiar nos outros. Às vezes posso confiar na pessoa, mas há certas coisas que eu não quero falar... estou bem, sinto que confio, mas não é na totalidade, porque eu sinto que vai ocorrer alguma coisa, alguma vez, algum dia que me vai fazer deixar de confiar, sinto que vou sempre perder as pessoas, tenho sempre medo de ser rejeitado... Hoje em dia eles dizem que eu sei de tudo da minha vida, mas eu acho que a história não está toda contada” (T14m)</i>
	<i>“Eu e o meu pai quase que andamos à porrada antes de vir para aqui, fiquei horrível por dentro, a partir dali só queria desaparecer, porque isso fez-me perder relação com ele, parece que não quer saber... e hoje em dia não me sinto tão confiante em expressar-me às vezes e fico mais calado” (T16m)</i>
	<i>Eu acabo por trazer para o presente aquilo que vivi, ainda estou na ideia de fazer os 18 anos e encontrar a minha mãe de sangue, só que a minha mãe não deixa, porque ela sabe a morada e sabe onde eles estão, mas não me diz, é isso que eu não compreendo e fico muito revoltado” (R17m)</i>

A título de exemplo, expomos o caso do jovem R17m. Pode assumir-se que, mesmo após uma rutura total com a família biológica, continua a persistir uma esperança de voltar a encontrar a mãe. Nunca tendo aceitado verdadeiramente a adoção e não conhecendo por dentro a sua realidade, vive a nostalgia dos períodos mais conturbados.

Este é um verdadeiro exemplo das possíveis e evidentes repercussões das vivências da infância, uma vez que a realidade vivenciada por este jovem sugere um contexto de normalidade dentro da disfuncionalidade, e uma necessidade de manter um sentimento de pertença urge (Mota, 2021), criando defesas como a idealização e até imagem compensatória da família biológica (Strecht, 2012).

Neste prisma, é possível admitir que este jovem, assim como os restantes (ainda que com percursos distintos), assumem vivências afetivas pobres e encontram-se numa posição de maior vulnerabilidade no que diz respeito a trajetórias desenvolvimentais desadaptativas. Podemos afirmar que transportam dentro de si uma estrutura defensiva que os impede de elaborar o sofrimento emocional, e que se traduz em insegurança, desconforto e culpa. As vivências afetivas no período que antecede a institucionalização ensinaram estes jovens a desconfiar dos adultos, oscilando entre um desejo de ser queridos e um sentimento de desvalorização pessoal (Mota, 2021).

➤ Experiência de acolhimento

Admissão e historial no acolhimento	<i>“Quando nasci, vivi até aos dois anos com os meus avós, só que depois os meus padrinhos viviam em cima deles e fizeram queixa, apresentaram queixa que os meus avós bebiam e então a polícia retirou-me... fui para um colégio até aos 6 anos e depois os meus padrinhos mudaram-se para outro sítio e ficaram com a minha tutela” (A18f)</i>
	<i>“Por aquilo que eu sei, vivi com a minha mãe até aos dois meses e depois ela abandonou-me e fiquei com a minha avó até aos 4/5 anos. Aí fui para um lar e estive lá mais ou menos 1 ano e meio e depois fui para outro, porque era mais perto da minha família e nesse estive 3 anos. Saí de lá porque a minha tia acolheu-me em casa dela e em 2020 vim para aqui” (T14m)</i>
	<i>“Tinha 7 anos quando me tiraram à minha família e acho que estive um ano numa instituição, até que depois fui adotado com 8 anos por esta família, mas nunca olhei para eles como família e depois vim para aqui” (R17m).</i>

Todos os jovens foram acolhidos com idade superior a 13 anos no lar de infância e juventude e 3 deles já haviam tido experiências de acolhimento anteriormente. Pelo seu discurso, mais uma vez se deteta a inconstância e alternância no cuidado prestado a estes jovens ao longo da sua infância. Podem ser perspetivados enquanto *“pintainhos que saíram da casca sem ter uma mãe para os proteger, a viver de bicada em bicada num mundo de raposas”* (Mota, 2021), o que significa que se sentem filhos de ninguém e que não pertencem a lugar nenhum.

Comportamentos de fuga	<i>“Eu fugia muitas vezes mesmo... lá dentro, não deixavam namorar e eu era muito revoltada mesmo, e não queria saber de nada e até achava que ninguém queria saber de mim ali. Fugi muitas vezes com o meu namorado daquela altura”</i> (A18f)
	<i>“Estava farto de estar cá dentro. Disseram que eu ia estar aqui no máximo 1 ano e já tinha passado esse tempo e tal, então eu fugi. E foi a partir daí que comecei a consumir e acabou por me fazer ficar mais tempo”</i> (T16m)
	<i>“Tantas vezes que já fugi... foi por causa das condições, o que há para um, há para todos e aqui não, não suporto a forma como às vezes sou tratado. E quando estive lá fora, não roubei nem fiz nada disso, até arranjei um trabalho. Só voltei para aqui, porque estou quase a fazer os 18 anos e precisava de voltar para levar o meu cartão de cidadão e as minhas coisas, por isso é que me demonstrei arrependido”</i> (R17m)

A partir do discurso dos jovens, os dados revelam-nos que os principais fatores preditores de comportamentos de fuga se prendem com a adaptação dos jovens à institucionalização, pela dificuldade em cumprir os regimes e regras institucionais e por uma vivência institucional carente de afeto.

A18f fugia na sequência de uma relação romântica fogaz, com a esperança de encontrar o carinho e cuidado que não teve na infância e não encontrava na instituição.

T16m revelou ter comportamentos de fuga por questões ligadas à família, para manter presente um sentimento de pertença. Era esta expectativa que o levava a fugir de um lugar onde não escolheu nem queria estar, verificando-se um forte constrangimento ao nível da aceitação da obrigatoriedade da separação do seio familiar.

R17m não aceita nem acredita que, na instituição, exista uma nova realidade que o vá ajudar, alguém que o vá acarinhar ou até que se importe com ele. Apesar de as regras serem extremamente organizadoras, para o jovem, entrar em contacto com regras que se

assemelham a castigos sob o ponto de vista do mesmo, afigura-se mais um fator de desorganização e potenciador de fugas.

Sentimentos ligados à institucionalização	<i>“Quando cheguei aqui senti tristeza e alegria ao mesmo tempo... tristeza por perceber que tinha de estar numa instituição para estar bem e não podia estar numa família normal, e alegria por perceber que ali já me iria sentir acolhida e protegida” (A18f)</i> <i>“Foi o melhor para mim ter vindo para aqui, tornei-me mais mulher, passei a olhar para o mundo real de cá de fora de uma maneira diferente. Eu pensava que ao fugir ia ser tudo melhor e que nunca mais ia voltar para o lar, que não precisava daquelas pessoas, mas é preciso, às vezes a gente fazer as coisas para perceber que realmente foi errado... e eles sempre me avisaram, acho que o importante é perceber os meus erros” (A18f)</i>
	<i>“Gosto de estar aqui, porque aqui não tenho medo e em casa sim tinha, por causa do stress e das confusões todas.” (B16f)</i> <i>“Foi muito bom para mim ter vindo para aqui para me acalmar quando tenho crises de mau comportamento. Eu estou melhor aqui, tenho mais coisas para fazer e nas aulas também gosto muito, porque me ajudam” (B16f)</i>
	<i>“Primeiro, senti-me leve, mais lá para o meio senti-me mais abalado e triste, porque no início era uma coisa, agora é outra... quando cheguei, eles acolheram-me bem, mas depois desligaram um bocado a atenção de mim, às vezes faz falta. Há momentos em que me sinto sozinho” (T14m)</i> <i>“Há coisas que não consigo aceitar aqui, mas ajudou-me e muito ter vindo para aqui, isto pode parecer pouco, mas ajuda muito” (T14m)</i>
	<i>“Quando vim para aqui senti muita revolta, muita raiva e isolava-me muito, não deixava ninguém aproximar-se. Agora já é diferente e sei que foi para o meu bem vir para cá, porque fazia muita asneira” (T16m)</i> <i>“Estar aqui ajudou-me a ter mais maturidade, melhorar o meu comportamento e ser uma pessoa mais calma, mas foi obviamente chato, porque não estive em casa com a minha família” (T16m)</i>
	<i>“Ao início sentia-me feliz ne, porque estava longe daquela família. Em casa eu sentia-me sozinho, eles eram capazes de ir jantar fora e deixar-me sozinho... mas agora também não me sinto bem aqui, estou farto de não</i>

	<i>poder fazer o que quero e de ser criticado por tudo e mais alguma coisa. Já só quero fazer os 18 anos para arrancar daqui” (R17m)</i> <i>“Não adiantou de nada ter vindo para aqui, só me fez ficar afastado, sair de casa, foi a única coisa de bom sinceramente” (R17m)</i>
--	--

No momento da institucionalização, estes jovens não se apresentavam como sujeitos saudáveis, demonstrando um ego desorganizado e apresentando problemas de ordem afetiva, tal como tem vindo a ser demonstrado. No entanto, os dados remetem para o reconhecido impacto da institucionalização nas suas vivências, encarada pela maioria dos intervenientes como uma descontinuidade que assume importância, fazendo uma clara distinção da percepção que tinham e passaram a ter do acolhimento.

➤ Natureza das relações securizantes de vinculação

Laços afetivos com os cuidadores formais	<i>“Procurava os conselhos deles no meu dia-a-dia para não cair, continuar sempre bem, e quando caia, mandar-me para cima e voltar ao caminho certo... e era por isso que eu procurava esse tipo de confiança nos técnicos, porque sabia que eram pessoas mais velhas que me ajudavam muito e me aconselhavam da melhor forma” (A18f)</i> <i>“Às vezes, quando estava triste eles reparavam e procuravam saber, outras vezes, tinham mais utentes, e se não se focassem só em mim, não reparavam que eu estava mal e aí eu aproximava-me e procurava os conselhos deles e quando podiam vinham ajudar-me a resolver os meus problemas” (A18f)</i>
	<i>“Estão-me sempre a ajudar, sempre que acontece alguma coisa chamo uma das pessoas para ajudar a resolver os assuntos. Deixam dar ideias de atividades, ensinam-me muitas coisas e está sempre alguém comigo” (B16f)</i> <i>“De vez em quando importam-se, mas não é sempre, porque às vezes eu só quero a atenção deles, porque preciso para estar calma e quando não tenho essa atenção deles, fico mais nervosa e não consigo resolver os problemas e tenho crises de mau comportamento” (B16f)</i>
	<i>“Há dias que me sinto bem, outros que me sinto mal, mas é por causa da atenção, porque eu sinto que não me dão atenção, ninguém percebe...às vezes, eu sinto que sou daqui, mas ninguém me conhece” (T14m)</i> <i>“Às vezes sinto-me apoiado, outras vezes parece que nem querem saber. É difícil explicar isso” (T14m)</i>

	<i>“Sinto que é-me indiferente falar ou não falar, vai dar tudo ao mesmo, porque eu sei que eles têm mais que uma pessoa para cuidar e quase sempre não podem atender um menino só” (T14m)</i>
	<i>“Alguns chegam à minha beira quando estou mais isolado e perguntam o que se passa, tentam conversar comigo” (T16m)</i> <i>“Eu sei que estar sozinho não é bom e tenho de me relacionar com os outros, mas há alturas em que me dão mimos e eu não quero sinceramente, depende muito da pessoa como te disse” (T16m)</i> <i>“Não os procuro muito também, já sabes que gosto de ficar no meu espaço, mas também não falo sobre os meus sentimentos com quase ninguém e não é porque não quero, é porque eu não sei, às vezes não sei mesmo” (T16m)</i>
	<i>“Não me dou com todos, não há confianças para isso” (R17m)</i> <i>“Aproximam-se de mim quando lhes interessa para saber coisas, já reparei. Quando vim da fuga perguntaram onde estive e com quem, o quê que fiz, onde dormi. Não foi por se importarem, mas sim para irem contar” (R17m)</i> <i>“Não procuro sequer o afeto deles, assim como dos meus pais. Quando tenho algum problema, isolo-me sempre e não falo com ninguém, não gosto” (R17m)</i>

Relativamente à apreciação que os jovens em estudo fazem da vida relacional com os adultos da instituição, surgem sentimentos perfeitamente antagónicos. Se, por um lado, o apoio, a audição e compreensão de alguns cuidadores são sublinhados, também reforçam distanciamento e falta de disponibilidade ao nível das relações de afeto.

No que diz respeito aos comportamentos de vinculação, podemos destacar o caso da jovem A18f, cujas relações de afeto com os cuidadores sugerem uma vinculação segura, pela adequada regulação da procura de proximidade e afastamento em relação aos adultos, pela autonomia na exploração e confiança no meio. Desta forma, demonstrou confiar nos cuidadores e, assim, recorrer a eles em situações de necessidade, revelando uma representação de si capaz de suscitar a atenção e investimento emocional por parte dos cuidadores institucionais.

Por outro lado, o comportamento dos restantes jovens na construção das relações com os cuidadores, a partir das suas narrativas, oscila entre uma dependência excessiva (exprime-se pela carência emocional na procura intensa de abrigo e proteção junto dos

cuidadores) e um afastamento emocional (pouca disponibilidade e muita resistência na relação com os adultos) (Mota, 2021).

Relativamente à dependência excessiva evidenciada, podemos destacar os jovens B16f e T14m, cujo comportamento é pautado por uma procura permanente de proximidade/revolta para com as figuras cuidadoras, que se afiguram estratégias de hiperativação de vinculação e são características de uma vinculação insegura-ambivalente.

Por fim, no que diz respeito ao afastamento emocional identificado no discurso dos jovens, destacamos o caso de T16m e R17m. Quanto ao primeiro jovem, este revela ter um estilo de vinculação inseguro-evitante relativamente às figuras cuidadoras, marcado por estratégias de desativação do sistema de vinculação e afastamento, uma vez que evita manifestações de afeto, exprime poucas emoções e não revela importar-se com um possível afastamento dos técnicos em relação ao mesmo. Em contrapartida, o afastamento emocional evidenciado pelo jovem R17m, afigura-se ainda mais complexo, evidenciando uma desorganização do sistema de vinculação, uma vez que desenvolveu estratégias paradoxais de recusa, afastamento e até agressividade, bem como falta de confiança nos cuidadores como fontes viáveis de apoio. Assiste-se à presença de comportamentos desorganizados que têm subjacentes modelos negativos acerca dos outros (Anexo B- nota de campo de 1, de fevereiro, de 2021).

Figura/s de referência	<i>“Há pessoas a quem tenho uma ligação diferente. Marcaram a diferença por se demonstrarem preocupadas comigo. Quando viam que eu precisava de um abraço ou de um beijinho, faziam-no sem problema nenhum... na altura do Covid, quando estivemos tanto tempo lá dentro fechados, o apoio deles ajudou bastante” (A18f)</i>
	<i>“Essas pessoas ajudaram-me a moldar naquilo que sou hoje. Se mudei, foi muito graças a eles, por não terem desistido de mim” (A18f)</i>
	<i>“Uns ajudam-me melhor do que outros. Cada vez que acontece alguma coisa, estão prontos a resolver... dão-me abraços e mimos, ajudam-me de forma diferente, mas estão mais perto e atentos a mim e em ouvir-me” (B16f)</i> <i>“Ensinam-me formas para me acalmar, como música de relaxamento para eu conseguir esquecer quando estou nervosa, fazem orações comigo” (B16f)</i>

	<i>“Há duas pessoas a quem recorro mais. Quando há um problema, repreendem as pessoas na hora e quando eu preciso de ajuda, elas ajudam. Preocupam-se mais comigo do que os outros e eu noto isso” (T14m)</i>
	<i>“Há pessoas aqui que me conhecem melhor, porque também fazem um esforço maior para isso. Esses, chegam à minha beira, perguntam-me o que se passa” (T16m)</i> <i>“Deu-me conselhos até dizer chega, deu-me exemplos de situações reais que aconteceram mesmo e está-me sempre a tentar ajudar, meter para cima, por isso é que também me sinto mais à vontade com ela” (T16m)</i> <i>“A Doutora tem muita importância para mim, ajuda-me a evoluir cada vez mais e quando eu fazia asneira, ela chamava-me sempre à razão” (T16m)</i>
	<i>“Como te disse, não deixo aproximarem-se, sobretudo quando noto que é forçado, mas há uma pessoa que é diferente. Ela sabe ouvir, compreender, não é às três pancadas só para despachar, preocupa-se em perder tempo, os outros não” (R17m)</i> <i>“Não sei dizer o quê que isso significa para mim, não sei explicar, em sentimentos não sei explicar muito bem” (R17m)</i>

Embora as percepções de alguns jovens sejam desfavoráveis, ressaltam alguns adultos, que têm como referência, mostrando gratidão pela sua dedicação e entrega. Deste modo, independentemente de ter ficado demonstrado que a vinculação segura com as figuras cuidadoras não é o estilo de vinculação mais presente, todos os jovens nomearam pelo menos um cuidador com o qual sentem maior proximidade, atribuindo maior legitimidade ao cuidado prestado pelo mesmo.

Denota-se que o investimento e responsividade sentidos pelos jovens em relação a essas figuras de referência, tende a criar uma maior abertura para falarem sobre as suas angústias, medos e sobretudo, leva os jovens a aceitar mais facilmente ajuda para lidarem com os seus problemas. Não obstante, quando sentem incoerência e inconstância no cuidado e a ausência de um respeito e investimento genuínos, os jovens revelaram fechar-se mais no seu mundo e a assumir, ainda mais, uma postura desconfiança e recusa.

➤ **Impacto das relações de afeto com os cuidadores**

Regulação emocional	<i>“Às vezes sentia que exageravam um bocado sinceramente. Parecia que não se tentavam colocar no nosso lugar e perceber os nossos motivos” (A18f)</i> <i>“Atiravam-me muito à cara os meus erros, no início principalmente. O exemplo que eu posso dar é que na última fuga, quando eu voltei para o lar, os cuidadores tinham aquela imagem que eu era aquela pessoa que só fumava droga, que não tinha um futuro e eu senti que tive de provar, durante muito tempo, que estava diferente” (A18f)</i> <i>“Demorou meses até que percebessem que eu estava preparada para uma pré autonomia e me deixassem voar, porque para alguns eu nem devia ter saído, eles pensavam que eu ia faltar às aulas e que nem sequer ia terminar o curso, acho que podiam ter acreditado mais em mim” (A18f)</i>
	<i>“Às vezes não têm paciência comigo... de vez em quando, quando é um monitor só, não dá para toda a gente e quando há dois, já é mais fácil quando há um problema” (B16f)</i> <i>“Quando não me percebem, ajuda a piorar mais, fico mais nervosa e ansiosa nas situações. Gosto que falem comigo com calma” (B16f)</i>
	<i>“A forma como lidam comigo é muito diferente, depende mesmo da pessoa. Enquanto uns tentam entender a situação, outros começam logo aos berros. Isso faz-me sentir pior do que já estou, sinto-me frustrado e enervado com isso. Como é que eles sabem que as coisas são assim, se não perguntam? É a mesma coisa que estares a montar um carro de legos e não lês o manual de instruções e fica tudo ao contrário. Basicamente é a mesma coisa, estás a montar sem saber” (T14m)</i> <i>“Quando me veem mais enervado, preciso que venham com calma, não é aos berros. Preciso que me ouçam para saber a minha versão, para saberem quem por de castigo” (T14m)</i>
	<i>“Quando me passo, ninguém tem paciência comigo. Quando bato mesmo mal não dá, mas se for uma situação mais normal, têm mais calma” (T16m)</i> <i>“Quando não têm paciência, também não quero saber, mas é raro porque agora não me permito a entrar em conflito aqui, por isso é que mesmo na altura do Covid ficava sempre no meu canto, para evitar cenas” (T16m)</i>

	<i>“Não me entendem sequer. Sinto-me irritado com isso, apetece-me partir tudo para não descarregar neles. Percebes? É por isso que parto tudo, para não descarregar nos outros” (R17m)</i> <i>“Só aprendi com eles a ter mais calma, mas às vezes parece que não adianta, parece que fazem de propósito” (R17m)</i>
--	--

Destacamos que a atuação dos cuidadores nos momentos de crise, sob o ponto de vista dos jovens, revela-se ineficaz, uma vez que todos demonstraram sentir-se incompreendidos e existir uma falta de empatia por parte de quem cuida, sendo evidenciado que alguns cuidadores tendem a proporcionar respostas punitivas. As últimas, impactuam negativamente a gestão de conflitos e potenciam, em alguns casos, comportamentos de oposição e/ou disruptivos.

O facto de os cuidadores não demonstrarem uma aceitação e contenção adequadas dos momentos de crise, revela criar constrangimentos no estabelecimento das relações de afeto, afastando ainda mais estes jovens, que apresentam dificuldades na identificação, expressão e regulação das emoções. É precisamente pela incapacidade de encontrarem formas eficazes de lidar com os seus sentimentos e emoções, que estes jovens por vezes recorrem a comportamentos destrutivos que necessitam de ser emocionalmente contidos, uma vez que, até uma palavra errada, no momento errado, pode ser prejudicial.

Os dados revelam-nos então que alguns cuidadores não atuam no sentido de descodificar os sentimentos e pensamentos subjacentes aos comportamentos dos jovens, o que consequentemente leva os últimos a não aprenderem a regular a intensidade e duração dos estados emocionais, o que demonstra um constrangimento ao nível da intervenção desenvolvida (Peixoto & Oliveira, 2021).

Resiliência	<i>“Melhorei no aspeto de não fazer porcarias lá dentro para dar o exemplo aos mais novos, tentar sempre fazer as coisas direitas para que as pessoas da minha idade verem como é ser um bom utente lá dentro. Procurei não faltar às aulas para deixar a minha doutora orgulhosa, procurei juntar dinheiro, não fumar droga, procurei treinar para melhorar a minha autoestima, nos tempos de Covid principalmente, que estava lá fechada”</i> (A18f) <i>“Hoje em dia, sinto que devo melhorar aqueles pensamentos obscuros que uma pessoa tem, de a gente saber que está no caminho certo, mas noutro dia pensar ‘mas eu queria fazer isto ou aquilo diferente, porque é mais fácil’, mas sei que tenho de pensar que tudo tem o seu tempo e tenho de ir com calma para chegar lá. De certa forma, também tenho de aprender a controlar os meus impulsos para não me desviar do caminho que quero”</i> (A18f)
	<i>“Consigo controlar melhor as minhas crises e agora sou mais alegre”</i> (B16f) <i>“Tenho que melhorar nas crises de mau comportamento. Tenho que continuar a pensar no positivo, esquecer o negativo. Pensar em coisas boas para ajudar a esquecer as más e resolver melhor os problemas”</i> (B16f)
	<i>“Acho que estou menos revoltado e agressivo, mesmo que não pareça, e também melhorei na escola”</i> (T14m) <i>“Acho que tenho de melhorar certas atitudes, fico passado à toa e tratar melhor os outros que estão à minha volta, mas para isso também gostava que os meus colegas me respeitassem mais, por exemplo”</i> (T14m)
	<i>“Acho que evolui muito, a nível de maturidade, pensar antes de fazer as coisas, e eu antes não tinha rotinas, por exemplo, e criar uma rotina ajudou-me imenso, tornou-me numa pessoa mais responsável”</i> (T16m) <i>“Acho que tenho de me abrir mais e ter mais paciência para as pessoas que estão à minha volta, isolar-me menos”</i> (T16m)
	<i>“Acho que sei mais o que quero para mim, passar por tanta coisa antes e depois de vir para aqui abriu-me os olhos e agora sei dizer melhor o que quero e não quero para a minha vida, estou mais decidido a seguir o meu caminho, mesmo que seja sozinho”</i> (R17m) <i>“Tenho que ter mais paciência, ouvir mais os outros e não fazer tudo à minha maneira”</i> (R17m)

Relativamente aos processos de resiliência, os dados recolhidos em entrevista apontam para o facto de as relações positivas percebidas pelos jovens e as características do próprio acolhimento residencial, demonstrarem ser promotoras de resiliência e contribuir significativamente para o bem-estar percebido e reconhecimento de mudança dos mesmos. A qualidade da relação desenvolvida com os cuidadores revela ser particularmente importante na diminuição de fatores de internalização e no ajustamento psicológico dos jovens (Mota e Matos, 2015), tal como podemos assistir no caso da jovem A18f, que revelou alcançar uma trajetória resiliente, modificando as suas respostas aos acontecimentos de vida adversos. Mais do que aprender a sobreviver, esta jovem reorganizou o seu mundo interno, no sentido de atingir uma adaptação positiva, passando a confiar mais em si e nos demais e detendo uma capacidade de planeamento do seu futuro e da sua vida laboral. Este caso demonstra que as relações humanas significativas saudáveis no contexto institucional constituem-se como um contexto fundamental de transformação (Peixoto & Oliveira, 2021).

Por outro lado, o exemplo do jovem R17m, com o qual se revela fundamental proceder à sua estabilização emocional (pela aparente desvalorização de relações significativas), a ausência de interações positivas e saudáveis, impactam a sua autorregulação, o que dificulta a contenção, descodificação e a possibilidade de compreensão e transformação do jovem, o que, cumulativamente, não o conduz para uma trajetória resiliente (Peixoto & Oliveira, 2021).

3. Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Cuidadores

Temas	Categorias	Subcategorias
Natureza das relações com os jovens	Envolvimento e cuidado na Instituição	Disponibilidade no estabelecimento dos laços afetivos
		Estratégias de aproximação adotadas pelos cuidadores
		Procura de proximidade pelos jovens
	Fatores que interferem na formação de vínculos	Exigência do trabalho
		Gestão dos recursos humanos

➤ **Envolvimento e cuidado na Instituição**

Disponibilidade no estabelecimento dos laços afetivos	<i>“Às vezes criar laços não é muito bom.... É a nossa vida profissional, não pessoal. No entanto, é natural a criação desses laços e quando damos conta já estamos muito emaranhados. Por outro lado trabalhar com o coração pode trazer vantagens no trabalho técnico. É importante as crianças/jovens sentirem que nós técnicos estamos disponíveis. Às vezes, é tão difícil lidarem com certos problemas da vida deles que, se não sentirem disponibilidade do outro lado, as consequências podem ser horríveis.” (LET)</i>
	<i>“Acho que nem todos os cuidadores são vistos de igual forma, alguns sim, considero que são fontes de suporte, outros, pelo contrário, são desestabilizadores. No meu caso concreto, e no que diz respeito principalmente ao meu grupo de jovens de qual sou gestora, considero que a maioria me vê como figura securizante” (LET)</i>
	<i>“Acredito que as crianças e jovens da FLEP sabem que podem contar comigo. Faço o que posso e o que está ao meu alcance por aquelas crianças e jovens mas sei também que nunca vou substituir o lugar que seu pai, ou mãe, ou familiar representa para sua vida.” (DEE)</i> <i>“Na FLEP existem os educadores de referência em que, por maior proximidade e vinculação, nos são direcionadas algumas crianças e jovens... Em meu caso específico procuro ser uma figura presente e atenta às necessidades dos meus educandos. Eles sabem que por eu ser sua educadora de referência podem conversar comigo sobre o que os preocupa” (DEE)</i> <i>“Quando não correspondemos às crianças ou jovens por muito tempo eles acabam por fechar-se cada vez mais no seu mundo e quando têm a possibilidade acabam por fugir e recusar o nosso apoio.” (DEE)</i>
	<i>“Se não me sentisse disponível para tal, não estava na profissão certa. Sinto que os jovens sabem que no que posso fazer e o que está ao meu alcance de fazer eu faço” (SEE)</i>

Os cuidadores demonstraram estar disponíveis para o estabelecimento de laços afetivos com os jovens, encarando essas relações como parte integrante do trabalho e atribuindo-lhes significado - *“trabalhar com o coração pode trazer vantagens”*- visto que os dados sugerem que essa disponibilidade tende a ser percebida pelos jovens e resulta numa maior abertura dos mesmos para partilharem as suas angústias. Contudo, quando os cuidadores não conseguem ser responsivos no cuidado, isso também se reflete no comportamento dos jovens que *“acabam por fechar-se mais no seu mundo...acabam por fugir e recusar o nosso apoio”*. A ausência de apoio dos cuidadores, ainda que momentaneamente, parece resultar em comportamentos de recusa/oposição.

Estratégias de aproximação adotadas pelos cuidadores	<i>“Criação de uma empatia, mostrar disponibilidade e ser sem dúvida assertiva. Quando não se consegue criar empatia a relação vai estar sempre comprometida. Também considero que sendo humanos, trabalhando humanos e sentimentos muitas vezes identificamo-nos mais com uns do que com outros, todavia é um trabalho interno que temos de fazer para que o nosso trabalho seja o mais profissional possível.” (LET)</i>
	<i>“O trabalho por turnos já dificulta em si o estabelecimento desses laços... em contrapartida podemos utilizar algumas estratégias como a regularidade de reuniões e trocas de informações entre as equipas e funcionários, onde o centro de nossas discussões seja a vivência, o comportamento e a necessidade de cada criança ou jovem.” (DEE)</i>
	<i>“Costumo dizer que o nosso trabalho é uma aprendizagem diária. Todos os dias aprendemos algo do que se fazer ou do que não se fazer. A empatia deve fazer parte do nosso trabalho com as crianças e jovens em todo o momento, contudo, muitas vezes não conseguimos sentir essa empatia. É difícil, por vezes, se distanciar do papel de adulto e educador para se colocar no lugar da criança ou jovem e tentar perceber o porquê daquela sua atitude indisciplinada.” (DEE)</i>
	<i>“Não tem uma fórmula ou uma forma específica de aproximação dos jovens, simplesmente acontece. As conversas, as atividades, ajuda nas suas rotinas e no seu quotidiano, as brincadeiras, tudo isto influencia para estabelecer ligação com eles.” (SEE)</i> <i>“Não consigo alcançar todas de forma igual, seria a super mulher se o conseguisse fazer, mas cada jovem tem o seu tempo, uns alcanço mais depressa outros levo mais tempo, outros por vezes sinto que nem cheguei alcançar. Porém, é importante referir que não faço distinção entre eles, todos têm os mesmos direitos e deveres. E o facto de sentir que me identifico mais com uma de com outras, não influencia o meu trabalho diário com eles, tento e pretendo ser sempre justa e imparcial” (SEE)</i>

No que diz respeito a estratégias de aproximação aos jovens, os cuidadores reforçam que não existe “uma fórmula” para estabelecerem uma relação e conseguirem a sua confiança, visto que a reorganização afetiva destes jovens, que atravessaram situações de descontinuidades profundas, pode ser morosa.

Não obstante, quando está presente uma empatia com os jovens e os seus comportamentos, esta surte efeitos positivos, uma vez que a capacidade de se colocarem no lugar dos jovens, permite aos cuidadores aceder e compreender melhor as suas emoções, revelando ser um meio facilitador até na aceitação dos jovens perante as regras e limites que não podem ser ultrapassados.

Procura de proximidade pelos jovens	<i>“Muitas vezes estão tão perdidos que nem sabem de que forma devem apelar à atenção. Procuram o prazer imediato e aquilo que por minutos os faz esquecer a dor emocional. O sistema está sempre a falhar com os nossos jovens... o trabalho psicológico ainda tem muito para amadurecer.” (LET)</i>
	<i>“Acredito que as crianças e jovens institucionalizadas mantêm um laço afetivo muito grande com a sua família de origem, pois como sabemos a institucionalização é o último recurso utilizado pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude nas medidas de promoção e proteção, o que faz com que as crianças e jovens sejam encaminhadas para as Casas de Acolhimento Residencial mais velhas e com os vínculos com seus familiares e amigos muito mais consolidados. Isso faz com que nosso trabalho de aproximação com esses jovens seja mais difícil. Relativamente a isso, há o facto também de algumas crianças não perceberem o real motivo de sua separação com sua família biológica e não aceitarem a institucionalização como algo positivo e de melhoria para sua atual condição.” (DEE)</i> <i>“Enquanto funcionária da FLEP minha atenção e cuidado deve ser por todos mas acredito que isso parte também muito da criança ou jovem. Talvez elas escolham um adulto em quem confiar e se fiam neste. Às vezes, num dia de trabalho, esta criança que até então era indiferente à minha presença vem até mim e conversa, desabafa. Não consigo explicar o porquê dessa diferenciação mas acredito que um momento pode ser o diferenciador. Pode ser que por um momento de conflito em que falo ou não tive uma atitude tão positiva para com essa criança ou jovem seja o suficiente para ela não confiar mais em mim ou não me ser tão respeitadora.” (DEE)</i>
	<i>“A principal dificuldade é alcançar a confiança do jovem, encontramos vários obstáculos e dificuldades, assim com a gestão emocional do jovem condiciona bastante a nossa intervenção. Outra das dificuldades também é a idade, cada vez chega mais jovens ao acolhimento, com idades já avançadas, sendo que o trabalho com o jovem parece que fica incompleto, gerando por vezes alguma decepção e frustração.” (SEE)</i>

Os dados evidenciam que os jovens apresentam dificuldades em estabelecer ligações seguras com os seus cuidadores. Na perspetiva dos últimos, as ligações à família dificultam particularmente uma procura de proximidade pelos jovens, uma vez que, não tão poucas vezes, as relações mantidas com os familiares contribuem para o revisitar de um contexto de rejeição e abandono, que contraria o desenvolvimento do processo resiliente (Mota, 2021). Ficou demonstrado que, quando ocorre uma aproximação emocional, o sentimento de desconfiança e medo predomina, constituindo-se enquanto entraves ao trabalho terapêutico.

Cumulativamente, os cuidadores apontam também as entradas tardias no acolhimento. Mota (2021) afirma que os jovens que são retirados na adolescência comportam vivências de negligência ou maus-tratos continuados, alguns deles não identificados ou valorizados por si, o que resulta na incompreensão e até rejeição das medidas de intervenção e leva a um afastamento em relação aos cuidadores, uma vez que é através destes que essas medidas são operacionalizadas.

➤ **Fatores que interferem na formação de vínculos**

Exigência do Trabalho	<i>“Quem desempenha esta atividade faz porque gosta. Quem não gosta do que faz não fica muito tempo nesta área. Não deixamos de dar atenção e nem deixamos de nos envolver com as crianças e jovens por conta do nosso desgaste no trabalho. Às vezes desanima, mas nada como um dia após o outro para repor as nossas energias.” (DEE)</i>
	<i>“O trabalho dos profissionais nas casas de acolhimento é um trabalho desgastante tanto físico como emocionalmente, pois o nosso trabalho não termina quando saímos do nosso horário de expediente, ele acompanha-nos até às nossas casas. É difícil, por vezes, ‘disfarçar’ o desgaste perante os jovens principalmente em momentos de grande pressão. Afinal somos seres humanos, não somos máquinas em que clicamos num botão e a nossa parte emocional desliga-se, mas num modo geral tentamos que os nossos sentimentos, emoções e problemas, não influenciem o nosso trabalho nem os cuidados com os jovens” (SEE)</i>
	<i>“A sobrecarga é um fator negativo para todos os profissionais, contudo, estamos atentos aos riscos psicossociais de cada trabalhador/a, procurando compensar em tempos de descanso adequados.” (JDT)</i>

A perspectiva dos cuidadores está em consonância com a Literatura, na medida em que o seu testemunho revela que o trabalho no contexto do acolhimento residencial requer estabilidade por parte de quem cuida.

Assim, perante a exigência que se incorpora no processo de cuidar, podemos destacar novamente a capacidade para empatizar dos cuidadores, implicada na gestão de sentimentos de recusa, revolta e incompreensão dos jovens, bem como na interpretação de comportamentos de auto e hétero-agressão dos mesmos.

Gestão dos recursos humanos	<i>“Sem dúvida que a falta de recursos humanos assume relevância. Se estamos com outras tarefas não vamos estar tão disponíveis e consequentemente não vamos intervir na hora certa.” (LET)</i>
	<i>“Enquanto funcionárias somos poucas face às necessidades individuais de todas as crianças e jovens que acolhemos. Temos disposição, mas não temos tempo...Na maior parte do tempo suprimos as necessidades do grupo e não conseguimos perceber ou satisfazer as necessidades individuais de cada criança e jovem. Assim, na minha opinião, todos esses fatores interferem na minha maior ou menor proximidade com as crianças e jovens.” (DEE)</i>
	<i>“O trabalho por turnos já dificulta em si o estabelecimento desses laços. Por exemplo: o funcionário que se despede da criança ou jovem que vai para a escola pela manhã não é o mesmo funcionário que o recebe quando este chega à instituição. Ou seja, eu consigo saber como ele foi à escola, mas não consigo saber como foi o seu dia ou se precisou de mim quando chegou da escola. A própria criança ou jovem sabe que só voltará a me ver no dia seguinte e talvez não tenha tanta certeza assim, pois o dia seguinte pode ser o dia da minha folga. A criança ou jovem vê-se forçado a confiar ou desabafar com outra pessoa e talvez até decida por não o fazer para não ter que compartilhar os seus problemas com outra pessoa.” (DEE)</i>
	<i>“É certo que existem sim fatores que condicionam a relação, e o tempo é um deles, nem sempre temos tempo suficiente para estar e sentar com eles, porque existem outras 100 coisas para fazer.” (SEE)</i> <i>A falta de mais gente a trabalhar condiciona bastante, porque a falta de recursos leva à falta de tempo. E nestes lugares o mais importante é o tempo que dedicamos a eles, que nem sempre é o desejado.” (SEE)</i>
	<i>“A FLEP está numa fase de mudanças, renovação e formação de equipas, sendo ainda expectável que, durante este ano, surja legislação para a regulação das Casas de Acolhimento.” (JDT)</i> <i>“Relativamente ao processo, a equipa técnica partilha com a equipa educativa da informação necessária ao acompanhamento diário, não sendo permitido o acesso ao processo individual de cada utente.” (JDT)</i>

Percebe-se, a partir do testemunho dos intervenientes, que se pode verificar um constrangimento ao nível dos recursos humanos, pelo baixo rácio cuidador/jovem e pelo acúmulo de tarefas. Neste seguimento, os cuidadores mantêm um ritmo de trabalho rotativo, num regime de turnos que promove algum distanciamento e, em alguns casos, desconhecem os reais motivos da retirada dos jovens à família. Esta súmula de condições, segundo Mota (2021), parece dificultar particularmente a possibilidade de dar seguimento a um trabalho relacional com os jovens institucionalizados.

4. Discussão dos Resultados

A realização desta pesquisa permite admitir que o acolhimento potencia um contexto onde as crianças e jovens enfrentam desafios múltiplos, não apenas pela transição que experienciam, mas sobretudo pela bagagem de vivências e implicações emocionais que trazem dentro de si, isto é, pelo reconhecido impacto negativo das experiências de adversidade precoce. Neste prisma, os resultados relativamente ao período que antecede a institucionalização, demonstram que estes jovens chegaram ao acolhimento com uma vivência afetiva atingida por fortes vulnerabilidades nos planos cognitivo, emocional, relacional e comportamental.

As associações encontradas no presente estudo são consistentes e estão na mesma direção da literatura sobre o assunto, uma vez que a maior parte dos jovens relatou vivências traumáticas na infância. A negligência emocional foi a situação mais evidenciada, remetendo ao que Bowlby (1981) caracterizou como “*privação de mãe*” e Winnicott (1983), como a ausência de um “*ambiente suficientemente bom*”, ou seja, à incapacidade do ambiente de promover afetos, segurança e proteção à criança.

Os resultados sugerem que, a julgar pela ocorrência e efeito cumulativos dos traumas infantis, mas também pelas entradas tardias e reincidências no acolhimento que pudemos constatar, nem sempre a intervenção demonstra ser “*atempada, efetiva e resolutiva*” (Mota, 2021) e, perante o contexto de desadequação emocional que pauta as vivências familiares dos jovens que ingressam no acolhimento, impera uma necessidade de reorganização afetiva.

Realçamos que histórias de abandono, negligência e abusos comportam em si um sofrimento acrescido que parece conduzir os jovens ao desenvolvimento de reações múltiplas na chegada ao acolhimento, tais como: fugas e rejeição, que se prendem com dificuldades de adaptação. Por sua vez, as próprias características dos jovens e o modo como encaram a relação com as figuras cuidadoras, em alguns casos, assumem-se enquanto obstáculos, visto que os resultados demonstram que a aproximação aos cuidadores parece ser dificultada pela desconfiança na figura do adulto e pela dificuldade em aceitar a rejeição ou ausência da família (Mota, 2021).

Neste prisma, considerando a presença de fatores internos que interferem na reconstrução do património afetivo dos jovens, cabe aos cuidadores o desenho de uma trajetória de adaptação melhor sucedida, que se operacionaliza através da capacidade do contexto ir ao encontro das necessidades emocionais destes jovens. A manutenção de

relações de vinculação seguras com figuras significativas de afeto é da maior relevância, demonstrando ter um impacto na diminuição dos sintomas de internalização e na promoção do bem-estar e ajustamento emocional (Mota & Matos, 2015), tal como os resultados comprovam no caso da jovem A18f. O sentimento de ser acolhida e acarinhada pelos cuidadores potenciou a sua recuperação emocional, onde o suporte afetivo, o estabelecimento de limites e as regras operaram no sentido de possibilitar uma adaptação positiva. A relação com os cuidadores contribuiu para uma conduta mais responsável e ponderada, permitiu à jovem encontrar pontos de referência e investir na sua conduta pessoal e laboral, e funcionou enquanto uma oportunidade de retomar o seu desenvolvimento a partir da rutura e refazer-se a si mesma, desenvolvendo uma perceção de maior autoeficácia, afastamento do risco e uma trajetória resiliente (Mota, 2021).

“Procurava os conselhos deles no meu dia-a-dia para não cair, continuar sempre bem, e quando caia, mandar-me para cima e voltar ao caminho certo... e era por isso que eu procurava esse tipo de confiança nos técnicos, porque sabia que eram pessoas mais velhas que me ajudavam muito e me aconselhavam da melhor forma...Melhorei no aspeto de não fazer porcarias lá dentro para dar o exemplo aos mais novos, tentar sempre fazer as coisas direitas para que as pessoas da minha idade verem como é ser um bom utente lá dentro. Procurei não faltar às aulas para deixar a minha doutora orgulhosa, procurei juntar dinheiro, não fumar droga, procurei treinar para melhorar a minha autoestima...” (A18f)

Em contrapartida, também é de salientar a presença de relações de vinculação inseguras entre os jovens e os seus cuidadores, que podem ser justificadas, em parte, pela falta de disponibilidade dos últimos, reconhecida pelos primeiros, para investir na manutenção destas relações. Encontram-se comprometidas pela ausência de tempo devido à falta de recursos humanos, o que realça uma inconstância no cuidado individual e na satisfação das necessidades emocionais, tal como podemos constatar:

“Há dias que me sinto bem, outros que me sinto mal, mas é por causa da atenção, porque eu sinto que não me dão atenção, ninguém percebe... eu sinto que sou daqui, mas ninguém me conhece” (T14m)

“Às vezes, quando estava triste eles reparavam e procuravam saber, outras vezes, tinham mais utentes, e se não se focassem só em mim, não reparavam que eu estava mal...” (A18f)

“Às vezes não têm paciência comigo... de vez em quando, quando é um monitor só, não dá para toda a gente e quando há dois, já é mais fácil quando há um problema” (B16f)

Cumulativamente, com um medo escondido face à solidão e incerteza, sem pensar ou tomar consciência do sofrimento, estes jovens procuram, frequentemente, esquecer e apaziguar o sofrimento, ainda que de forma momentânea, através de comportamentos disruptivos. É aos cuidadores que cabe a descodificação dos comportamentos dos jovens, atribuir-lhes um significado para proporcionar uma contenção emocional adequada (Peixoto & Oliveira, 2021). Contudo, se não há tempo para investir na relação e se não está presente uma gestão eficaz e eficiente das crises, nem sempre esta situação se verifica. Ao invés disso, detetamos no discurso dos jovens uma disciplina exagerada exercida pelos cuidadores, sob a forma de respostas punitivas, que se afigura um enorme constrangimento e potencia um afastamento na relação jovem-cuidador.

“...Enquanto uns tentam entender a situação, outros começam logo aos berros. Isso faz-me sentir pior, sinto-me frustrado e enervado com isso. Como é que eles sabem que as coisas são assim e quem pôr de castigo, se não perguntam? É a mesma coisa que estares a montar um carro de legos e não lês o manual de instruções e fica tudo ao contrário. Basicamente é a mesma coisa, estás a montar sem saber” (T14m)

“Não me entendem sequer. Sinto-me irritado com isso, apetece-me partir tudo para não descarregar neles. Percebes? É por isso que parto tudo, para não descarregar nos outros” (R17m)

“É difícil, por vezes, se distanciar do papel de adulto e educador para se colocar no lugar da criança ou jovem e tentar perceber o porquê daquela sua atitude indisciplinada.” (DEE)

Se há falhas no seu mundo exterior contendor, como é o caso de R17m, estas resultam em dificuldades na organização da sua própria contenção. Parece não pedir ajuda ou desconhecer esperança, o seu comportamento é marcado por atos violentos, destrutivos, que não são mais do que um sinal de fragilidade perante sentimentos tão complicados que comporta dentro de si e aos quais não consegue atribuir significado ou dar uma resposta. Este, como tantos outros, é um verdadeiro exemplo de como alguns jovens desenvolvem um grau de conflito interno bastante elevado, recriando uma imagem negativa de si e dos que os rodeiam. Como não conseguem elaborar estes sentimentos, “*falam com o corpo*”, isto é, agir para não pensar, como forma de apaziguar a ansiedade, e projetar no outro os sentimentos que transportam dentro de si (Mota, 2021).

Perante um papel de contenção das angústias e reparador dos afetos, que requer uma elevada competência para descodificar sinais ambíguos, denota-se que a atuação do cuidador no contexto do acolhimento é de extrema exigência e carece de maior suporte em termos de condições de trabalho. Foi possível detetar no contexto um baixo rácio cuidador/jovem e uma rotatividade frequente, num regime de turnos que promove algum distanciamento, para além das limitações de tempo para prestar um cuidado individualizado, pelo acumulo de tarefas. Este conjunto de condições parece dificultar particularmente a possibilidade de dar seguimento e continuidade a um trabalho relacional com os jovens e pressupõe uma necessidade de investimento no número e capacitação das equipas, para além de uma necessidade de autocuidado dos cuidadores.

Por outro lado, ficou também evidente que a falta de cuidadores, o conflito e sobrecarga de papéis e a consequente exigência do trabalho resultam numa prestação de cuidados menos calorosa e numa gestão de crises com pouca eficácia tal como temos vindo a explicar. No entanto, Peixoto e Oliveira (2021) evidenciam que a crise é dinâmica, portanto, compreender a dinâmica da crise, para além de permitir aos cuidadores agir precocemente e de modo informado, também contribui para desenvolver competências nas crianças e jovens.

Neste sentido, a crise deve ser encarada como uma oportunidade para ajudá-los a gerir as suas emoções e promover, junto dos mesmos, formas mais eficazes de lidar com os seus sentimentos. Em vez de centrar nas questões do controlo, devem priorizar-se o envolvimento e relacionamento afetivo pois, como sublinhado por alguns autores (Smith et al., 2013 cit in Peixoto & Oliveira, 2021), “*o controlo efetivo só ocorrerá se as crianças sentirem que as suas ansiedades são adequadamente compreendidas e contidas*”.

Conclusões finais

Em primeira análise, este estudo e a experiência de estágio profissional possibilitaram uma aproximação aos jovens em situação de acolhimento e um reconhecimento de que existem diversas razões, inscritas nas trajetórias desenvolvimentais dos mesmos, que dificultam uma aproximação e a criação/manutenção de relações de afeto seguras com figuras significativas. Cumulativamente, perante a falha de mecanismos de socialização na família, pelas sucessivas experiências de adversidade precoce vivenciadas pelos jovens, a institucionalização, enquanto política social e de proteção que promove estruturas de segurança de agentes de socialização, surge como uma oportunidade reparadora.

Apesar de ser frequentemente encarada como uma negatividade, devido ao sentimento subjetivo de afastamento das crianças e jovens em relação ao exterior, a institucionalização pressupõe mediação e articulação com todos os sistemas que circundam a criança ou o jovem, com a garantia de um acompanhamento diário e profissional que a família não teve competências ou oportunidade de as desenvolver para as poder garantir. Esta medida de fim de linha, como muitos a encaram, assume importância pelo delineamento de um diagnóstico e projeto de vida com vista a eliminar o risco, isto é, proporcionar processos de transição seguros para a vida adulta, dotando os jovens de competências de autonomia e suspendendo trajetórias de vitimação e descontinuidade. Sendo cada Instituição uma entidade única, há que olhar para cada uma delas como uma oportunidade de ganhos efetivos tanto para o jovem, família e para todos os que nela trabalham.

Destacamos também que as oportunidades relacionais a que os jovens são expostos no contexto de acolhimento podem conduzi-los num percurso de continuidade ou mudança ao nível do estilo de vinculação. Ficou comprovado que a desorganização da vinculação não é uma característica fixa destes jovens, apresentando apenas uma moderada estabilidade ao longo do tempo, e que a relação com os cuidadores poderá constituir uma mais-valia na sua contenção/reorganização emocional e na gestão dos conflitos internos. Para o atingir, terá que estar presente um esforço conjunto dos profissionais, no que concerne ao desenvolvimento de práticas baseadas em evidência e orientadas por modelos teóricos, para que os contextos residenciais sejam protetores, terapêuticos e efetivamente capazes de providenciar relações significativas de afeto, que promoverão a sua mudança.

Não obstante, a experiência de estágio profissional e a operacionalização deste estudo indicam-nos que os problemas da qualidade técnica das instituições requerem uma atenção redobrada, tornando-se importante qualificar, ainda mais, o ambiente institucional. Denota-se que o maior constrangimento na intervenção desenvolvida prende-se com a insuficiência de recursos humanos qualificados que, conseqüentemente, priva os jovens do estabelecimento de interações regulares e individualizadas. Por outro lado, revela-se igualmente fulcral que os profissionais estejam preparados para trabalharem em função da idiossincrasia dos jovens, isto é, das suas características individuais próprias, para melhor avaliarem a natureza e extensão da sua atividade, quer científica, quer profissional, protegendo aqueles que são o alvo da intervenção, sem nunca os rotular, projetando nos jovens as inseguranças das suas próprias limitações.

Neste seguimento, abordando a dimensão da amostra e assumindo-a como uma limitação do presente estudo, importa referir que o número de casos e os critérios de seleção, em nada foram assentes em critérios de exclusão dos jovens ou na forma de tratamento dos mesmos. A presença contínua juntos dos jovens revelou que, no decurso de tempo destinado ao desenvolvimento do projeto de estágio, não era possível à estagiária desenvolver interações com um pequeno grupo de jovens que apresentava características pessoais particularmente complexas, no que se refere à aceitação de construção de relações de proximidade. Foi visível que, com estes jovens, a disponibilidade para aceitar partilhar e refletir sobre o que era solicitado, exigiria um trabalho prévio de cuidados básicos e atenção para que se pudesse construir uma comunicação emocional segura, indispensáveis à sua adesão ao estudo. Tal trabalho não só era incompatível com a programação do trabalho como, e sobretudo, com as próprias tarefas que a estes jovens eram institucionalmente destinadas no quotidiano, justamente visando o seu desenvolvimento cognitivo e emocional.

Concluimos com a necessidade de ser criado um ambiente terapêutico, em que o planeamento e rotinas do lar de infância e juventude sejam definidos e organizados, orientando adequadamente as intervenções dos cuidadores. Para que isto seja exequível, torna-se fulcral envolver os jovens, o que lhes permitirá entender as rotinas e percecioná-las como necessárias, e que, naturalmente, criará sintonia com os cuidadores. As fragilidades no estabelecimento destas relações não têm a ver com os jovens que são “*maus*” ou com os cuidadores que “*não sabem*”, mas, como bem referem Peixoto & Oliveira (2021), com um desencontro entre duas realidades que, em determinadas situações, não se encontram coordenadas.

Bibliografia

Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child development*, 969-1025.

Almeida, A., & Fernandes, N. (2010). Intervenção com Crianças, jovens e famílias: Pensar as práticas centradas em direitos. *Intervenção com crianças, jovens e famílias. Estudos e práticas*, 13-26.

Alves, S. (2017). Filhos da Madrugada: percurso de jovens em lares de infância e juventude. Lisboa: ISCSP

Arizmendi, J., & Almeida, A. (2019). Práticas e visões dos profissionais de acolhimento nos processos de reunificação familiar: um estudo exploratório. *Configurações. Revista de sociologia*, (23), 73-89.

Balsells, M., Pastor Vicente, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero Tió, E., & Mundet Bolós, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 42, 228-247.

Bardin, L. (2009). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis*, 21, 154-178

Bowlby, J. (1944). Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psycho-Analysis*, XXV, 19-53.

Bowlby, J. (1951). *Maternal care and mental health*. Vol. 2. Geneva: World Health Organization Monograph Series. No 2.

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*. Vol. 2: Separation: Anxiety and anger. New York. Basic Books.

Breia, G., Almeida, I. C. D., & Colôa, J. (2004). Conceitos e práticas em intervenção precoce. *Lisboa: Direção-Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular*.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard university press.

Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances in research on the ecology of human development. *Development as action in context*.

Camacho, L. M. T. (2012). O desenvolvimento psicossocial de crianças e jovens em risco institucionalizadas. (Master's Thesis).

Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. *E-cadernos CES*, (02).

Carvalho, O. (2011). *De pequenino é que se torce o destino: o valor da Intervenção Precoce*. Porto: Livpsic.

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens. (2021). *Sistema de Proteção Português*. Retirado de: <http://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj>

Decreto-Lei, de 27 de maio de 1911: *Aprova a Lei de Proteção à Infância*.

Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho: *Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*.

Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro: *Estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo.*

Ferreira, E. (2019). O apadrinhamento civil como alternativa ao acolhimento permanente de crianças e jovens. *Configurações. Revista de sociologia*, (23), 159-176

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, Lda.

Gonçalves, V., Paixão, R., & Couceiro, A. P. (2017). Representações dos cuidadores por crianças institucionalizadas: um modelo grounded. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (5), 107-110.

Henriques, A., Bentos, C., Martins, H., & Costa, G. (2014). Direitos da criança e acolhimento institucional. *Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens.*

Instituto de Segurança Social, I. P. (ISS). (2005). *Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Retirado de:
http://www.segsocial.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8

Instituto de Segurança Social, I. P. (ISS). (2016). *CASA – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Retirado de:
http://www.segsocial.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7

Instituto de Segurança Social, I. P. (ISS). (2017). *CASA – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Retirado de:
http://www.segsocial.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9

Instituto de Segurança Social. (2019). *CASA – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Retirado de:

<http://www.segsocial.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Instituto de Segurança Social (2019). *Crianças e jovens em Perigo - Acolhimento Residencial*. Retirado de:

[Crianças e jovens em situação de perigo - seg-social.pt \(seg-social.pt\)](http://seg-social.pt)

Karen, R. (1994). *Becoming attached. Unfolding the mystery of the infant-mother bond and it's impact on later life*. New York: Warner Books.

Lei nº 147/99, de 1 de setembro. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*.

Magalhães, E., Calheiros, M. M., & Costa, P. (2016). To be or not to be a rights holder: Direct and indirect effects of perceived rights on psychological adjustment through group identification in care. *Children and Youth Services Review*, 71, 110-118.

Magalhães, T. (2010). *Abuso de crianças e jovens: da suspeita ao diagnóstico*. Lidel.

McCarthy, E. (2016). Young people in residential care, their participation and the influencing factors. *Child Care in Practice*, 22 (4), 368-385.

Mota, C. P. (2021). *Crianças, Jovens e Cuidadores no Acolhimento Residencial: A vivência de quem cuida e de quem quer ser cuidado*. Edições Silabo.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2015). Adolescents in institutional care: Significant adults, resilience and well-being. *Child and Youth Care Forum*, 44(2), 209-224.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.

Nozes, R. C. T. (2018). *A intervenção com famílias de crianças em risco familiar e ambiental* (Doctoral dissertation).

Peixoto, C. & Oliveira, M. (2021). *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo. Conceitos, Prática e Intervenção*. Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Santos, M. A. M. D. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco: a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos* (Doctoral dissertation).

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & sociedade*, 18, 71-80.

Smith, M., Fulcher, L., & Doran, P. (2013). *Residential child care in practice: Making a difference*. Policy Press.

Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19 (1/2), 169-191.

Souza, S., de Souza, F. M. T., da Cruz Barbosa, S., de Sousa Lopes, I. R., & Fernandes, D. G. (2016). Síndrome de burnout e valores humanos em professores da rede pública estadual da cidade de João Pessoa: Um estudo correlacional. *Análise Psicológica*, 34(2), 119-131

Anexos

Anexo A - Diário de Bordo

- **Nota de campo de 2 de dezembro de 2020**

O dia 2, de dezembro, correspondeu ao primeiro dia do estágio profissional. Inicialmente, o dia ficou marcado pela apresentação aos elementos da equipa técnica e educativa, e por uma visita guiada pelas instalações da Instituição, isto é, dormitórios (ala feminina e ala masculina), sala de estudo (onde se encontravam duas técnicas e dois jovens a ter acompanhamento ao estudo, nomeadamente na realização dos trabalhos de casa), sala de lazer (uma área destinada à descontração e convívio entre as crianças e jovens) e área de refeições (adaptada à situação pandémica em que nos encontramos). De seguida, retornei ao meu local de trabalho, junto da equipa técnica, e tive acesso ao processo de um jovem (P), sucedendo-se o esclarecimento relativamente aos critérios e documentação necessária para a consolidação do mesmo.

Por sua vez, tive acesso ao Plano de Contingência COVID-19 em vigor no Lar de Infância e Juventude (6ª revisão de 2/11/2020), onde estão explícitas as medidas e identificação dos efeitos que a infeção pode causar na Casa de Acolhimento. A partir da análise deste Plano, é possível admitir um plano de substituição das equipas em caso de afetação de trabalhadores, tal como os procedimentos perante um caso suspeito, havendo um piso na Instituição destinado à concretização do isolamento em segurança, e o plano para operacionalização das visitas, que decorrem nas instalações na FLEP, preferencialmente no exterior da Casa de Acolhimento, ou na sala de visitas do edifício sede sob o supervisionamento de um colaborador da equipa educativa ou técnica.

Para além disso, analisei uma solicitação de acolhimento onde constava os dados individuais da criança, a entidade que solicitou o acolhimento residencial, o percurso no âmbito da Promoção e Proteção, o posicionamento da família e da criança face ao acolhimento, a história familiar e percurso de vida, as diligências anteriormente desenvolvidas, bem como a fundamentação para o pedido de acolhimento. Para finalizar, procedi à análise do Parecer Técnico do Diretor Técnico da Instituição e obtive um breve esclarecimento relativamente ao percurso da criança em questão.

Com a chegada das crianças e jovens da escola, tive a oportunidade de os conhecer, de conversar um pouco com alguns deles e pude acompanhar a hora da refeição e as dinâmicas associadas a esse momento (uma jovem voluntariou-se para fazer uma

oração antes da refeição, um momento respeitado por todos), assim como supervisioná-los até há hora da subida para os quartos.

- **Nota de campo de 3 de dezembro de 2020**

O dia começou pela apresentação a um jovem (P) que havia estado em isolamento profilático. Observei o diálogo entre o psicólogo clínico (que também acumula a função de Diretor Técnico) e o jovem, que incidiu na forma como o último encarou o período de isolamento, isto é, desde a forma como se sentiu, à sua rotina, havendo um feedback positivo por parte do jovem, embora no início do período de isolamento se tenha recusado e debatido bastante, segundo o que pude apurar.

Considero importante manter, constantemente, este clima de “livre expressão” da criança ou jovem, fomentando e dando valor às suas opiniões, ideias, atitudes e experiências de vida. Por sua vez, o diálogo entre o técnico e o jovem pode facilmente ser traduzido num modelo de Intervenção de “Escuta Ativa”, isto é, desapegarmo-nos do nosso mundo para acolhermos, na nossa consciência, o mundo do outro. É, sobretudo, através da escuta que cuidamos da relação com o outro e o incentivamos a expressar-se ao seu melhor nível. Deste modo, estabelece-se a individualidade do outro, quer em termos da forma como se relaciona com o mundo, quer na forma como estabelece a sua capacidade de intervir sobre ele.

Posteriormente, o dia 3, de dezembro, ficou marcado pela realização do diagnóstico socioinstitucional. Para a formulação do mesmo tornou-se relevante o levantamento de informação no que diz respeito à identificação da missão, finalidades e objetivos institucionais que conduzem o projeto institucional, e dos diversos programas de ação, bem como quais os serviços prestados aos seus utilizadores.

Por fim, tive oportunidade de dialogar com as crianças e jovens da instituição, acompanhar a hora da refeição e, por fim, assistir ao culto. Este último momento ficou marcado pela leitura de uma passagem da bíblia, cujo objetivo era fazer os jovens refletir sobre a importância da obediência.

- **Nota de campo de 9 de dezembro de 2020**

A tarde começou pela apresentação a um jovem recém-chegado (J), acolhido em vaga de emergência. Tive oportunidade de conversar um pouco com ele, um primeiro contacto ainda muito superficial que pretendo explorar mais a fundo.

Obtive a informação que, apesar da necessidade de reavaliação psicológica, o jovem apresenta deficit cognitivo e por isso, uma necessidade acrescida de ter uma boa retaguarda familiar, o que não é verificável. Depois de uma leitura do pedido de acolhimento do jovem, podem ser identificados vários fatores de risco: uma grande vulnerabilidade para comportamentos de risco, uma ausência de supervisão familiar, abandono escolar, deficit intelectual. A urgência no acolhimento deste jovem reside precisamente na necessidade de colmatar estas fragilidades.

De seguida, tive oportunidade de ajudar um jovem (HT) no acompanhamento ao estudo, nomeadamente, na realização de tarefas (uma delas de diagnóstico). O jovem começou por demonstrar pouca disposição para as realizar, mas depois de alguma insistência e sobretudo, quando ficamos sozinhos e sem distrações, começou a ter mais atenção e a realização das tarefas decorreu mais espontaneamente. Denoto uma necessidade de investimento e acompanhamento a este jovem e considero crucial que o momento do estudo seja individualizado, uma vez que o jovem facilmente se distrai.

- **Nota de campo de 10 de dezembro de 2020**

O dia 10 começou pelo acompanhamento ao estudo de um jovem (P) que decorreu com normalidade e posteriormente, pela ajuda na realização de um desenho, juntamente com uma mensagem, onde realizou o pedido de um presente de Natal que gostaria de receber. Este pedido irá ser concedido por uma Associação.

Como é hábito, acompanhei também a hora da refeição e o culto, momento de leitura de uma passagem da bíblia, cuja mensagem transmitida foi em relação à mentira e as consequências que esta pode trazer na vida de cada um.

Denoto que, nesta fase inicial do estágio profissional, tem sido crucial conhecer as crianças e jovens. Tenho dado enfoque à construção de uma relação de confiança com estes, tarefa que exige muito esforço, uma vez que as crianças e jovens institucionalizados vivem ou viveram relações difíceis, e é a qualidade desta relação que surtirá frutos ao nível da intervenção a médio e longo prazo. Assim, saber escutar as necessidades das crianças e jovens, estar atenta e saber ouvir pedidos de ajuda frequentemente silenciados (a atenção aos sinais deve ser redobrada), na minha perspetiva, cria um clima de abertura propício ao desenvolvimento desta relação profissional-criança/jovem. Por sua vez, é fulcral que estejam presentes o respeito e a autenticidade para com o outro. Uma pessoa que se sinta respeitada e compreendida na sua individualidade, terá tendência a falar de si sem medo e aceitará mais facilmente ser ajudada e ajudar a si mesma. É este caminho

que pretendo percorrer, tendo em conta que os aspetos que referi favorecem a construção de uma relação saudável e de confiança.

- **Nota de campo de 15 de dezembro de 2020**

No começo do dia, fui informada que decorreu, na parte da manhã e no dia anterior, uma situação de conflito entre os jovens. Aproveitei a hora da refeição, que supervisionei, para questionar os 3 jovens presentes sobre a situação. Estes não deram muitos detalhes, mas explicaram que o conflito surgiu pela demora de um dos jovens no banho, gerando desagrado nos restantes. A forma como a situação foi conduzida pelo monitor também foi um fator impulsionador para o conflito, segundo o que pude apurar. Denoto uma necessidade de prestar uma atenção redobrada ao jovem (T) que esteve no centro do conflito.

De seguida, tive acesso ao Relatório de Avaliação do Plano de Atividades do Plano DOM, com a área estratégica perspectivada pela dinamização do projeto de vida da criança ou jovem. O último visa melhorar e promover a intervenção efetuada, tendo em vista a integração social, a desinstitucionalização da criança/jovem e a definição do melhor encaminhamento da vida pós-institucional.

Com base na análise que realizei, posso concluir que as diligências efetuadas variam consoante o que se perspetiva para a criança ou jovem em concreto, mas de uma forma geral, passam pela organização do dossier/processo individual do menor, por uma avaliação diagnóstica do menor ao nível escolar, familiar e da saúde, por uma sensibilização para os recursos da comunidade e articulação permanente com os vários serviços que circundam a vida do menor e monitores institucionais para partilha de informação acerca do comportamento do menor.

- **Nota de campo de 16 de dezembro de 2020**

O dia iniciou com a leitura e análise do Processo de Promoção e Proteção de um jovem (J), no que diz respeito aos motivos que levaram à aplicação da medida tutelar. Segundo os dados fornecidos pelo Tribunal de Família e Menores, é possível concluir que o jovem apresenta um atraso cognitivo nas funções intelectuais, não sabe ler ou escrever corretamente, afetando a sua capacidade de aquisição de informação e fazendo dele uma pessoa limitada na sociedade em que vivemos. Por sua vez, foram registadas algumas situações de risco em que o jovem esteve envolvido e, para agravamento da situação, o

jovem não tem uma boa retaguarda familiar, sendo possível identificar uma falta de supervisão consistente.

Essa falta de cuidados de orientação, supervisão e controlo que a situação pessoal do jovem exige, resultam em comportamentos do próprio que colocam em perigo a sua saúde, desenvolvimento integral e segurança, daí a necessidade e urgência no acolhimento. Reforço a importância de trabalhar na sua alfabetização, suprir-lhe necessidades que a família de origem não foi capaz de fazer cumprir, para que se possa, efetivamente, perspetivar um projeto de vida exequível para este jovem.

- **Nota de campo de 5 de janeiro de 2021**

O começo do ano de 2021 ficou marcado pela testagem à Covid-19. Uma vez que as crianças e jovens, com permissão do tribunal, puderam passar as épocas festivas com familiares, tornou-se relevante testar os utentes e todos os colaboradores da Instituição.

No dia 5, de janeiro, um dia depois de todos serem testados, confirmou-se o primeiro caso positivo à Covid-19 na FLEP. Trata-se de um dos utentes, um jovem (J) de 16 anos. A partir do momento em que foi recebida essa informação, tratou-se de verificar o paradeiro do jovem, contactar a escola que frequenta, os familiares, ou seja, realizaram-se todas as diligências necessárias que a situação exige, no que diz respeito a informar as entidades de saúde, assim como todas as que circundam o jovem e os restantes.

Embora o uso de máscara seja obrigatório na Instituição, sabe-se que os jovens nem sempre o respeitam, e dada a convivência e contacto próximo entre eles, considerou-se que os restantes utentes da FLEP deviam começar o isolamento profilático, por uma questão de prevenção e segurança.

As crianças e jovens encararam a notícia com alguma animosidade, foram encaminhados para o piso destinado ao isolamento e, depois de assimilarem a informação, a situação estabilizou. Considero fulcral estabelecer uma comunicação clara e transparente com as crianças e jovens que inclua comunicação adequada do envolvimento e do esclarecimento destes, para que adotem as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde de forma informada e voluntária.

Por outro lado, denoto alguma dificuldade por parte do jovem infetado em aceitar a situação em que se encontra, sobretudo pelo facto de se encontrar assintomático. Deve ser prestada uma atenção redobrada ao jovem, isto é, os cuidadores devem demonstrar disponibilidade, capacidade de ajudar e proporcionar conforto.

- **Nota de campo de 6 de janeiro de 2021**

Um dia depois da confirmação do resultado positivo à Covid-19, entre as 15h e as 15h30min, o jovem (J) entrou em fuga. Aproveitou o facto de as janelas e portas da instituição estarem abertas (medida de mitigação face à Covid-19, como forma de gestão do período de isolamento) para abandonar a Instituição. Embora tivesse sido reforçada a proibição de sair do quarto, o jovem apresenta um deficit cognitivo, o que condiciona e influencia o processamento de informação que lhe é transmitida e, consequentemente, a sua capacidade de compreensão da gravidade da situação.

Após este acontecimento, a equipa técnica efetuou diversas diligências: realizou um Pedido de Paradeiro na PSP, informou as entidades competentes em matéria de infância e juventude e, por fim, a família do jovem, caso o seu destino fosse a casa dos avós, o que se veio a confirmar. Após a confirmação do seu paradeiro, informou-se a PSP, no entanto, o jovem pernitoitou em casa dos avós.

- **Nota de campo de 7 de janeiro de 2021**

Na manhã do dia 7, de janeiro, dois dias após a confirmação do caso positivo à Covid-19, o jovem (J) retornou à Instituição, acompanhado pelas autoridades policiais. Contudo, aquilo que se verifica é que este mantém o pensamento fixo na família, havendo uma grande probabilidade de ocorrer nova fuga.

Pude constatar uma falha no que diz respeito à atuação das autoridades de saúde, uma vez que a Instituição foi contactada somente uma vez para ter conhecimento do estado de saúde do jovem (aparecimento de sintomas).

Por sua vez, uma jovem (B) que se encontrava em fuga desde o mês de novembro de 2020, foi vista, sinalizada às autoridades e retornou à FLEP. Como é norma, foi encaminhada para o piso do isolamento, por uma questão de prevenção e irá realizar o teste à Covid-19 posteriormente. Tive oportunidade de conversar um pouco com a jovem e deparei que não era da sua vontade ser novamente acolhida, tendo demonstrado uma postura provocatória para com os técnicos. Aquilo que ficou mais evidente foram as suas dificuldades em lidar com a autoridade, uma vez que interpreta as regras e limites estabelecidos pelos técnicos como rejeição, sendo igualmente observável problemas associados ao autocontrolo. Por outro lado, a abordagem evidenciada por alguns colaboradores também não me pareceu a mais adequada, uma vez que está presente um desinvestimento e até falta de crença na possibilidade de mudança desta jovem.

- **Nota de campo de 12 de janeiro de 2021**

O dia referido decorreu com normalidade. Nas primeiras horas do estágio, comecei por participar numa reunião com os elementos da equipa técnica e educativa, onde foram discutidos alguns pontos a melhorar na Intervenção desenvolvida, e sucedeu-se um momento de reflexão quanto ao estado de espírito dos técnicos, no que diz respeito às suas ansiedades, receios.

Dada a situação presente na instituição de acolhimento, o trabalho desenvolvido tem passado pela prestação de cuidados, uma vez que todas as crianças e jovens se encontram em isolamento profilático, tal como já foi referido anteriormente. Desta forma, tenho dado assistência nas refeições das crianças e jovens e tentado ter um momento individualizado com cada um, para compreender se estão a ser alvo de prejuízos biopsicossociais, como por exemplo ansiedade, stress e diminuição da qualidade do sono.

Sabe-se que a interação social reduz os efeitos das emoções negativas, portanto deve ser estimulada a interação entre as crianças e jovens e entre eles e os técnicos, a fim de reduzir os impactos mentais negativos causados pelo isolamento. Há uma preocupação por parte de todos em suprir as necessidades básicas das crianças e jovens, mas nem todos os cuidadores assumem como prioridade dar enfoque às necessidades afetivas. Esta questão pode ser justificada, em larga medida, pela sobrecarga de tarefas que apresentam.

- **Nota de campo de 13 de janeiro de 2021**

O dia 13, de janeiro, ficou particularmente marcado como o dia em que senti maior ansiedade até então, e assisti pela primeira vez a um momento de crise na Instituição.

A tarde começou com bastante tranquilidade. No sentido de distrair e até aliviar um pouco o stress do isolamento, desloquei-me com o jovem (J) infetado à zona exterior da instituição, mantendo o distanciamento e as condições de segurança, para jogar futebol. Esta é uma medida excecional, visto que numa situação normal de isolamento, o jovem estaria impossibilitado de sair do quarto, no entanto, derivado às fugas sucessivas, sair com o jovem para a zona exterior da instituição surgiu como uma estratégia para as evitar.

Posteriormente, decorreu a limpeza dos quartos. Alguns jovens (P e FT) surpreenderam-me pela positiva pela prontidão e disponibilidade que demonstraram na realização dessa tarefa e fiz questão de os congratular pela atitude. Na hora do lanche, foram presenteados com um chocolate, como reforço positivo.

Contudo, o final do dia afigurou-se difícil, tal como referi anteriormente. Num momento caracterizado pela mudança na rotina e no dia-a-dia dos jovens, devido ao

isolamento profilático, é normal que nos custe a todos adaptar-nos às mudanças, mas para as pessoas com pouca flexibilidade mental, a adaptação pode ser muito mais complexa.

A situação em específico decorreu ao final da tarde, devido à partilha do computador da equipa técnica, uma vez que uma jovem (B) queria terminar os trabalhos da escola e recusava-se a compreender o porquê de ter de partilhar o computador, despoletando a crise. Numa primeira fase, tentamos demovê-la, conter os sentimentos de raiva e ansiedade bastante evidentes, mas sem sucesso, o que levou à necessidade de recorrer a medicação. Depois de várias tentativas, a jovem, que se encontrava à entrada da arrecadação do piso da ala feminina (concentramo-nos lá estrategicamente, para não ter objetos por perto que pudesse destruir), acabou por, num momento de raiva, entrar dentro da mesma e deitar ao chão tudo o que lhe apareceu pela frente. Após este acontecimento, ficamos alguns momentos em silêncio até a jovem estabilizar.

Na minha perspetiva, o trabalho desenvolvido junto desta jovem deve ser em torno da Rigidez Cognitiva que lhe é tão característica. A sensação que gera o fenómeno da Rigidez Cognitiva é a de ficar em “branco” ou “bloqueado” num ponto, sem ser capaz de solucionar interiormente a situação, como foi o caso da jovem em relação à realização dos trabalhos escolares. Neste sentido, a intervenção deve ser em torno de lhe proporcionar alternativas, de fazê-la ter em conta outras opções e de contornar padrões de comportamento ineficazes, de forma a uma melhor adaptação ao meio envolvente.

Durante o momento de crise, o jovem (J) que testou positivo à COVID-19, aproveitou a situação e entrou novamente em fuga. Como é norma, as entidades competentes foram devidamente informadas da ocorrência.

É importante referir que, segundo o Relatório Casa 2019, 80% das crianças e jovens que entraram em fuga (à data de 1 de novembro de 2019) tinham sido acolhidas há menos de um ano, tal como o jovem da FLEP. Esta questão pode estar associada a dificuldades no estabelecimento de relações significativas com os adultos cuidadores, representando maior probabilidade de desencadear comportamentos de fuga e de exposição a novas situações de perigo. Posto isto, reforço que este jovem carece de uma atenção particular ao nível do estabelecimento de relações positivas, de cariz afetivo.

• Nota de campo de 14 de janeiro de 2021

O dia começou pela testagem à COVID-19 de todos os utentes e colaboradores

Depois de concluído este procedimento, subi ao piso da ala feminina e acatei o pedido de uma jovem (B), que foi alvo de reflexão na nota de campo anterior, para a

ajudar na organização do seu roupeiro. Na semana anterior, a jovem já o tinha feito, no entanto, devido à rigidez cognitiva teve necessidade de o repetir, uma vez que, na segunda-feira seguinte, irá retomar a atividade escolar e queria saber onde estavam todas as suas roupas, até mesmo as de verão.

De seguida, tentei ter um momento individualizado com as restantes jovens (A e R), no sentido de compreender como está a decorrer a gestão das suas emoções e fiquei particularmente atenta a uma delas (R), tendo em conta que tem comido muito pouco e acredita que tem que continuar a perder peso. Esta atitude surge também como uma das recorrentes chamadas de atenção evidenciadas pela jovem.

- **Nota de campo de 19 de janeiro de 2021**

Concluído o período de isolamento, após todos terem um resultado negativo à COVID-19, as crianças e jovens voltaram às atividades escolares e à sua rotina diária.

Participei numa reunião de supervisão da Segurança Social, no que concerne a dar conhecimento da situação atual da Instituição, um parecer do comportamento dos jovens, abordar a situação de alguns em específico. Por fim, procedi ao levantamento bibliográfico no que diz respeito à figura do cuidador formal no processo de Institucionalização, tendo em conta que tem sido um tema que tem despertado particular atenção desde o início do estágio profissional. Surgiu por um interesse pessoal, pela observação das práticas profissionais para refletir sobre a adequação do meu comportamento, postura e discurso em relação às crianças e jovens, e posteriormente, por um interesse investigativo.

- **Nota de campo de 21 de janeiro de 2021**

Derivado à escalada do número de casos da Covid-19, o Governo Português decretou novas medidas para conter a evolução da pandemia, nomeadamente, o encerramento de todos os estabelecimentos de ensino, com efeitos a partir da próxima sexta-feira (dia 22, de janeiro). Dada a situação presente, as crianças irão passar a não sair das instalações da FLEP na próxima quinzena e, depois de alguma reflexão e ponderação, a equipa técnica decidiu que as visitas dos familiares irão também ficar suspensas neste período, como forma de precaução.

Quase no final do turno, uma jovem (B) entrou em crise derivado a uma situação que ocorreu na hora da refeição, no entanto, após tomar medicação para se acalmar e conversarmos um pouco, estabilizou. Enquanto isso, dois jovens rapazes (T e HT), que

passaram o jantar a provocar-se mutuamente, à saída do refeitório, envolveram-se numa situação de violência. As tentativas recorrentes do jovem (T) de se aproximar dos restantes, têm o efeito reverso e levam-no a afastá-los e, quando se sente de parte, defende-se atacando, o que resulta em conflito. Mais uma vez, urge a necessidade de ser priorizada uma atenção às demandas afetivas dos jovens.

- **Nota de campo de 26 de janeiro de 2021**

O turno começou com o diálogo com alguns jovens. Comecei por conversar com o jovem (T) que havia estado envolvido na situação de conflito (descrita na nota de campo anterior) e, segundo o próprio, o ambiente estabilizou desde então.

De seguida, abordei uma jovem (A) que me tem despertado particular atenção pelo seu relacionamento amoroso. Contextualizando, durante o período em que os jovens se encontraram em isolamento profilático (no início do mês, de janeiro, derivado ao caso positivo à Covid-19 de um jovem), de uma forma geral, quando entrava no quarto da jovem, esta encontrava-se em chamada com o namorado e presenciei, por diversas ocasiões, discussões entre ambos. Nessa altura, a jovem tinha referido que se encontrava com insónias, o que associei não só ao isolamento, como ao mal-estar causado pelo relacionamento. Além disso, refletindo sobre o seu comportamento, observei que estava mais impaciente, reivindicativa, questionava mais as decisões tomadas pelos cuidadores e concluí que esta postura se justificava pela influência que o namorado exerce sobre ela.

Por considerar que esta figura pode potenciar uma regressão a nível comportamental, abordei-a sobre esta questão e escutei-a atentamente. Aquilo que pude depreender é que poderá estar perante um relacionamento abusivo, no sentido em que os dois se relacionam, mas há excesso de poder, um subjuga o outro.

Atitudes abusivas são confundidas pela jovem como demonstrações de amor e cuidado. Pelo que presenciei, o parceiro tem reações exageradas e explosivas diante de algumas situações que podem facilmente ser conduzidas de outra forma e, pelo testemunho da jovem, exerce um controlo sobre as suas ações, no sentido em que a repreende, de forma agressiva, caso ela demore a retribuir uma mensagem ou chamada. Além disso, demonstra insegurança e ciúmes excessivos, manipulando a jovem para que se sinta culpada e, ao invés de a incentivar nas suas conquistas, critica-a constantemente.

Depreendo que, por se encontrar numa situação vulnerável e fragilizada, até pelas situações de adversidade precoce que vivenciou durante o período da infância, a jovem tem dificuldade em discernir os sinais de estar perante um relacionamento abusivo, sendo

que a minha atuação junto da mesma passou por lhe clarificar a situação em que está envolvida, dar-lhe conta dos sinais de alerta e dos potenciais perigos.

Para além disso, tenho refletido sobre a situação do jovem (J) que havia estado infetado com a COVID-19. Desde o período de isolamento têm havido fugas sucessivas por parte do mesmo. As entidades competentes em matéria de infância e juventude têm sido devidamente informadas da situação e a equipa técnica tem assegurado um contacto permanente com a família do jovem, no sentido de alertar para as consequências de lhe darem guarida. No entanto, a própria família também apresenta algumas fragilidades.

- **Nota de campo de 27 de janeiro de 2021**

A tarde começou pela visualização de um filme. Tentei propor a realização de jogos ou qualquer outra atividade, no entanto, o grupo é muito heterogéneo, revelando interesses distintos e pouca predisposição para tal. Nesta fase, quase uma semana desde o início do confinamento, denoto uma frustração por parte de alguns jovens e considero fulcral pensar em atividades que os unifique e que os faça ter mais empatia.

O jovem (J) que se encontrava em fuga retornou novamente à FLEP. O Diretor Técnico juntou os restantes jovens para um momento de partilha, no sentido em que, um a um, explicaram ao jovem como é que as suas fugas os fizeram sentir. Alertaram-no para o facto de os colocar em perigo ao fugir, por estarmos perante uma situação pandémica, deixaram explícito que se sentiram desiludidos e que perderam a confiança que depositavam no jovem.

Considero que estes momentos são fulcrais na medida em que os jovens se sentem ouvidos e, por outro lado, para consciencializar aquele que tinha as fugas sucessivas e despertar nele um sentimento de pertença. Além disso, ficou-me na mente uma frase dita pelo meu orientador institucional: “estar inserido não é o mesmo que estar incluído”. Refletindo sobre a mesma, posso tirar a ilação de que o jovem foi inserido naquele ambiente, junto dos restantes, mas isso não significa que esteja ou até que se sinta incluído, e há um trabalho que tem de ser desenvolvido nesse sentido, sobretudo através da construção de laços afetivos.

Ao final da tarde, reparei que uma das jovens (R) estava a escrever num caderno. Questionei-a sobre o que escrevera e esta referiu que estava a escrever ao juiz, uma vez que iria haver uma revisão da medida tutelar.

A jovem tem 22 anos, já esteve num apartamento de autonomia e retrocedeu porque não se conseguiu adaptar, solicitando ao juiz para voltar para a FLEP, onde esteve

institucionalizada antes. Neste momento, encontra-se a enviar currículos, no sentido de conseguir um emprego, no entanto, parece não aplicar grande esforço para atingir esse fim. E, depois de várias conversas, concluo que, embora não tenha dos técnicos a atenção e o afeto que gostaria, a jovem sente-se protegida. Por outro lado, no apartamento de autonomização, a jovem fazia os próprios horários, não tinha que seguir as regras que lhe são impostas na FLEP e estava entregue a si própria.

Na minha perspetiva, é aí que reside o problema, uma vez que a jovem não tem uma boa retaguarda familiar e sente a necessidade de ter alguém que a guie, oriente nas suas escolhas, sendo essa a função da equipa técnica e educativa, uma vez que grande parte da sua vida foi vivida assim, durante o período de institucionalização. Por sua vez, considero que não tem aplicado muito esforço na procura de um emprego, porque sabe que juntamente com o último, irão vir as responsabilidades e o passo seguinte irá ser o apartamento de autonomia novamente, que é precisamente o que a jovem quer evitar. Deste modo, denoto uma falha na autonomização e desvinculação à Instituição.

- **Nota de campo de 28 de janeiro de 2021**

O turno começou pelo acompanhamento numa consulta de Pedopsiquiatria de um jovem (FT) no PIAC (Plano Integrado de Apoio à Comunidade), que presta um serviço de apoio à comunidade no âmbito da prevenção seletiva e indicada, fornecendo um espaço de consultadoria e apoio técnico às instituições que lidam com jovens em risco.

Quanto à consulta propriamente dita, numa primeira fase, o jovem foi atendido individualmente para averiguação da sua condição e, posteriormente, entrei juntamente com a outra técnica para prescrição de receitas que estavam em falta e darmos conhecimento do comportamento do jovem na instituição.

É importante referir que a Pedopsiquiatria dedica-se à prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas mentais, emocionais e comportamentais nas crianças e nos adolescentes. Num esforço de afastamento do “velho estigma” da doença mental, a psiquiatria é crescentemente vista como a medicina de promoção de saúde mental e este jovem tem sido acompanhado com esse propósito. É o mais velho, aquele que tem maior sentido de responsabilidade e, embora tenha um passado associado ao consumo de substâncias e marcado pela indisciplina, a sua situação encontra-se estabilizada.

Ao final da tarde, fui conhecer o galinheiro feito pelo diretor técnico da instituição juntamente com alguns jovens. A ideia, para além da construção do galinheiro, é construir uma “horta pedagógica”, cujo objetivo passa pela estimulação de uma aprendizagem ativa

e pelo trabalho em grupo, permitindo às crianças e jovens um contacto direto com a Natureza e, consequentemente, uma melhor consciência ecológica.

- **Nota de campo de 1 de fevereiro de 2021**

Ao final da tarde, um dos jovens (R), numa atitude provocatória para com outra jovem (B), começou a insultá-la, desencadeando uma situação de conflito.

Um dos colaboradores institucionais interveio e o jovem, em desafio à autoridade, enfrentou-o. O profissional tentou chamá-lo à razão, alertá-lo para o caminho que está a percorrer e sensibilizá-lo para a necessidade não só de ter um cuidado em especial para com a jovem que tem vindo a provocar consecutivamente, mas também com todos os outros que o rodeiam.

O jovem demonstrou indiferença, sendo igualmente identificável uma grande intolerância à frustração, em conjunto com uma incapacidade de regulação emocional, o que se traduz numa externalização sob a forma de agressividade e violência, procurando constantemente situações para destabilizar os restantes e não acatando ordens.

Do meu ponto de vista, a adoção deste jovem aos 8 anos, trouxe-lhe vários prejuízos, experienciando uma multiplicidade de experiências comprometedoras do seu funcionamento psicológico e social e evidenciando problemas de internalização (ansiedade, depressão, retraimento) e de externalização (agressividade, oposição), bem como problemas de atenção e reciprocidade social. Assim sendo, tendo em conta a complexidade inerente à adaptação do adolescente acolhido (institucionalização, adoção e retorno à institucionalização), importa explorar a forma como este se percebe em diferentes aspetos do “*self*” e investir no desenvolvimento de perfis afetivos em meio institucional para que possa perspetivar-se um projeto de vida exequível com a sua cooperação. O autoconceito adquire aqui importância, na medida em que reflete a forma como o adolescente percebe as suas relações com outros significantes.

- **Nota de campo de 2 de fevereiro de 2021**

Com a chegada à instituição, chegou também a notícia de que dois jovens (R e J) entraram em fuga. A última adveio da situação descrita na nota de campo anterior, uma vez que um dos jovens (R) esteve envolvido e fora advertido pela sua atitude. Mais uma vez, reagiu com desagrado, sempre em oposição àquilo que lhe é transmitido.

Relativamente ao outro jovem (J), o seu percurso institucional tem sido caracterizado por fugas sucessivas, é extremamente influenciável e facilmente

manipulável. Derivado a estas questões, creio que não terá sequer hesitado perante a sugestão do colega para saírem da instituição, aproveitando a ida à lavandaria para tal.

A fuga dos jovens levou à realização de algumas diligências, isto é, as autoridades foram alertadas, executado um Mandado de Condução e as famílias devidamente informadas. Todavia, ao final do dia, um dos jovens (R) regressou à Instituição, foi revistado por um dos monitores e encaminhado para a ala do isolamento onde irá estar confinado, tendo em conta que devido à situação pandémica em que nos encontramos, seria um risco para os restantes partilharem o mesmo espaço que o jovem tendo este andado na rua, no período de tempo em que se encontrou em fuga.

Quanto ao seu colega (J), regressou de madrugada.

- **Nota de campo de 3 de fevereiro de 2021**

O dia ficou caracterizado por arrumações e obras no seio da instituição. Alguns jovens colaboraram e participaram na realização desta tarefa, especialmente uma das jovens (B), tendo em conta que preza pela ordem e organização de tudo o que a rodeia.

Organizamos a sala de convívio e lazer, separando os jogos e livros, o que a deixou extremamente agradada. Contudo, ao final da tarde, a jovem entrou em crise por ter discutido com uma colega (R). Tentei demovê-la, fazendo com que entendesse que a situação já tinha estabilizado e estava solucionada, no entanto, a sua reduzida flexibilidade cognitiva (abordada na nota de campo do dia 13, de janeiro), fez com que a jovem ficasse fixada naquele ponto, como se não houvesse resolução para a situação. Depois de algum tempo, sem melhorias no estado da jovem, considerou-se que seria pelo melhor recorrer a medicação para que a mesma estabilizasse.

Posteriormente, os jovens foram jantar e tudo decorreu na normalidade. Estive junto da jovem (B), jogamos um jogo e telefonou à mãe, no entanto, pouco antes da hora de subida para o quarto, entrou novamente em crise e recusava-se a subir. Demos-lhe algum espaço para refletir e acalmar e, momentos depois, acompanhei-a ao quarto.

- **Nota de campo de 8 de fevereiro de 2021**

A tarde começou pelo acompanhamento de três jovens (B, FT e A) numa consulta de medicina dentária. Mais uma vez, uma das jovens (B) entrou em crise pelo facto de não poder tratar as questões relacionadas com a saúde oral de uma só vez.

Estas crises têm sido recorrentes, uma vez que toda a rotina da jovem teve de ser reorganizada em função do confinamento obrigatório, sendo essa ausência de horários e

a permanência na instituição que a desestabilizam. Em função disso, decidi abordar a jovem sobre o modo como se tem sentido e esta declarou que sempre que alguma coisa foge do seu controlo, sente-se negativa e em stress. Reforço, novamente, a necessidade de trabalhar em torno da flexibilidade cognitiva desta jovem.

- **Nota de campo de 9 de fevereiro de 2021**

Mais uma vez, o dia foi em torno da jovem (B) que foi alvo de reflexão na nota de campo anterior. Quando cheguei à instituição para dar início ao estágio, a jovem procurou-me imediatamente, devido a uma questão associada ao horário escolar.

Numa altura em que as escolas permanecem fechadas e está em vigor o ensino à distância, denoto vários constrangimentos. No caso da jovem (B), sucedeu-se a alteração do horário escolar e verifica-se uma má gestão e organização da escola em função das necessidades e fragilidades desta. Se, por um lado, a escola exige que um adulto acompanhe a jovem durante a realização de tarefas e no supervisionamento das aulas, por outro lado, não garante esse acompanhamento.

A instituição tem dois monitores a trabalhar em cada turno que ficam impossibilitados de assegurar esse supervisionamento, uma vez que, sobretudo nesta situação em específico, verifica-se um elevado rácio de crianças e jovens por cuidador, ou seja, uma grande desproporcionalidade no número de jovens em relação ao número de cuidadores. Para além disso, a equipa educativa tem somente um computador e mais não foram disponibilizados pela escola, embora esteja ocorrente da situação, inviabilizando a qualidade do ensino à distância para os jovens.

- **Nota de campo de 10 de fevereiro de 2021**

A intervenção desenvolvida decorreu em torno do acompanhamento ao estudo, no que concerne à realização das tarefas escolares, e no supervisionamento das aulas da jovem (B). Esta, tal como já foi reforçado, carece de uma atenção especial em relação aos demais, sendo observável que se estiver distraída com a realização de tarefas e atividades, e tiver uma atenção individualizada, está menos propícia à ocorrência de crises. As últimas, para além de estarem associadas à condição da jovem, na minha perspetiva, estão também relacionadas com carência afetiva, uma vez que consigo identificar uma extrema dependência dos outros para ser feliz, para além da atenção e cuidado que a jovem procura permanentemente.

- **Nota de campo de 11 de fevereiro de 2021**

O dia começou pelo acompanhamento de um jovem (HT) numa consulta de Pedopsiquiatria no PIAM (Programa Integrado de Atendimento Materno). Contextualizando, este programa é direcionado a mulheres grávidas e puérperas toxicodependentes e seus filhos, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção dessas doentes.

Segundo a informação que me foi transmitida, o jovem (HT), de etnia cigana, tem sido acompanhado, desde há alguns anos, pelo facto de a sua mãe ser toxicodependente e pelo próprio jovem, de apenas 16 anos, ter um passado ligado ao consumo de drogas ilícitas. Para além disso, este tem déficit cognitivo, o que comprometeu o seu percurso escolar desde cedo, pela ausência de um plano curricular adaptado, e resultou em absentismo escolar, que esteve na origem do acolhimento.

É possível admitir que a situação foi invertida no momento em que o jovem foi institucionalizado, visto que passou a ser aplicado um ensino que tem em conta as suas especificidades. Contudo, denoto dificuldades ao nível da concentração na realização das tarefas escolares, daí a pertinência da consulta no PIAM.

Refletindo sobre o percurso do jovem (HT), pode concluir-se que a escola continua a excluir os possuidores de uma herança cultural distante da cultura que legítima, diferindo apenas no tempo, no momento e na forma de exclusão daqueles que não possuem as competências sociais (ditas necessárias) para a aquisição do capital escolar. O processo seletivo transformou-se: mantém no seu interior aqueles que anteriormente excluía, expulsando-os de forma lenta e progressiva ao longo do percurso e eliminando quaisquer expectativas quanto ao prosseguimento dos estudos ou reorientando-os para vias mais desvalorizadas. Do meu ponto de vista, é crucial que de uma lógica de igualdade, se passe para uma lógica de equidade, para que possam ser evitados percursos como os do jovem mencionado.

- **Nota de campo de 18 de fevereiro de 2021**

Desde o começo do confinamento, a intervenção junto dos jovens tem sido em torno do acompanhamento no estudo. O supervisionamento das aulas e o apoio na realização das tarefas escolares têm sido as principais atividades desenvolvidas e, tal como foi referido anteriormente, a escola continua a gerir com pouca eficácia e eficiência

a questão do ensino à distância. No caso da jovem (B), que carece de uma atenção constante, a falta de um computador próprio tem sido uma fonte de stress.

A jovem (B) tem aulas síncronas e assíncronas. Relativamente às primeiras, ocorrem em tempo real, ou seja, o professor e a jovem, bem como os seus colegas, estão conectados, no mesmo horário e na mesma sala virtual, podendo interagir uns com os outros durante a transmissão da aula. Por outro lado, as aulas assíncronas funcionam num formato diferente: os professores enviam tarefas e trabalhos para a jovem realizar e entregar posteriormente. Contudo, ambos os métodos de ensino requerem a utilização de um computador, que nem sempre está à sua disposição.

Estamos perante um constrangimento para o aproveitamento escolar da jovem, mas também para quem a rodeia na instituição, uma vez que esta situação potencia momentos de crise, que nem sempre são solucionados no imediato pelo reduzido número de colaboradores.

- **Nota de campo de 23 de fevereiro de 2021**

Mais uma vez, a reflexão paira sobre o ensino à distância, desta vez, o caso específico de outro jovem (J). O último tem déficit cognitivo, que resulta numa série de fragilidades, entre as quais, não saber ler e escrever corretamente.

Apesar de a escola ter conhecimento desta situação, o jovem não tem um acompanhamento individualizado e trabalhar a sua alfabetização não parece ser uma prioridade no que concerne ao plano curricular do jovem. Ao invés disso, os trabalhos que são propostos pelos professores vão muito além das suas capacidades, não havendo um verdadeiro investimento na sua educação e formação e, mais uma vez, sobrecarregando os técnicos da equipa educativa.

- **Nota de campo de 24 de fevereiro de 2021**

O dia decorreu com normalidade. Numa primeira fase, supervisionei as aulas de alguns jovens (J, B, A e HT), dando um acompanhamento mais próximo a uma das jovens, no sentido de lhe proporcionar um suporte na realização das tarefas das aulas assíncronas.

Num momento de maior descontração, conciliando o conteúdo da aula assíncrona de educação física, a jovem realizou alguns exercícios. Em simultâneo, outros jovens jogaram “matrecos”, outros dançaram, jogaram *playstation*, o que revela que estou perante um grupo heterogéneo com interesses e vontades bastante distintos.

- **Nota de campo de 25 de fevereiro de 2021**

Desde o dia 20, de fevereiro, um dos jovens (T) encontra-se em isolamento. Este começou por ter sintomas que podem ser associados à Covid-19 e, por uma questão de prevenção, a equipa técnica, em articulação com as entidades de saúde, decidiram que o isolamento seria a medida mais indicada.

No sentido de conversar um pouco com o jovem para procurar saber como está a gerir as suas emoções, aproveitei a hora do lanche para o conseguir. Questionei-o relativamente ao seu estado de saúde, à forma como se tem sentido, como tem conseguido gerir o ensino à distância. Para todas estas questões, obtive uma resposta consideravelmente positiva, embora esteja consciente de que a questão da escola fica um pouco aquém, tendo em conta que o jovem se distrai constantemente.

- **Nota de campo de 2 de março de 2021**

Desde o começo do estágio profissional que estou ocorrente da situação de uma das jovens (R), situação descrita na nota de campo de 27 de janeiro.

A monitora de referência da jovem, assim como os restantes, têm vindo a chamar a sua atenção para o facto de ter de procurar emprego, uma vez que já concluiu a formação que se encontrava a realizar pelo IEFP, e por ter de atingir a sua autonomização, tendo em conta que tem 22 anos de idade. No entanto, a jovem mantém uma postura de desinteresse e continua a não aplicar esforço no envio de currículos, afirmando que nunca foi selecionada para uma entrevista de emprego.

Aquilo que tenho vindo a verificar é que a mentalidade da jovem não está em consonância com a sua idade, revelando grande imaturidade e défice cognitivo. Para agravar a situação, tem vindo a ser influenciada negativamente por um dos jovens (R), por quem se diz apaixonada, que também não tem quaisquer perspetivas de futuro e tem sido uma das fontes desestabilizadoras e causadoras de conflito na FLEP. Desta forma, os monitores têm trabalhado no sentido de manter os jovens afastados, tendo em conta que, para além de não serem permitidos relacionamentos na Instituição, estes exercem, claramente, uma influência negativa um para o outro.

Neste seguimento, a reflexão que tenho vindo a fazer, tendo em conta o percurso da jovem, é que o momento da saída da Instituição é assinalado como marcante e angustiante, dado o receio de falhar e a impreparação da jovem, que não sendo admitida, é sentida pela mesma. Para além disso, não se sente bem-vinda ou cuidada pelos técnicos, demonstrando revolta por quem a tenta fazer “crescer”.

Por mais que esta seja a sua visão, na minha perspectiva, o investimento por parte dos cuidadores é tido como fundamental e tenderá a refletir-se no seu bem-estar e na sua integração na sociedade, sendo urgente investir no acompanhamento e também no “desmame” da jovem na desinstitucionalização. Considero também que ter ido para o apartamento de autonomização e ter regressado, não se revelou positivo para a jovem, verificando-se um retrocesso no seu comportamento.

- **Nota de campo de 3 de março de 2021**

Tal como era expectável pela equipa técnica e educativa, a tarde começou pelo acolhimento de dois jovens (L e N). Estes têm 13 e 16 anos, respetivamente, e são irmãos, motivo pelo qual foram acolhidos em simultâneo.

À entrada da instituição, os jovens foram revistados, apresentados (de passagem) aos restantes e encaminhados para o isolamento. Foram acompanhados pela técnica designada para monitora de referência de ambos e foi-lhes explicado o funcionamento na Instituição, assim como as regras a cumprir.

Assim que tive oportunidade, subi ao piso do isolamento (mantendo o distanciamento e as medidas de segurança) para os cumprimentar e estabelecer um primeiro contacto individualizado. Considero que, ao serem retirados da sua família, estes ou quaisquer jovens, devem contar com cuidados sensíveis e estáveis, que atendam às suas necessidades básicas e, de igual modo, às suas demandas afetivas.

Possibilitar interações privilegiadas entre os cuidadores e as crianças ou jovens institucionalizados, principalmente no que se refere ao favorecimento de interações constantes, afigura-se fundamental para a criação de vínculos afetivos seguros, que contribuirão para uma melhor adaptação e, por sua vez, para o desenvolvimento, o mais harmonioso possível, destes jovens.

- **Nota de campo de 4 de março de 2021**

Numa altura em que a escola finalmente disponibilizou computadores para três, dos 12 jovens institucionalizados, o ensino à distância tem sido gerido com mais eficácia pelos técnicos. No entanto, tal como foi mencionado na nota de campo de 25 de fevereiro, um dos jovens (T) tem tido dificuldades ao nível da concentração, refletindo-se, de forma evidente, no seu aproveitamento escolar.

Apesar de as regras serem bastante explícitas e reforçadas pelos técnicos, o jovem está constantemente nas redes sociais, a jogar ou até a ouvir música, durante o período de

aulas. Repreendo-o incessantemente em relação a esta questão e, de todas as vezes, o jovem revela animosidade ao cumprir o que lhe é pedido, reagindo de forma bastante agressiva e provocadora, dando diversas desculpas para o seu comportamento. Como forma de contornar esta situação, o jovem está impedido de ter o telemóvel na sua posse durante o horário das aulas e tem sido supervisionado no decorrer das mesmas. Ainda que o jovem encare isto como uma punição, mais do que fazê-lo, importa compreender o que tem desencadeado este seu comportamento.

- **Nota de campo de 9 de março de 2021**

Após a celebração anual do Dia das Mulheres, um dos jovens (J) tinha, em atraso, um trabalho que dizia respeito ao tema. Depois de lhe ler o enunciado, tendo em consideração o facto de o jovem não ter essa capacidade, procedemos à sua execução.

Realizamos algum levantamento bibliográfico sobre os Direitos das Mulheres e, mesmo depois de bastante esforço para que o jovem, de 15 anos, conseguisse ler aquilo que escrevíamos, à medida que íamos realizando o trabalho, infelizmente não obtive sucesso. Ao invés disso, verifiquei que o jovem sabe reconhecer todas as letras, o que lhe permite fazer cópias, no entanto, é incapaz de soletrar uma palavra, isto é, de ler as letras de uma palavra e reuni-las em sílabas ou, caso alguém lhe dite uma frase, não tem a capacidade de a escrever autonomamente.

Para além disso, o jovem é introvertido e carente afetivamente, ficando em desvantagem em relação aos demais nas coisas mais simples, como decorar um versículo no culto, ver um filme com legendas e até na forma como se expressa, sendo que todas estas fragilidades refletem-se também na sua capacidade de regulação emocional.

Desta forma, considero que deve estar presente um trabalho multidisciplinar, no sentido de estimulá-lo para que se sinta acolhido, cuidado e motivado a melhorar. Esta intervenção permitir-lhe-á ter um papel mais efetivo ao nível da autonomia, relacionamento com os pares e qualidade de vida.

- **Nota de campo de 10 de março de 2021**

Tal como foi descrito na nota de campo de 3 de março, foram acolhidos mais dois jovens na FLEP e, como é norma, à sua chegada, foram direcionados para o isolamento. Depois de alguns dias, procederam à realização do teste à Covid-19 e, com a confirmação do resultado negativo, puderam juntar-se às restantes crianças e jovens.

Apesar de não ter estado presente nessa ocasião, assim que cheguei à instituição, dirigi-me diretamente aos jovens e tive oportunidade de saber mais sobre os cursos que frequentam, sobre a família de ambos e o motivo que o jovem mais velho (N) considera estar na origem do acolhimento. Posteriormente, acompanhei-os à zona exterior para que pudessem jogar futebol e, de seguida, ausentei-me para auxiliar uma das jovens (B) na realização das atividades das aulas assíncronas.

Quando regressei, a maioria dos jovens encontrava-se, na zona exterior, a ouvir música no aparelho de som. Apercebi-me que estaria alguém na sala de música a tocar bateria, desloquei-me ao interior da sala e, quando vi que o jovem recém-acolhido (N) estava lá dentro sem supervisão, dei-lhe orientações para sair.

O jovem reagiu mal, de imediato. Começou a exaltar-se, questionando a minha autoridade, afirmando que lhe faltei ao respeito por ter dado ordem de saída (apesar de ter sido clara quanto ao motivo) e chegando mesmo a dar um murro numa mesa que se encontrava junto ao campo de futebol, enquanto repetia várias vezes “tu não me conheces” e me apontava o dedo, numa tentativa de intimidação.

Do meu ponto de vista, a atitude do jovem pode ser justificada, em larga medida, pelo facto de querer marcar uma posição em relação aos demais, tendo em conta que alguns jovens foram pouco acolhedores e mandaram algumas “bocas”, segundo aquilo que o próprio me tinha confidenciado antes. Por outro lado, denoto dificuldades ao nível da capacidade de autorregulação, nomeadamente, no que diz respeito à falta de controlo, impulsividade e, até mesmo, agressividade demonstrados pelo jovem.

- **Nota de campo de 11 de março de 2021**

O turno começou pelo acompanhamento no estudo e em toda a dinâmica associada à rotina das crianças e jovens institucionalizados.

Torna-se relevante referir que a situação explanada na nota de campo anterior estabilizou, uma vez que a monitora de referência do jovem (N) procurou ter uma conversa com este. Chamou-o à atenção para o seu comportamento, o que resultou num pedido de desculpas por parte do jovem, que acabou por reconhecer que se excedeu.

Posteriormente, ao final da tarde, alguns jovens participaram na atividade da cozinha, que tem por objetivo trabalhar a sua autonomização. Nesta fase, denotei que um deles (P) se encontrava mais ansioso do que o normal e, quando o questionei relativamente ao motivo, o jovem deslocou-se até outra sala, indicando-me que gostaria de ter mais privacidade para conversarmos.

Num momento de partilha, relatou que se encontra “farto” de estar confinado, que sente saudades da família e de ter o seu espaço. No entanto, segundo aquilo que tenho observado, entre estes motivos, posso identificar também o facto de este ter interesse em relacionar-se com outra jovem (A) e, para além de esta não corresponder, estão ambos conscientes de que é expressamente proibido manter relacionamentos amorosos no seio da Instituição. Simultaneamente, o jovem (P) tem um passado ligado à institucionalização, tendo passado grande parte da sua vida em regime de acolhimento, deixando marcas, para além da fragilidade nos laços afetivos com a família.

A partir do discurso do jovem, depreendi que seria essencial ser uma fonte de suporte (reforçando a sua evolução nos últimos meses, tendo em conta que melhorou consideravelmente o seu comportamento, é extremamente prestável e tem tentado melhorar a sua prestação a nível escolar), o que acabou por ter um efeito positivo. Deste modo, perante a carência de uma base segura que potencia um mecanismo de insegurança emocional, percebe-se que, para o jovem (P), estar inserido num meio onde lhe seja proporcionado afeto e cuidado é, de alguma forma, um fator de organização interna e de proteção, motivo pelo qual o abracei e reforcei todas as suas qualidades, que são reconhecíveis, apesar das experiências de adversidade precoce vivenciadas pelo jovem.

- **Nota de campo de 16 de março de 2021**

Numa perspetiva de animar as crianças e jovens, proporcionando-lhes um momento de descontração e aliviando o stress do confinamento, a Direção da Instituição planeou um churrasco, que ocorreu ao final da tarde. Assim que cheguei à Instituição, os jovens demonstraram bastante entusiasmo, as meninas vestiram as suas melhores roupas e alguns jovens auxiliaram na confeção dos alimentos.

Obtive a sensação de um ambiente familiar que, na minha perspetiva, tem um impacto extremamente positivo nestas crianças e jovens, uma vez que a institucionalização é, frequentemente, acompanhada de um sentimento de solidão e abandono. Desta forma, proporcionar-lhes este momento, especialmente numa fase em que a ansiedade é evidente, é também uma forma de Intervenção, visto que o ambiente desempenha um papel preponderante no processo de adaptação e desenvolvimento das crianças e jovens institucionalizados.

- **Nota de campo de 23 de março de 2021**

A adolescência é uma etapa de muitos desafios e a faixa etária predominante no acolhimento residencial na FLEP. Neste sentido, uma das tarefas desenvolvimentais críticas nesta fase, situa-se na construção da autonomia e na preparação para a independência na vida adulta, que se afiguram cruciais em contexto de institucionalização. Neste seguimento, foi-me comunicado que uma das jovens institucionalizadas (A), que completou 18 anos no mês passado, irá ser encaminhada para apartamento de autonomização. Apesar do seu percurso ter sido marcado por várias adversidades, a jovem apreendeu competências pessoais e sociais para a preparação da sua autonomia, isto é, desejo de independência, vontade de fazer escolhas, boas relações com a autoridade e uma perceção satisfatória do ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar e institucional. Apesar de ainda não ter atingido a independência financeira, encontra-se a terminar o 12º ano e à procura de um emprego. Para esta jovem, a aquisição da autonomia gera efeitos de satisfação com a vida, autoconceito positivo e, consequentemente, um bom sentido de responsabilidade e a tomada de decisões mais competentes e adequadas.

Por todos estes motivos e por esta jovem ser querida entre todos, realizou-se um churrasco de despedida, onde a própria teve oportunidade de dizer algumas palavras de agradecimento aos cuidadores e respetivos colegas.

- **Nota de campo de 31 de março de 2021**

A tarde começou com um momento de descontração. Desloquei-me com alguns jovens (J, B, FT e P) ao exterior da Instituição, mais concretamente ao campo de futebol, onde se deitaram, fecharam os olhos e escutaram uma música de relaxamento, enquanto lhes transmitia algumas mensagens. Considero que este tipo de atividades ajudam a libertar a tensão acumulada e a melhorar a capacidade para controlar a ansiedade.

Por sua vez, juntamente com outra monitora, dinamizei uma atividade relacionada com a Páscoa, a “Caça ao Ovo”, que consistiu em esconder alguns chocolates pela Instituição. Os jovens tiveram de encontrar os “ovos” em conjunto, sendo alertados para a importância do espírito e trabalho de equipa. Consequentemente, a atividade teve os resultados pretendidos e envolveu a aderência de praticamente todos os jovens que se encontram institucionalizados.

- **Nota de campo de 7 de abril de 2021**

Desde dia 5, de abril, que os jovens do primeiro e segundo ciclo retomaram as aulas presenciais. No entanto, há ainda alguns jovens que, por terem um ensino adaptado ou por não se encontrarem a frequentar atividades escolares, permanecem na Instituição.

Deste modo, o trabalho desenvolvido tem incidido sobre estes e, por sugestão de um membro da Equipa Técnica, parti à visualização de um filme (*“Lamento de uma América em Ruínas”*) com dois jovens. O último retrata a história de uma família, cujas gerações foram marcadas pelo abuso, alcoolismo, toxicodependência, pobreza e trauma e, por sua vez, um exemplo de superação, porque muito embora a personagem principal tivesse passado por várias adversidades, conseguiu romper uma herança familiar caótica.

Esta atividade teve o intuito de levar os jovens a refletir sobre a mensagem do filme e de os consciencializar para o facto de poderem tomar um rumo positivo no seu percurso pessoal e profissional, não se deixando levar pelas marcas do passado.

- **Nota de campo de 20 de abril de 2021**

Na semana corrente, é relevante realçar o acolhimento de uma fratria, constituída por três crianças de 14 (N), 9 (M) e 7 (M) anos respetivamente. O acompanhamento na admissão das mesmas contou com a presença de um elemento da equipa técnica e um elemento da equipa educativa, destacado para monitor de referência das crianças. Deu-se a apresentação dos espaços e das pessoas, realizou-se um inventário dos bens que possuíam à entrada na Instituição e procedeu-se à explicação das regras de funcionamento do Lar de Infância e Juventude.

Segundo a observação efetuada ao longo do estágio profissional, pressupõe-se que a fase seguinte da Intervenção passe pela recolha e registo de informação apoiados numa avaliação global do estado de saúde, de comportamentos e atitudes e de competências escolares. Posteriormente, passar-se-á a uma entrevista psicológica e, por fim, pela elaboração do relatório de avaliação diagnóstica, uma parte significativa do processo individual dos utentes para a construção mais adequada do projeto de vida.

Depois de alguma reflexão, considero que acolher irmãos revela-se crucial para a construção da identidade e autoestima e, acima de tudo, para a manutenção do sentido de continuidade da família. Para além disso, posso afirmar que os sentimentos de abandono, perda e desamparo são aliviados, na medida em que sobretudo os irmãos mais velhos funcionam como um apoio para os mais novos.

- **Nota de campo de 28 de abril de 2021**

Com o término do estágio profissional, sentimentos de nostalgia e satisfação pessoal têm ficado mais evidentes. Tenho vindo a preparar as crianças e jovens para a minha saída, realçando o meu interesse na continuidade das relações estabelecidas.

Um contentamento e um elevado grau de satisfação surgem pelo facto de ter conseguido chegar a cada um, por ter criado uma relação de confiança, que permitiu detetar e minimizar alguns dos seus problemas do dia-a-dia ou até mais profundos, e pela procura constante de atenção e afeto evidenciados pela maioria dos jovens.

Em retrospectiva, considero que o estabelecimento e a qualidade destas relações se deram pelo investimento desde o primeiro dia. E embora este seja um trabalho que exija a nível psicológico e que crie sentimentos de ansiedade pela sua imprevisibilidade, a observação da Intervenção desenvolvida por parte de alguns colaboradores afigurou-se primordial na forma como consegui ocupar o meu lugar e, consequentemente promover pequenas mudanças e a satisfação das necessidades das crianças e jovens.

Anexo B - Guião de entrevista semiestruturada - Jovens

➤ Balanço do Passado

- Com quem vivia antes de ser institucionalizado?
 - Quais as figuras mais significativas antes da institucionalização?
- Quando surgia um problema, a quem recorria?
- Eram afetuosos consigo ou sentia que tinha de procurar esse afeto?
 - De que forma?
- Sentia que o/a apoiavam?
 - Em que situações?
- Sentia-se ouvido/a e uma disponibilidade, por parte da sua família, para passar tempo de qualidade consigo?
- Sentia-se seguro no ambiente familiar?
- Quanto à satisfação das suas necessidades básicas, olhando para o período antes da institucionalização, sente que a sua família reunia as condições necessárias ao seu bem-estar e saúde?
- E em relação às suas demandas afetivas?
(interesse e participação na vida escolar e extracurricular, demonstrações de afeto)
- Como descreve as relações estabelecidas com a sua família antes da institucionalização?
- No relacionamento com a sua família, sentia-se ouvido e respeitado?
- A qualidade da relação com os seus familiares impacta as suas relações com os pares?
 - De que forma?
- Consegue dar um exemplo de alguma situação traumática que tenha vivenciado?
 - Que impacto teve em si?
- Considera a institucionalização levou a um afastamento na relação com a sua família?
 - Em que sentido?
 - Como perceciona essa relação atualmente?
 - Com que regularidade fala com a sua família?
 - Em relação às visitas ou idas a casa, ocorrem com que frequência?

➤ **Institucionalização**

- Com que idade foi institucionalizado/a?
- Já foi institucionalizado antes?
 - Quais os motivos que considera estar na origem desse acolhimento?
- Tem conhecimento dos motivos que estiveram na origem do acolhimento na FLEP?
- Como descreve o seu dia-a-dia na Instituição?
 - Qual a importância que atribui à rotina na Instituição?
 - Sente que há algo a funcionar mal?
- Participa das decisões que lhe dizem respeito ou essas decisões não têm por base a sua opinião e convicções?
 - Ao nível da Educação, o curso que frequenta foi escolhido por si ou foi-lhe imposto?
- Como se sentiu o período de adaptação na FLEP?
 - Quais os sentimentos que utilizaria para descrever a forma como se sentiu no momento da institucionalização?
 - E os cuidadores, como o fizeram sentir?
- Já teve algum comportamento de fuga?
 - O que o levou a fugir da Instituição?
- Quais os sentimentos que utilizaria para descrever a sua situação atual?

➤ **Construção de relações securizantes de vinculação**

- Estabelece, com facilidade, (boas) relações com as pessoas no geral?
 - Dá abertura para a criação dessas relações?
 - Que significado lhes atribui/qual a importância das mesmas?
- Sente que os cuidadores se aproximam de si quanto gostaria?
 - Sente que se importam consigo?
 - Porquê?
- Quando precisa, sente que tem o apoio necessário?
 - Através de que atitudes percebe esse apoio?
 - E em que situações?
- Quando lhe dão afeto e atenção, retribui ou prefere evitá-lo?
 - Procura o afeto dos cuidadores?

- Sente facilidade em falar sobre os seus sentimentos?
- Quando se sente triste ou tem algum problema por resolver, procura algum cuidador?
- Há algum cuidador com o qual sinta mais proximidade?
 - Quais os motivos que o levaram a “escolher” esse cuidador?
 - De que forma é que marcou a diferença para si, em relação aos demais?
 - Que significado/importância atribui aos laços afetivos estabelecidos?
- Sente que os cuidadores têm paciência consigo quando tem um mau comportamento, tentando compreendê-lo e repreendê-lo de forma positiva, demonstrando compreensão e empatia?
 - Quando isso não acontece, como se sente?
- Entra frequentemente em conflitos?
 - Considera que a influência dos cuidadores sobre si tem um impacto positivo na forma como gere esses conflitos?
- Como é que se percebe?
 - Que palavras usaria para se descrever?
 - Como considera o seu desempenho a nível escolar/social?
 - Que imagem considera que os outros têm de si?
 - Tenta colocar-se no lugar dos outros?
- Qual a importância que atribui à institucionalização?
 - Considera que foi benéfico para si?
 - Acha que foi o melhor caminho a seguir?
 - Porquê?
 - Em que aspetos melhorou/ainda deve melhorar?

Anexo C - Guião de entrevista - Cuidadores Formais

Idade:

Sexo com que se identifica:

Grau de escolaridade:

Profissão:

Há quanto tempo trabalha na FLEP:

Funções que desempenha:

1. Na sua opinião, na FLEP existe um ambiente de *holding*, no qual os cuidadores são percecionados como uma base segura, isto é, vistos como fontes de suporte? No seu caso em específico, considera-se uma figura securizante e significativa de vinculação para as crianças/jovens?
2. Considera que a empatia e as suas próprias vivências influenciam a forma como consegue chegar a cada jovem e o modo como lhes presta cuidados? Identifica-se mais com umas crianças/jovens do que com outras/os ou tem mais dificuldade em intervir com umas do que com outras? Se sim, porque considera existir essa diferenciação?
3. Considera-se disponível para a criação de laços afetivos com as crianças/jovens institucionalizados? Essa disponibilidade é identificada pelas crianças/jovens, isto é, percecionam-na como acessível e responsiva?
4. De que modo procura aproximar-se das crianças/jovens e estabelecer uma ligação com os mesmos? Quais as estratégias que adota? Que fatores condicionam ou interferem negativamente na construção dessa relação?
5. De que modo as relações de vinculação funcionam como uma oportunidade para o LIJ de intervir de forma “reparadora”, minimizando as repercussões negativas do Acolhimento? Considera que uma boa relação com os cuidadores tende a ter um impacto ao nível da reciprocidade, empatia, resolução de conflitos e até nas

competências com os adultos, nomeadamente na obediência às regras e autonomia?

6. Com o acumular de eventos traumatizantes, existe uma maior tendência na procura de apoio e proteção? Mesmo que essa procura seja feita de uma forma paradoxal, ou seja, através do mau comportamento na tentativa de apelar à atenção?
7. O padrão de vinculação seguro determina-se por elevados níveis de comunicação e confiança e baixos níveis de alienação e o padrão de vinculação inseguro determina-se pela existência de baixos níveis de comunicação e confiança e elevados níveis de alienação. De uma forma mais geral, que padrão de vinculação considera estar presente em maior número nas crianças/jovens da FLEP? Justifique.
8. O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas casas de acolhimento afigura-se um processo desgastante e resulta na produção de uma sobrecarga. Considera que estes fatores interferem negativamente no cuidado prestado, levando à supressão de possíveis sentimentos aí gerados?
9. Quais as principais dificuldades sentidas na Intervenção?
10. Participa em sessões de formação atualizadas e certificadas? De forma autónoma ou por imposição da Instituição? No último ano, que formações frequentou?
11. Na sua opinião, o que é que pode ser melhorado na FLEP?



Anexo D - Consentimento Informado

A presente recolha de informação, através da administração de uma entrevista, integra-se no estudo das relações de vinculação entre jovens institucionalizados e cuidadores institucionais, desenvolvido no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão. O objetivo central desta pesquisa consiste em compreender a natureza e desenvolvimento das relações de vinculação estabelecidas entre jovens e cuidadores formais na Fundação Lar Evangélico Português.

Todas as informações serão recolhidas e tratadas de forma anónima (não constará a identificação dos participantes, recorrendo-se a um código, bem como serão omitidos quaisquer dados que possam possibilitar uma identificação) e utilizadas para fins estritamente relacionados com a pesquisa - Relatório Final de Estágio.

Do presente consentimento são lavrados dois exemplares, um dos quais ficará na posse do Diretor Técnico da Instituição e, o outro, na posse da investigadora/estagiária.

Dou o meu consentimento para a colaboração na recolha da presente entrevista.

Declaro ter sido informado acerca dos objetivos e do anonimato dos participantes na presente recolha de informação.

Designação da instituição em que se processa a aplicação do instrumento de pesquisa:

O Diretor Técnico _____

A Investigadora/Estagiária _____

Porto, ____ de _____ de _____